

Avante!

Derrotar o pacote laboral e os ataques da direita

Todos à Greve Geral!



10
Dez. 02
**GREVE
GERAL**
24
horas

É já na próxima terça-feira a greve geral convocada pela CGTP-IN. Uma grande jornada dos trabalhadores, culminando uma série de lutas, como a de 30 de Novembro, contra a ofensiva do Governo e do patronato e em defesa de direitos e interesses de quem trabalha. Todos podem e devem aderir!

Págs. 5, 6
e Centrais

Greves e manifestações
dos estudantes
do Secundário em todo o País

50 mil saíram à rua

Cerca de 50 mil estudantes protestaram contra o Estatuto do Estudante do Ensino Não Superior, a falta de condições nas escolas, o sistema de acesso ao Superior e o atraso na aplicação da educação sexual.

Págs. 18 e 19



Fim da OniWay e desemprego

Jogos perigosos

A OniWay, prepara-se para lançar cerca de mil trabalhadores no desemprego. Um caso que envolve interesses, pressões e manobras e em que as vítimas são as mesmas de sempre.

Pág. 8

PCP apresenta medidas

Contra fogos florestais

O flagelo dos incêndios é tema de Verão. Mas o PCP não espera pelo tempo quente para apresentar medidas legislativas para prevenir e combater este flagelo nacional.

Págs. 14 e 15

Trabalhadores resistem

A Europa em luta

A ofensiva de vários governos europeus contra direitos sociais e laborais está a provocar um forte ascenso da luta dos trabalhadores. Em Itália, na França, na Espanha, no Reino Unido, na Alemanha.

Pág. 21

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretária da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000500
44,90 euros
25 números: 4 600500
23,00 euros
EUROPA
50 números: 23 000500
114,75 euros
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000500
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Dezenas de milhar contra o pacote laboral

Resumo

27 Quarta-feira

Em sede de comissão parlamentar, PSD e PP reprovam a proposta do PCP de rejeição do Código do Trabalho por inconstitucionalidades ● O líder da bancada parlamentar do PCP, Bernardino Soares, critica o ministro da Saúde, Luís Felipe Pereira, ex-administrador do grupo Mello, por se ter recusado a apresentar o relatório da Inspeção Geral de Saúde que analisava duramente a gestão do hospital Amadora-Sintra ● Sindicato da Construção do Norte alerta para a possibilidade de cerca de 50 mil trabalhadores precários ficarem desempregados ● O líder das milícias pró-indonésias, Eurico Guterres, é condenado em Jacarta a dez anos de prisão por crimes contra a humanidade, cometidos em Timor-Leste.

28 Quinta-feira

No Porto, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participa na campanha de rua do Partido, apelando à «mobilização geral» de todos para a greve geral ● O Tribunal Constitucional anuncia o regresso do caso dos hemofílicos contaminados por sangue infectado com HIV ao Tribunal de Relação de Lisboa ● Governo anuncia aumento do salário mínimo em apenas 8 euros, ou seja, abaixo da inflação prevista ● Estudantes do ensino secundário em greve geral, manifestam-se por todo o país, contra a política do Governo para o sector ● Em Israel, Ariel Sharon vence as eleições e é reeleito presidente do Likud, o partido de extrema-direita que governa o país ● No Quênia, um atentado em Mombaça contra uma estância turística israelita faz 15 mortos.

29 Sexta-feira

PCP envia requerimento ao Governo para saber que medidas está o executivo a tomar para se precaver da entrada em águas portuguesas do petroleiro Byzantio, navio com as mesmas características do Prestige ● Durão Barroso anuncia, em França, a privatização das OGMA, Oficinas Gerais de Material Aeronáutico ● Na Venezuela, o Supremo Tribunal anulou a decisão do Conselho Nacional Eleitoral, de convocar um referendo sobre a permanência de Hugo Chávez no poder ● Tribunal indonésio absolve militares acusados de crimes praticados contra a humanidade, em Timor-leste ● No Irão, milhões de pessoas manifestam-se contra as políticas externas de Israel e dos EUA.

30 Sábado

Tem início o congresso da Madeira do PCP, com a participa-

ção de Carlos Carvalhas ● Dezenas de milhar de trabalhadores, por todo o país, participam nas manifestações de protesto contra o pacote laboral e o código do trabalho ● Na Austrália, milhares de pessoas manifestam-se contra a participação daquele país num eventual ataque ao Iraque ● Cerca de 250 mil pessoas manifestam-se em Itália, solidários com os trabalhadores da FIAT; 8 mil operários são ameaçados de despedimento.

1 Domingo

No encerramento do VI Congresso da Madeira do PCP, Carlos Carvalhas acusa João Jardim de parecer «um menino de coro», ao ter sido silenciado por Durão Barroso e Paulo Portas «com a oferta de 75 milhões de euros» ● Embaixador de Israel na ONU, Yehouda Lancry, é desautorizado pelo primeiro-ministro Ariel Sharon, por defender a criação de um estado Palestino ● 200 mil galegos manifestam-se em Santiago de Compostela, acusando o governo espanhol de responsabilidades pela maré negra causada pelo petroleiro Prestige ● Na Turquia, em greve de fome, morre Zeliha Erkut, de 25 anos de idade, detida em 2000 por pertencer à Frente-Partido de Libertação do Povo Revolucionário, após 551 dias sem comer; desde o início do protesto há dois anos, já morreram 60 presos políticos.

2 Segunda-feira

A Federação Nacional dos Médicos anuncia que adere à greve geral convocada pela CGTP-IN ● Maquinistas da Fertagus, em greve há três meses, às horas extraordinárias, acusam a administração de estarem a ser vítimas de «intimidações e coacção psicológica» ● Na Namíbia, o presidente Sam Nujoma anuncia que, caso os brancos do seu país não aceitem a reforma agrária, lhes assustarão «um duro golpe» ● Em Itália, o tribunal de Génova decidiu arquivar o processo contra o polícia acusado de matar um manifestante, em 2001, aquando da cimeira do G-8.

3 Terça-feira

Alunos da Casa Pia manifestam-se em Lisboa, pela dignificação da sua casa-mãe ● O presidente da RTP, Almerindo Marques, anuncia o despedimento de 675 trabalhadores ● Em Timor-Leste, registam-se confrontos com a polícia ● O Fundo das Nações Unidas Para os Assuntos da População, FNUAP, revela em relatório que três mil milhões de pessoas vivem com menos de dois euros por dia.

Aconteceu

SIDA está a matar professores africanos

Comemorou-se no passado domingo o Dia Mundial Contra a SIDA. O flagelo tem tomado proporções alarmantes, principalmente no terceiro mundo, incidindo de forma mais dramática em África. Preocupante é o facto de a doença estar a incidir também sobre a classe docente de professores. Segundo dados do UNAIDS, organização da ONU para o combate à doença, mais de um milhão de alunos africanos perderam este ano um professor. São cada vez mais as escolas que têm de fechar devido à morte do professor.



Caso dos hemofílicos: Supremo iliba Beleza

Ainda não foi desta que familiares e infectados com o sangue contaminado com o vírus da Sida vão ver o seu caso ir a julgamento. Em causa estão as responsabilidades de Leonor Beleza, ministra da Saúde no governo de Cavaco Silva, e mais oito arguidos, na aplicação de um lote de sangue contaminado com HIV proveniente de França. O sangue foi administrado a mais de 120 pacientes e, destes, mais de 60 contraíram o vírus. Na



Saramago visita a sede nacional do PCP

Por ocasião da sua recente passagem por Portugal, no âmbito da comemoração do seu 80.º aniversário, do lançamento do seu último romance «O homem duplicado» e da publicação de uma edição especi-

al de Memorial do Convento (assinando o 20.º aniversário da publicação desta obra), o prémio Nobel da literatura José Saramago efectuou uma visita de camaradagem à sede nacional do PCP. Acom-

panhado de sua esposa, Pilar del Rio, almoçou no refeitório da Soeiro Pereira Gomes, com Carlos Carvalhas, vários membros da Comissão Política e outros militantes do Parti-

Euterpe Alhandrense comemora 140 anos

Sediada em Alhandra, terra do escritor comunista Soeiro Pereira Gomes, a Sociedade Euterpe Alhandrense encontra-se a comemorar 140 anos de idade, fazendo dela a mais antiga colectividade do Concelho de Vila Franca de Xira. No âmbito das comemorações que terão o seu ponto alto no próximo dia 8 com várias iniciativas culturais marcadas para a data, a sociedade que, apesar da idade está com uma saúde recomendável, pretende um investimento de 8 milhões

de euros para a edificação de um conservatório regional de dança, a profissionalização do grupo de teatro Esteiros, da orquestra e para a remodelação e ampliação das actuais instalações. Para estes projectos, só falta agora o financia-

mento. Segundo a direcção da sociedade, o financiamento virá do Programa Operacional da Cultura. Segundo Jorge Zacarias, presidente da colectividade, estes financiamentos, que são fundamentais, ainda não estão garantidos.

Conservadores e pornografia

Em Espanha, o Partido Popular, no governo, multou três dos seus deputados por, durante o debate parlamentar em Madrid sobre violência doméstica, estarem a ver e-mails pornográficos. Manuel Troitino e Coloman Trabado vão pagar multa de 450 euros e Miguel Angel Huysman pagará 900.

Os três foram apanhados por jornalistas que assistiam ao debate. O embaraço foi grande para o primeiro-ministro José Maria Aznar que aplicou as penas mais pesadas ao abrigo das regras do seu partido. A justificação mais ouvida para o ocorrido é que durante os debates, muitos são os deputados que não têm nada para fazer.

Idosos: triplicou o internamento



De acordo com o censo de 2001, a população portuguesa está mais envelhecida. Segundo Teresa Veiga, da Universidade Nova de Lisboa, o número de idosos já ultrapassou em quantidade a população mais jovem. Nos últimos dez anos, o número de idosos com mais de 65 anos de idade que chegou às camas dos hospitais aumen-

tou 300 por cento. Os dados foram anunciados nas jornadas Confanor, em Porto, dedicadas ao tema do envelhecimento. Os participantes demonstraram a sua preocupação pela saturação geral em que se encontram os serviços de internamento e pelas condições degradantes que vive a maior parte dos idosos portugueses.

Crónica Internacional

• Luís Carapinha

A Rússia e o «abraço» da NATO

Em Praga, na recente cimeira realizada, a NATO formalizou o novo alargamento: a partir de meados de 2004 a Aliança vai contar com sete novos estados membros, onde se incluem as três antigas repúblicas soviéticas do Báltico (Estónia, Letónia e Lituânia) deslocando-se, assim, até às portas da Rússia.

Logo após a cimeira, numa encenação grotesca, o presidente norte-americano Bush voou para São Petersburgo (cidade situada a apenas 200 km da futura fronteira da NATO) ao encontro do presidente russo Pútin para lhe asseverar que a Rússia já não é um inimigo para a NATO e, portanto, nada tem a temer... Por seu lado, Pútin considera a expansão da NATO para as fronteiras da Rússia desnecessária mas prontificou-se, perante Bush, a aprofundar a cooperação com os países da Aliança, assinalando a «coincidência de interesses em muitas questões estratégicas» entre os EUA e a Rússia.

Ainda há seis meses, Moscovo exprimia publicamente oposição a este alargamento da NATO. Simultaneamente firmava o acordo que instituiu o Conselho NATO-Rússia (onde, evidentemente não conseguiu o direito de veto), o que correspondeu à aceitação implícita da expansão para Leste da aliança agressiva. Mais, anteriormente Moscovo afirmara mesmo não tolerar a expansão da NATO para lá da «linha vermelha» correspondente às fronteiras da ex-URSS.

Pura retórica patrioteira que nunca passou disso mesmo. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Ivanov, foi sintomático ao afirmar que «a Rússia não considera mais o alargamento da NATO uma ameaça, uma vez que a Aliança se transformou dum instrumento da guerra fria num meio de defesa face ao terrorismo global e a outras ameaças do séc. XXI».

A posição russa choca-se, contudo, com a realidade. Escamoteia as raízes do problema do terrorismo e a dinâmica que une as suas diversas manifestações, das quais se destaca o terrorismo de estado, e passa por cima do papel da NATO - instrumento do imperialismo dos EUA e da sua estratégia militar planetária, materializada na concepção (ofensiva) de «guerra preventiva». Dos Balcãs à Ásia Central, a coberto de um falso humanitarismo ou a pretexto da luta contra o terrorismo, os EUA vão-se dispor no terreno e configurando a sua geo-estratégia de cerco à Rússia (e China). Sobre a Rússia é exercida uma crescente pressão nos domínios político, económico, informativo e militar. A degradação sem precedentes da sua situação geopolítica, espelha a crise generalizada que afecta o país, que, no fundamental e apesar das contradições e ambiguidades existentes, é fruto da linha de submissão a Washington que a actual direcção russa prossegue com renovada energia.

A política de Putin traduz a natureza de classe da elite russa, expressão de uma economia fortemente privatizada e desequilibrada, dominada por uma oligarquia cosmopolita ligada, essencialmente, ao sector da exploração e comercialização das matérias primas (principalmente petróleo e gás), alheia aos interesses profundos do país e do seu povo. Oligarquia fortemente envolvida na engrenagem da globalização imperialista. Neste sentido, é significativa a referência de Bush e Putin, no seu último encontro, ao aprofundamento da cooperação bilateral no domínio energético, a propósito da realização dos primeiros fornecimentos de petróleo russo destinados à reserva estratégica norte-americana... o que acontece, precisamente, no âmbito da actual conjuntura de acelerados preparativos de guerra contra o Iraque. Uma Rússia enfraquecida e subalternizada, oscilando entre a função de testa de ferro ao serviço da globalização imperialista e a ameaça latente de desagregação, representa uma ameaça à paz e estabilidade mundiais.

O alargamento da NATO é um passo no sentido da guerra a que há que responder com a luta pela paz, contra o neoliberalismo e o capitalismo.

O alargamento da NATO é um passo no sentido da guerra

Editorial

UNIDADE E LUTA

Se deixar de sublinhar a importância e a gravidade de múltiplos casos vindos a lume nos últimos tempos (e a necessidade de os esclarecer, caracterizar e julgar), prosseguimos a abordagem daquela que, na perspectiva do *Avante!*, Órgão Central do PCP, constitui a questão maior do momento actual: a preparação da greve geral do próximo dia 10. O que está em jogo, neste caso, é da máxima importância para todos os trabalhadores (independentemente das opções políticas, partidárias, ideológicas e sindicais de cada um), para os jovens, para os reformados e pensionistas e, directa ou indirectamente, para a imensa maioria do povo português. Ao fim e ao cabo, trata-se de uma questão que, tendo a ver com direitos dos trabalhadores, tem a ver com o nosso futuro colectivo, tem a ver com o conteúdo democrático do regime em que vivemos - e a aprovação e aplicação do pacote laboral Barroso/Portas constituiria um rude golpe nesse conteúdo democrático.

É claro que casos como o da «Universidade Moderna» ou o da «Casa Pia» (para referir apenas dois exemplos), constituem motivos de séria apreensão, quer pela própria gravidade de que

«Temos à nossa frente cinco dias de trabalho intenso»

se revestem, quer porque são sinais iniludíveis de uma profunda e preocupante degradação. E são, é imprescindível sublinhá-lo, decorrências naturais do caldo de cultura da política de direita e de um sistema de justiça que favorece preferencialmente os poderosos.

O tempo e o espaço que casos como estes ocupam na generalidade da comunicação social nacional, só é criticável no que respeita a determinadas linhas de abordagem e critérios adoptados, nomeadamente: a prevalência do sensacionalismo e do *voyeurismo* em detrimento da informação serena, séria e objectiva; a preferência pela espectacularidade que apela às audiências em detrimento do essencial que apela às inteligências; o contraste entre o espaço e o tempo a esses casos dedicados e o quase silenciamento, em vários órgãos de comunicação, das lutas contra a política de direita, das lutas dos trabalhadores, das razões que os movem, da justiça dos seus objectivos.

É precisamente a essas lutas e aos seus protagonistas que o *Avante!* dá destaque prioritário.

A jornada de luta de sábado passado confirmou as enormes possibilidades de a greve geral de 10 de Dezembro se traduzir num importante êxito para os trabalhadores. Milhares de trabalhadores - em manifestações de rua e nas mais diversas acções de esclarecimento e sensibilização junto de outros trabalhadores e das popula-

ções - fizeram ouvir o seu repúdio pela política antilaboral do Governo, ao mesmo tempo que mobilizavam para a greve geral. E tudo indica que os «dez dias de trabalho intenso» pedidos pelos dirigentes do movimento sindical unitário aos trabalhadores - isto é, a intervenção intensa e activa do maior número possível na preparação e na concretização da greve geral - irão ter uma resposta positiva.

O esclarecimento sobre a importância e a actualidade da greve geral assume ainda maior acuidade se se tiver em conta a posição tomada pelo secretário-geral da UGT, João Proença, conhecido militante do PS. Segundo ele, «ainda há hipótese de negociação» e «a UGT não faz greves enquanto houver possibilidades de negociar». João Proença acha, mesmo, que «a greve geral do dia 10 não vai favorecer alterações ao Código do Trabalho» pelo que, tendo em conta que «o período de discussão pública do projecto do Governo termina a 8 de Janeiro, é nessa altura que a UGT vai decidir se se justifica avançar com uma greve geral». Tudo isto parece significar que, para o secretário-geral da UGT, há que deixar que o pacote laboral (que ele próprio considera «inaceitável») seja aprovado e depois, então, decidir se sim ou não avança para a luta. É, no mínimo, bizarro este raciocínio que reduz a luta ao protesto perante o facto consumado e a despreza como elemento de influência negociadora. Com enorme pertinência, um trabalhador, algures no Centro do País, comentando essa opinião, perguntava: «Então, depois da casa ardida é que vão buscar a água?»

Positiva é, no entanto, a manifestação de «respeito pela decisão dos sindicatos da sua central que optarem por participar na greve geral» expressa publicamente pelo secretário-geral da UGT. E bom será que no próximo dia 10 os trabalhadores portugueses, seja qual for a sua opção sindical, confirmem a maturidade noutros momentos revelada, unindo forças e esforços na luta pela defesa dos seus direitos e interesses.

A gravidade da situação decorrente do conteúdo do pacote laboral do Governo coloca a todos os trabalhadores, a todos os que são vítimas das consequências da política de direita - trabalhadores, reformados, mulheres, jovens, micro, pequenos e médios empresários e comerciantes - exigências que é necessário assumir frontalmente. A hora é de unidade e de luta - a unidade e a luta indispensáveis para responder às ameaças do momento e para criar condições para as necessárias lutas do futuro.

O PCP está, naturalmente, com a greve geral. Mais: o PCP está, naturalmente, na greve geral. É esse o significado do apelo feito pelo Comité Central a todos os militantes e a todas as organizações do Partido no sentido de se empenharem activamente na preparação e na concretização da greve geral do dia 10 de Dezembro.

Temos à nossa frente cinco dias de trabalho intenso para que a greve geral tenha o êxito que é necessário e possível ter - lançando água sobre a chama que é o pacote laboral, impedindo que o fogo se propague e extinguindo-o.

Para bem dos trabalhadores, do povo e do País.

Actual

Este é o momento

● Vítor Dias

Em artigo no «DN» do passado dia 2, Torres Couto, para além de outras «bicadas» à altura do seu passado, veio acusar a CGTP-IN de «*antecipar-se na marcação de uma greve geral sem consulta prévia e concertação com a UGT*» e, na sequência dessa crítica, veio afirmar que «*há que fazer coincidir a discussão deste Código na Assembleia da República em Janeiro de 2003, com uma enorme acção de protesto das duas centrais sindicais*».

A verdade porém é que, ao contrário do que afirma o autor, nos idos de 80, da célebre frase «*é a sétima vez que sou enganado*», já foi publicamente clarificado e esclarecido que a CGTP-IN fez todos os esforços possíveis de consulta e articulação com a UGT para a greve geral e que estes não tiveram êxito precisamente porque, como Torres Couto também defende, as concepções da UGT correspondiam a transferir eventuais formas de luta conjunta para depois da aprovação do «pacote» na generalidade na AR que o Governo já

anunciou pretender fazer a 15 de Janeiro.

Ora, se é certo que a luta terá de continuar para além de 10 de Dezembro, não deverá ser difícil compreender que é agora, em cima de um vasto processo de lutas sociais, antes dessa votação na AR e antes do efeito inevitavelmente entorpecente da quadra natalícia, que cumpre dar uma marcante expressão nacional aos diversificados descontentamentos e inquietações, pacote laboral à cabeça, que percorrem o mundo do trabalho.

E é por isso que importa que os trabalhadores que porventura não se reconheçam na CGTP e que porventura até se reconheçam na UGT ou nos seus sindicatos filiados atentem bem em outras afirmações de Torres Couto.

É que ele afirma que é preciso enfrentar «*a contra-reforma social da direita no poder, consubstanciada no novo Código do Trabalho*». Declara que estamos perante uma tentativa de «*redução dos direitos legítimos dos trabalhadores, desequilibrando de forma impiedosa, a favor do patronato, as*



relações laborais». Proclama que se exige «*com estrondo, o exercício do direito à indignação*». Salaria que o que subsiste nos textos «*é ainda de enorme gravidade para os trabalhadores, logo inaceitável*». Acentua que, face à intransigência e rigidez do Governo, «*há que passar a outro estágio de luta e de protesto, já que, doravante, tudo não passar de um simulacro grosseiro de concertação*». E conclui que «*se a tão propalada unidade na acção é exigível, este é o momento*».

E não querendo nós acrescentar nada a tão sábias palavras, só nos resta dizer que é a todos os trabalhadores, independentemente de simpatias e afinidades sindicais ou políticas, que compete transformá-las em actos no próximo dia 10.

Para além do que é notícia

● Jorge Cordeiro

Quem tentasse inteirar-se do muito que angustia os portugueses ou interessa ao país pelo que há dias preenche os noticiários seria tentado a julgar que nada mais por cá ocorreria para além dos casos Prestige e Casa Pia. Nada que surpreenda num universo de comunicação social que faz do desastre e do escândalo a seiva que a anima, a oportunidade da disputa de uns quantos pontos percentuais ao «share» da concorrência, mesmo que para isso se disponha a explorar, sem princípios, o que de mais íntimo e chocante envolve o que devia ser apenas notícia.

Não se desvaloriza o significado e consequências de cada um destes casos, e o interesse informativo. Sobretudo se sobre cada um deles se aproveitar para retirar ilações, compreender razões que os tornaram possível, a permissividade que lhes facilita a ocorrência. Espera-se pois que a concentração de atenções sobre os acontecimentos da Casa Pia não soçobre, com a mesma velocidade que irrompeu, perante novo escândalo ou desastre, e que tanta exposição mediática possa favorecer o esclarecimento integral do caso, as explicações mal amanhadas que se vão sucedendo, as razões que levaram ao arquivamento das várias denúncias, o apuramento de todos os responsáveis desde os que cobriram e tornaram possível a actividade do tal Bibi até os que usufruíam da angariação de menores a que a miserável personagem se dedicava.

Como também se espera que este novo desastre no

mar da Galiza sirva para se extraírem conclusões e se adoptarem medidas, no plano nacional e internacional, para que daqui a poucos meses ou anos se não esteja a

escrever ou dizer o que se já se disse e escreveu aquando do desastre com o Aragon em Porto Santo ou com o Erika no canal da Mancha. A experiência, por tão dolorosa e dramática, seria já bastante para que em definitivo se enfrentasse os interesses económicos associados ao transporte de matérias perigosas e se adoptassem as medidas já aprovadas internacionalmente mas à espera de 2015 para serem impostas, e para que dentro de portas não nos resignemos a pedir aos céus

que ventos e marés se encarreguem de afastar perigos e evitar danos.

Nem tudo seria assim tempo perdido e espaço em vão preenchido se tanta e tão densa torrente noticiosa ajudasse a isso.

Entretanto por mais que se procure fazer crer que nada mais existe, vive ou mexe para além do que a imprensa noticia, a verdade é que a vida continua, os problemas avolumam-se, os poderosos enriquecem, os salários desvalorizam, as empresas encerram. E um pouco por todo o lado os trabalhadores resistem, lutam e preparam para dia 10 uma resposta à altura da ofensiva e da gravidade do ataque do Governo e do grande patronato. Longe dos holofotes mas no coração dos problemas e das preocupações de quem vende a sua força de trabalho.



Lazeiras

● Leandro Martins

Há uma série de termos que, pelo seu uso ambíguo, acabam dando novas qualidades - ou retirando-lhas, melhor dizendo - às originais palavras. Pelo menos aos significados que cada um de nós aprendeu, já certamente depois de elas, anos ou séculos atrás, haverem sido veículos de outros pensamentos. E tenho verificado que, para além dos brasileirismos que têm arredado da fala portuguesa muito da sua versatilidade, simplificando - no sentido do empobrecimento - a língua que nos foi dada para nos entendermos por cá, existe um outro fenómeno, este mais negativo (porque, ainda assim, não se pode negar que o Brasil também nos forneceu palavras «novas» ou

nos devolve outras perdas no arcaísmo do desuso), o fenómeno da mercantilização global de tudo o que de humano é capaz de ser trocado ou transmitido ou, mesmo, simplesmente vivido.

É um fenómeno que vem vindo a par do roubo que nos fazem ou pretendem fazer, arrancando-nos direitos sem preço, colando-lhes o preço de um custo que enche bolsos a privados. Saúde, escola, justiça, um dia destes a própria água e não apenas o «serviço» que se paga pelo acesso a ela. Diz-se «consumir» cultura, diz-se «produtos» culturais. Por exemplo. E, num recentíssimo «estudo de mercado» publicado por um «jornal de referência» da direita, o *Diário de Notícias*, pode

ler-se que «os portugueses cortam despesas com o lazer». Que lazer é este? Teatro, música, livros, responde o *DN*, afirmando que estes são «os produtos que mais sofrem com a actual crise».

Lazer e entretenimento. Porque ver um filme, assistir a uma peça de teatro, ler um livro, ouvir uma música, não é cultura. É só para a gente se entreter. Se o «produto» se encontra no «mercado», então é para consumir. Não para enriquecer a inteligência, os sentimentos e os sentidos, mas para deglutir até ao tutano o que lá vem dentro. Se calhar deitando fora o invólucro. No caso de um livro, deitar-lhe as páginas ao lixo, chupado o conteúdo para entretenimento, em tempo de lazer.

Não admira que os portugueses correm nessas despesas, mesmo que não tivessem de cortar noutras mais essenciais para se manterem vivos.



Frases

“Estamos convencidos que, com mais uma mordomia, com mais uma promessa de uma candidatura a um bom cargo, ainda vamos assistir ao Alberto João Jardim a dizer bem de Durão Barroso”

(Carlos Carvalhas, Público, 02.12.02)

“Portugal sempre foi o campeão dos brandos costumes. O País da tolerância infinita. Tão tolerante que se especializou a tolerar o intolerável. Mas neste país acrítico e vago surge por vezes uma sanha justiceira que faz inveja aos piores carrascos da História. Este é também o País da ‘tolerância zero’”

(Paulo Cunha e Silva, Diário de Notícias, 02.12.02)

“Em Portugal habituámo-nos a viver por ondas. Vagas alterosas que varrem o país, impiedosamente, muitas vezes sem nada encontrar (...) Um caso nunca é apenas um caso: é uma maré. Negra, corrupta, pedófila, o que for, mas uma maré implacável onde todos se acusam e onde raramente se encontra um culpado que valha a acusação”

(Nuno Pacheco, Público, 01.12.02)

“A crise em que vivemos é muito mais do que orçamental, económica ou política. Estamos imersos numa dor profunda de identidade moral, de valores, de cultura e de humanidade”

(Fernando Ilharco, Público, 02.12.02)

“O escândalo pedófilo da Casa Pia é um analisador da sociedade portuguesa. Que revela? Revela um país sem administração onde o mais débil ‘lobby’ tem o autogoverno”

(Luís Salgado Matos, idem)

“Mas não tenhamos ilusões. Desta história Portugal não aprenderá nada. Dois ou três homens presos e amaldiçoados bastarão para sossegar as consciências. Já se ouve aliás, com insistência, a classe política a clamar contra os excessos. Cinicamente, em defesa das mesmas criancas que não souberam proteger”

(Leonel Moura, A Capital, 01.12.02)

“A questão da Casa Pia confirma - no pior momento e da maneira mais brutal - a justa desconfiança dos portugueses no Estado. Portugal é uma anarquia mansa, sem lei e sem destino”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 29.11.02)

“Convém notar que, mesmo na Europa, a prostituição infantil não impressionava excessivamente o público. O que mudou? Mudou a concepção da criança: de um autêntico objecto que se podia (...) explorar para a de um ser humano, com a intrínseca dignidade de um adulto, que se podia e devia proteger”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 30.11.02)

“Numa televisão cada vez mais habituada a espreitar pelo buraco da fechadura e a entreter o povo com programas emitidos em directo da latrina, não espanta que a ficção e a realidade mais degradantes se confundam e que a obscuridade e a violação da intimidade se tenham tornado banais”

(Alfredo Barroso, Expresso, 30.11.02)

“O ‘escândalo’, em Portugal, é o antidoto grátis para a falta de perspectiva educacional e cultural do país. É o ‘Xanax’ perfeito para uma sociedade que vive de ilusões de centro comercial. O ‘escândalo’ é o entretenimento perfeito do país”

(Fernando Sobral, Diário Económico, 29.11.02)

• Gustavo Carneiro

Derrotar o pacote laboral e os ataques da direita

Todos à greve geral

É já na próxima terça-feira a greve geral que a CGTP-IN convocou para responder à brutal ofensiva do Governo e do patronato aos direitos e interesses de todos os trabalhadores portugueses à qual todos podem – e devem – aderir.

A greve geral começa a ganhar-se desde já, com o esclarecimento e mobilização de todos quantos são afectados pelas políticas de direita do Governo. E estes são, em primeiro lugar, os trabalhadores – independentemente das suas simpatias e opções sindicais, políticas, partidárias, ideológicas ou eleitorais, como expressou o Comité Central do PCP na sua última reunião. O CC apelou ainda a que, «através de formas diversas de solidariedade e afirmação pública de reclamações, os sectores, organizações e grupos sociais que não estejam directamente abrangidos pela greve geral, façam convergir com a greve geral as muitas e boas razões que têm para protestar contra a política do Governo».

Mas não são só os trabalhadores que começaram a trabalhar para a greve geral. Imediatamente após a sua convocação, começaram os ataques ao movimento sindical e as especulações quanto à necessidade e oportunidade

São as lutas que antecedem a greve geral que determinam o seu sucesso

desta forma de luta. A CGTP – por intermédio de intervenções públicas de diversos dirigentes e de um documento, disponível em www.cgtp.pt – tem vindo a desfazer confusões que possam surgir entre os trabalhadores relativamente a estas questões.

Para a central sindical, os trabalhadores têm de dar expressão à sua luta em tempo oportuno, ou seja, antes das propostas do Governo sobre a legislação laboral serem transformadas em lei, o que acontecerá – ou não – a 15 de Janeiro.

Só a realização da greve geral no período de discussão pública e antes da votação na generalidade, considera a Inter, lhe dá uma dimensão para lá do protesto, tornando-a num factor dinamizador de debate e proposta. Realizar a greve geral antes da votação é também indispensável para que as forças políticas não possam deixar de ter presente a vontade inequívoca dos trabalhadores no momento em que forem chamadas a



Qualquer trabalhador pode aderir

Todos os trabalhadores podem aderir à greve geral do próximo dia 10. Sindicalizado ou não, pertencente ao sindicato que decretou a greve ou a qualquer outro, o trabalhador é livre de aderir a uma greve. A única condição é que o sector ou empresa em que trabalha esteja abrangido por um pré-aviso. Tratando-se de uma greve geral convocada pela CGTP, todos os sectores e empresas estão abrangidos. Os pré-avisos sectoriais servem apenas para reforçar o nacional, nada significando em termos práticos. Ou seja, haver um sindicato de um qualquer sector que não adira à greve geral não significa que os trabalhadores desse sector não estejam abrangidos.

Se um trabalhador for filiado num sindicato que não tenha aderido à greve é livre de fazer greve, pois a adesão a uma greve é um direito individual, que não pode ser condicionada por nada nem ninguém, nem mesmo pelo sindicato a que pertence.

A adesão a uma greve traduz-se em não comparecer ao trabalho sem necessidade de o trabalhador o comunicar à entidade patronal. As faltas dadas nestas circunstâncias estão justificadas, salvo quanto ao direito à retribuição.

votar a proposta de Código do Trabalho.

Quanto à realização da greve em Janeiro, a CGTP-IN relembra que uma acção desta envergadura precisa de tempo e condições de preparação e que entre meados de Dezembro e princípio de Janeiro, os trabalhadores e a população estão envolvidos nas festas de Natal e Ano Novo, muitos de férias, e também a Assembleia da República está parada. «Quem quer acreditar que seria possível fazer uma greve geral nos primeiros dias de Janeiro em final de período de discussão e antes do debate e votação do projecto na generalidade?», questiona a CGTP.

Reforçar a unidade

A UGT não foi excluída da greve geral. Esta é outra das ideias que a CGTP pretende deixar clara, afirmando ter feito – e continuar a fazer – todos os esforços para a unidade na acção. Afirma a Intersindical que na reunião realizada em 13 de Novembro, «deixou bem claro o seu entendimento sobre a oportunidade e utilidade da greve geral em Dezembro, perspectiva que não foi aceite, no momento, pela UGT». Se nessa data, a Inter ainda não tinha data definida para a

realização da greve geral, foi porque «admitia estabelecer com a UGT uma data consensual no período proposto ou em fase útil proposta pela UGT», solução que esta não viabilizou.

Respondendo às afirmações de João Proença – segundo o qual a greve geral é uma «greve de protesto, mas também uma radicalização antinegocial» –, a CGTP alerta para concepções frágeis e limitadoras da intervenção sindical. Estas afirmações são ainda mais absurdas por não se estar perante um efectivo processo negocial, o que é considerado inclusivamente pelas duas centrais. A Intersindical acredita que dificilmente alguém pensará que as alterações já introduzidas no Código de Trabalho se devam a alguma negociação – que afirma não ter existido – e não «aos protestos firmes e às poderosas lutas desenvolvidas».

Mas, para a CGTP, o problema não é a UGT e as suas opções – contestadas inclusivamente por muitos dos seus sindicatos, que já declararam aderir à greve geral – mas sim os «problemas reais com que os trabalhadores se debatem, a violência do pacote laboral do Governo e do patronato, e as suas políticas salariais e sociais profundamente injustas».



Comunistas decisivos no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para a greve geral

Na vanguarda da luta

A poucos dias da greve geral convocada pela CGTP, os comunistas estão mais uma vez ao lado dos sindicatos no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores.

«Há muitas e boas razões para protestar!» É esta a frase da nova campanha nacional do PCP, que apela à participação na greve geral do dia 10. A campanha, que está na rua desde o início da semana, consta de um cartaz de formato mupi, um cartazete autocolante e uma tarjeta. À semelhança do que fez com a jornada de propaganda «pacote laboral, segurança social - andar para trás não» e com a venda especial do Avante! de 26 de Setembro, o PCP volta a estar com os trabalhadores e os

sindicatos no esclarecimento e mobilização para o combate à ofensiva do Governo e do patronato.

Vários sindicatos da UGT e independentes aderem à greve geral

Na tarjeta, os comunistas consideram estar na hora de «dar uma grande expressão nacional ao justo descontentamento que por aí vai com a política e medidas do Governo». Medidas essas que constam de um pacote laboral para menos direitos e mais precariedade e exploração; vida cara; ataque ao poder de compra dos salários e reformas; agravamentos impostos;

assalto das seguradoras à Segurança Social; benesses e chorudos negócios para poucos e necessidades e aperto de cinto para a grande maioria. O PCP considera ainda ser este o momento de lutar contra o pacote laboral, «antes que a maioria PSD-CDS o aprove na Assembleia da República». «Lute por si e pelo País, dia 10 participe na greve geral» apela o PCP no documento.

Onde estão os trabalhadores

Para além das campanhas e iniciativas de carácter nacional, o PCP encontra-se empenhado aos mais diversos níveis nesta realização dos trabalhadores. Nas regiões, concelhos e empresas, os comunistas apelam aos trabalhadores para que adiram à paralisação de dia 10. A célula dos comunistas do Metropolitano de Lisboa alerta os trabalhadores para que não se iludam com as melhorias apresentadas pelo Governo no Código de Trabalho, pois o que é certo é que as medidas previstas no pacote laboral «diminuem de facto os direitos previstos na actual lei». Para a célula do Metro, a luta é o caminho para derrotar o pacote laboral. Para os trabalhadores, os comunistas deixam a promessa: «podem contar connosco, porque nesta como em outras lutas, ocuparemos o lugar que nos compete: a primeira fila».

Nos Transportes Sul do Tejo (TST), a célula comunista chama a atenção para o facto de nada estar ainda decidido e para o papel que os trabalhadores podem jogar para «travar esta ofensiva». Para a célula do Partido, esta é uma luta em defesa dos direitos, da dignidade, do futuro e da democracia.

Alarga-se a frente de luta

No plano sindical, e mesmo depois de o conselho nacional da UGT ter reafirmado a não adesão da central à greve geral, alarga-se a frente de luta dos trabalhadores contra o pacote laboral. Para além da CGTP e de todas as suas estruturas estarem a mobilizar e a esclarecer, quatro sindicatos da UGT juntaram-se à paralisação, deixando a direcção desta central mais isolada e distante das reais aspirações dos trabalhadores. O SITRA e o SITEMA, ambos do sector dos transportes, o SINDEQ, do sector químico, o SINDETEX, dos têxteis, o SINAPSA, dos seguros, e o SINDEL, do sector da energia, foram os sindicatos que aderiram.

Para além destes, também vários sindicatos independentes optaram pela adesão à greve geral do próximo dia 10, o que faz antever adesões significativas, sobretudo em alguns sectores estratégicos. Com a adesão do Sindicato dos Maquinistas, prevê-se que o sector dos transportes sofra uma paralisação considerável. Mas é só um exemplo.



A CGTP e o Partido têm-se desdobrado em acções de propaganda e esclarecimento

Pacote laboral para menos direitos e mais precariedade e exploração • vida cara • ataque ao poder de compra dos salários e reformas • agravamento dos impostos • assalto das seguradoras à segurança social • benesses e chorudos negócios para poucos e dificuldades e aperto de cinto para a grande maioria...

Está na hora de todos dizermos ao Governo que

NÃO PODE SER!

Está na hora de dar uma grande expressão nacional ao justo descontentamento que por aí vai com a política e as medidas do Governo.

Está na hora de todos compreendermos que, cada um por si, ninguém se salva mas que, unidos e solidários uns com os outros, é possível obrigar o Governo a recuar.

Está na hora de dizer não ao pacote laboral antes que a maioria PSD-CDS o aprove na Assembleia da República.

Está na hora de dizer não à injustiça e ao retrocesso.

Está na hora de dizer não a um caminho que só agrava os problemas de Portugal e dos portugueses.



Contra o pacote laboral

A Organização Regional de Setúbal da JCP lançou uma campanha de esclarecimento contra o pacote laboral, numa iniciativa que decorreu no Parque Industrial da Autoeuropa, em Palmela, na sexta-feira.

A campanha procura esclarecer os jovens trabalhadores sobre aprofundamento «das políticas retrógradas que se materializam no presente pacote laboral». Os jovens comunistas consideram que este projecto é «a vergonhosa cedência de um Governo fantoche perante a gula e a arrogância do grande capital», num comunicado.

«Lutaremos em nome do presente e do futuro, sempre com os trabalhadores, na defesa dos direitos fundamentais conquistados através de árduas lutas e grandes sacrifícios de sucessivas gerações de trabalhadores. Porque os trabalhadores e o País merecem mais qualidade de vida, justiça social e um melhor futuro, vamos derrotar o pacote laboral», apela a JCP.

Intelectuais comunistas

O Sector Intelectual da DORL do PCP lança hoje uma campanha contra o pacote laboral, por intermédio de um abaixo-assinado que se pretende alargar pelo meio inte-

lectual português. A sessão de lançamento da iniciativa será no Café Martinho da Arca, pelas 16.30 horas, e contará com uma intervenção de Manuel Gusmão.

O abaixo-assinado foi já subscrito por intelectuais de diversas áreas, entre os quais se encontram Alice Vieira, António Borges Coelho, António Carmo, José Saramago, Morais e Castro, Urbano Tavares Rodrigues e Virgílio Domingues.

Sindicato dos Jornalistas

Também o Sindicato dos Jornalistas lançou um abaixo-assinado, a enviar à Assembleia da República, contra o pacote laboral, que «acentua a tendência para o enfraquecimento da contratação colectiva e reduz os direitos dos trabalhadores». O sindicato condena as consequências que o Código do Trabalho terá na precariedade do emprego e da perda de direitos dos jornalistas, considerando que põe em perigo valores essenciais e garantias fundamentais da liberdade de imprensa. O abaixo-assinado, dirigido a jornalistas e outros trabalhadores da comunicação social, pode ser subscrito no sítio do sindicato, em www.jornalistas.online.pt.

No Carrefour de Oeiras Atentado à liberdade sindical

O Carrefour de Oeiras tentou impedir os dirigentes e delegados sindicais do CESP de reunir com os trabalhadores daquela superfície comercial na passada terça-feira para debater e esclarecer questões relacionadas com a greve geral do próximo dia 10. Apesar de o sindicato ter informado a empresa com a devida antecedência da sua pretensão de realizar um plenário no refeitório durante a hora de almoço dos seus cerca de 500 trabalhadores, a administração não o permitiu tendo indicado uma pequena sala como alternativa. Segundo Célia Lopes, dirigente da CGTP que participava na

acção, na sala onde a administração pretendia que se realizasse a reunião cabiam pouco mais de cinco pessoas.

Com uma nova recusa da administração em permitir a realização do plenário no refeitório, os sindicalistas optaram por entrar na loja e contactar individualmente com os trabalhadores. Durante toda a jornada de contacto e esclarecimento no interior da empresa, os dirigentes e delegados sindicais foram pressionados pelos seguranças e pelo chefe da loja que procuravam dissuadi-los de contactar com os trabalhadores. Apesar de todas as dificuldades que

encontrou, a delegação sindical conseguiu fazer o seu trabalho.

No dia anterior, no Carrefour de Aveiro, a administração também recorreu à segurança privada para procurar limitar a actividade sindical. O Carrefour é reincidente neste tipo de infracções, consideradas pela CGTP como uma «violação clara e flagrante das leis portuguesas, a começar pela lei fundamental». Há uns anos, em Telheiras, dirigentes sindicais chegaram mesmo a ser agredidos quando procuravam chegar ao contacto com os trabalhadores no interior do hipermercado.

ECCO quer despedir 180 trabalhadores

A ECCO'let, fábrica de calçado dinamarquesa sediada em Santa Maria da Feira, pretende, encerrando o sector da costura, despedir 180 trabalhadores. A razão alegada pela empresa é a falta de produtividade dos trabalhadores portugueses. O PCP, ao tomar conhecimento do que se estava a passar na empresa, prestou de imediato a sua solidariedade com os trabalhadores alvo de processo de despedimento e afirmou que não via argumentos para tal atitude por parte da empresa.

No passado dia 25, a depu-

tada comunista Odete Santos deslocou-se à ECCO'let, onde distribuiu um comunicado do Partido e realizou uma intervenção na qual relacionou esta situação com a actual tentativa do Governo de desregular as relações laborais, por via do chamado Código do Trabalho. Odete Santos sublinhou o facto de este tipo de atitudes estarem a ser tomadas em empresas de mão-de-obra fundamentalmente feminina e deixou o compromisso do Grupo Parlamentar do Partido em apresentar um requerimento sobre a matéria, recla-

mando a intervenção rápida da Inspeção Geral do Trabalho.

Os comunistas não acreditam nas razões alegadas pelo patrão da ECCO'let, pois o sector do calçado em Portugal é um dos que mais tem crescido pelo que «só se pode admitir que a empresa, com esta medida, pretenda ir explorar, ainda mais, trabalhadores noutra parte do globo». O PCP, no comunicado que distribuiu aos trabalhadores questiona se os enormes lucros alcançados não servem para fazer face a questões pontuais de menores encomendas.

● Luís Gomes

SOFLUSA/TRANSTEJO

Uma administração conjunta desastrosa

Transtejo e Soflusa, empresas que garantem o tráfego fluvial de passageiros entre as margens do Tejo, têm sido lesadas por sucessivas incompetências de gestão, da responsabilidade dos anteriores governos.

Entretanto, a Inspeção Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações abriu nova investigação, com vista a quantificar os prejuízos.

Albano Rita, presidente do Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante, afecto à CGTP-IN, tem sido a voz dos trabalhadores do rio. Na anterior gestão, viu-se a braços um processo disciplinar juntamente com mais dois delegados sindicais e dois trabalhadores da Transtejo. A nova administração empossada arquivou todos os processos, mas na forja está agora o Código do Trabalho que, sendo aprovado, afectaria e muito a vida dos homens do rio.

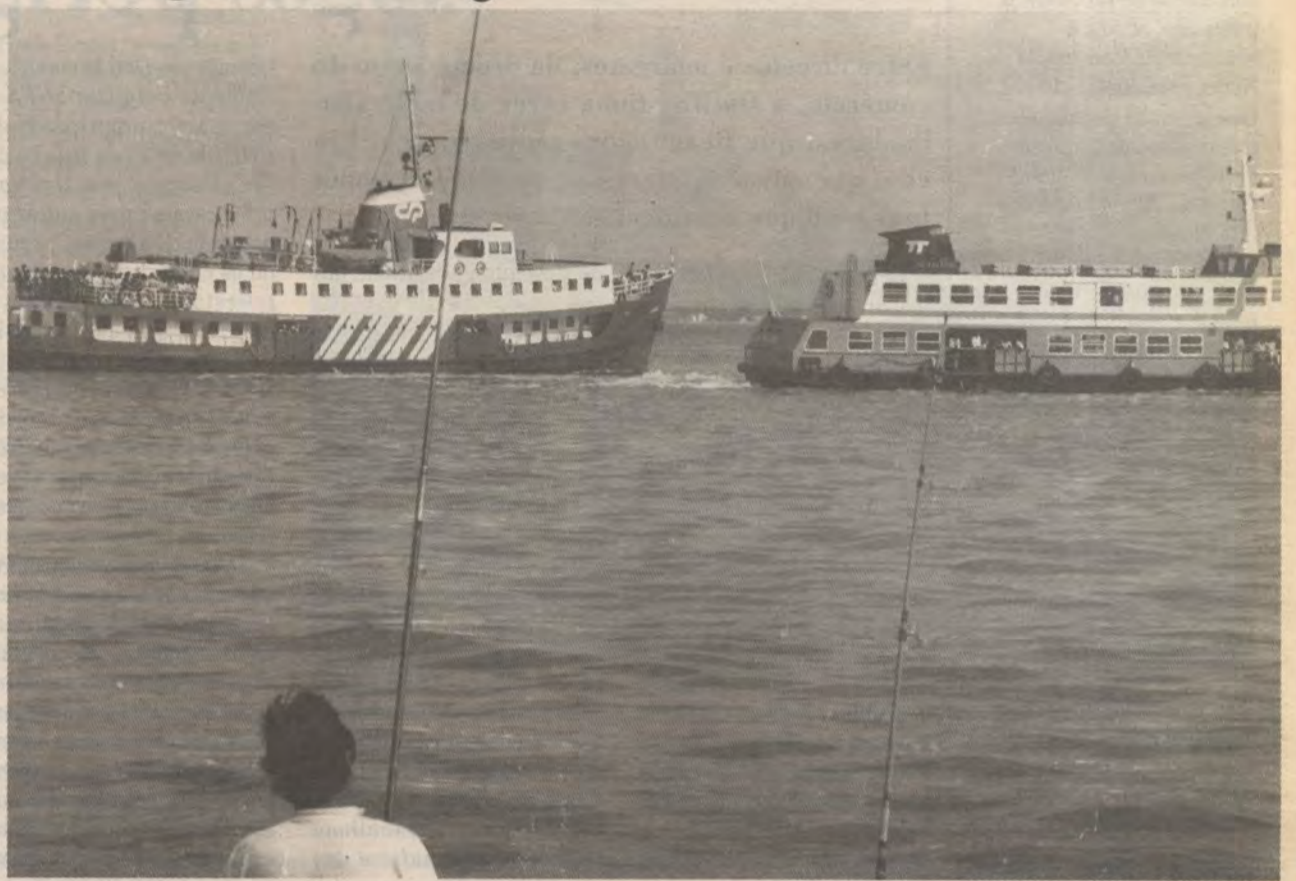
– Tendo em conta a abertura de nova investigação à actividade da Soflusa por parte da Inspeção Geral das Obras Públicas, qual é neste momento a posição do sindicato?

– A posição neste momento é de expectativa. Estão a decorrer as auditorias e estamos à espera dos resultados finais das

mesmas. A Soflusa ficou com vários problemas. Há que arrumar a casa porque ela está há muito desarrumada. A nova administração disse que ia fazê-lo mas, até agora, ainda não vimos nada concretizado nesse sentido. Do nosso ponto de vista, a gestão conjunta Soflusa/Transtejo não é benéfica nem para uma empresa nem para outra, porque estamos a constatar que assim alguma das duas empresas ainda é deixada para trás e, por outro lado, veio criar uma muito maior desorganização.

– Na Transtejo, os trabalhadores auferem de salários que são inferiores aos da Soflusa. Por que é que isto acontece?

– É um problema que não é de hoje. A verdade é que nos últimos dez anos os trabalhadores da Transtejo, que tinham o prestígio de muito terem conquistado por estarem unidos nas reivindicações, quebraram a unidade. Quando isso acontece, fica enfraquecida a capacidade dos sindicatos para reivindicarem e as



Transtejo e Soflusa: má gestão e baixos salários

administrações aproveitaram. Foi a partir daí que os trabalhadores da Soflusa, que sempre estiveram unidos, foram conseguindo acordos colectivos mais vantajosos. Há poucos anos, fizemos uma renovação na direcção sindical e temos dado passos no sentido de tentar unir as vontades, mas sabemos que falta ainda dar alguns avanços significativos.

– E pode a greve geral de dia 10 ser um passo nesse sentido?

– Pensamos que todos os trabalhadores vão dar uma resposta bem positiva à greve geral. Temos que dar uma grande resposta a esta ofensiva do Governo que, com o chamado Código do Trabalho, muito pode agravar a vida dos trabalhadores destas duas empresas onde se trabalha por turnos, onde muito se tem usado o contrato a prazo, e de que dependem muitos agregados familiares. Nesse sentido, realizámos ontem um plenário com o Manuel Carvalho da Silva para esclarecer e alertar os trabalhadores. Nunca houve uma ofensiva tão grande depois do 25 de Abril contra os seus direitos como agora.

– Quais são as principais reivindicações dos trabalhadores?

– Tendo em conta os seus bem baixos salários, o aumento dos mesmos é sem dúvida a principal e primeira reivindicação. É preciso que se saiba que os trabalhadores da Transtejo auferem os mais baixos salários do sector dos transportes. Se tomarem consciência disto, certamente que acabarão por unir-se. Na Soflusa, nos últimos anos temos conseguido chegar a consenso em relação ao acordo de empresa, no entanto consideramos preocupante o problema da renovação da frota da Soflusa. Pensamos também que a Transtejo hoje precisa de renovar a sua frota, e também reivindicamos melhores condições de trabalho e melhor segurança.

– Falando de segurança, já que é uma questão

que certamente preocupa os utentes, e os acidentes também não dão bom nome às empresas...

– Sobre isso, quero dizer primeiro que os acidentes podem sempre acontecer.

Com a renovação da frota, o aparecimento dos catamarans trouxe mais velocidades no rio e, do nosso ponto de vista, as autoridades não fizeram tudo o que deviam ter feito para salvaguardar as ques-

tões de segurança. São também várias as deficiências, para não dizer irregularidades, que existem na forma como têm sido dados os cursos de formação e quem os tem dado, já que alguns formadores, pelo que sabemos, não estão bem habilitados para darem aquela formação. Encaramos a segurança do material, passageiros e tripulações com toda a seriedade e sempre temos persistido nessa questão.



Albano Rita: «Daremos a resposta que o código merece»



Artur Toureiro: «Temos todas as razões para fazer greve»

Denunciar as ilegalidades

Na última luta, para furar a greve, a administração pôs ao serviço contratados a prazo nesse mesmo dia, enquanto trabalhadores com cargos de chefia substituíram mestres de navios nas suas funções. Como se isto não bastasse, trabalhadores a prazo foram ameaçados de não verem os seus contratos renovados caso não trabalhassem, tendo muitos, incluindo efectivos, trabalhado 24 sobre 24 horas seguidas, já que a greve foi de 48 horas. Face a este conjunto de ilegalidades, a Inspeção Geral do Trabalho autou a empresa, mas isso não evitou que a greve visse os seus efeitos atenuados, e que a administração

de Armindo Bento tivesse vindo a público denegrir a imagem dos sindicatos. Albano Rita considera que não seria nada vantajoso para esta nova administração ir incorrer nas ilegalidades praticadas na última greve e faz um apelo de alerta à Inspeção Geral de Trabalho, para que esteja atenta no dia 10 a este tipo de situações que são ultrajantes para qualquer Estado de Direito que se queira democrático.

Para este dirigente sindical, aprovado, o Código do Trabalho vai prejudicar as vidas a todos sem excepção. «Só esperamos que até dia dez, todos os trabalhadores tomem consciência disso.»

Motivos para lutar

Artur Toureiro é um dos novos quadros do sindicato em representação da Transtejo. Desde a última greve, com as perseguições movidas a elementos da estrutura sindical e a trabalhadores, um clima de medo tem levado os trabalhadores da Transtejo e é este medo que para Artur tem que ser vencido.

Para este dirigente sindical, com um código destes, «todos têm desta vez motivos bem fortes para fazer greve».

– Pode dizer alguns?

– São muitos, mas especificamente, há pouco falaram de segurança. No acordo da Transtejo, temos direito a meia hora de pausa por dia para refeição. Isso não é praticado e os trabalhadores na verdade estão de serviço oito horas seguidas todos os dias. A ilegalidade existe há anos e até agora continua. Mais: nos chamados Cacilheiros, efectua-se carreiras de 15 em 15 minutos, muitas vezes oito horas seguidas sem parar. Péssimas são as condições de higiene, para além de graves perigos para a saúde de utentes e tripulações. Os trabalhadores dos ferries são os pior compensados, com turnos a noite inteira e uma compensação que mais parece uma punição, já que, por trabalharem à noite, com as alterações previstas para alterar o horário nocturno, serão fortemente prejudicados. Quanto aos trabalhadores dos catamarans, caso o Código do Trabalho fosse para a frente, teriam também eles que viver a trabalhar 60 horas por semana, o seu horário nocturno seria reduzido e a flexibilidade, sendo para todos, também lhes acabaria com os direitos de efectividade nas tripulações. Com este código, hoje podem estar a trabalhar no Seixal, como amanhã serem obrigados a estar no Porto Brandão. E temos os salários mais baixos do rio. É por tudo isto, e muito mais, que o código não pode passar. Estão em jogo as vidas de quem trabalha.

Desemprego

«Se o Governo não intervir, cerca de 50 mil postos de trabalho podem desaparecer a curto prazo na construção de raiz e obras públicas», afirma o Sindicato da Construção do Norte. Esta convicção baseia-se nas ilegalidades que muitas das empresas deste sector apresentam. Cerca de 70 por cento dos trabalhadores destas empresas nunca tiveram exames de medicina no trabalho, não descontam para a Segurança Social e fisco e, quando o fazem, apenas declaram metade do salário efectivamente auferido. Ausências de seguros, férias e de pagamento de subsídios vários são outras das ilegalidades praticadas. «Numa situação de crise, os donos das obras ficam apenas com os trabalhadores do seu quadro, sendo estes trabalhadores atirados para a rua, não tendo nesta situação direito às indemnizações», afirma o sindicato.

Demissões

A Direcção de Informação da Agência Lusa demitiu de funções, na passada semana, as editoras de política e de informação local. O Sindicato dos Jornalistas (SJ) afirma que na base destas demissões está a recusa das duas editoras em colaborar nas listas de avaliação de desempenho que a agência queria instaurar de vista ao despedimento de jornalistas. Este procedimento da direcção da agência havia já sido rejeitado pelos diversos plenários realizados na empresa, pelo que as duas editoras apenas seguiram, com «dignidade e coerência» as orientações dos plenários. O SJ exige ainda que as demissões sejam suspensas de forma a que se possa prosseguir a evolução positiva que se vinha sucedendo nas relações entre os jornalistas e a direcção da empresa.

Ilegalidades

O semanário local de Ovar *Praça Pública* pretende punir os seus trabalhadores com despedimento como resultado da apresentação por estes de sugestões para a resolução dos problemas da empresa, que a própria havia solicitado. A denúncia é do Sindicato dos Jornalistas, que está a seguir com preocupação a situação destes trabalhadores, que sugeriram um conjunto de soluções de gestão e estratégia que não terá agradado à empresa. Tal contributo acabou por conduzir à apresentação de notas de culpa com vista ao seu despedimento, bem como à suspensão imediata. Esta suspensão acabaria por ser revogada em relação a três jornalistas e a uma assistente administrativa de forma a que pudessem garantir a edição do jornal.

● Gustavo Carneiro

Entre directos e indirectos, da produção ou do comércio, a OniWay tinha cerca de mil trabalhadores, que ficam agora sem emprego. Um caso que envolve interesses, pressões e manobras e em que as vítimas são as de sempre.

Esta é uma face muito pouco falada do «caso OniWay», que ocupou as páginas dos suplementos de economia da generalidade dos periódicos portugueses nas últimas semanas. Tendo realizado um investimento que se estima ser, até ao momento, da ordem dos 440 milhões de euros, a OniWay conseguiu, em finais de 2000, a licença necessária para operar no ramo das telecomunicações móveis de terceira geração, a par das já existentes TMN, Vodafone e Optimus. Alcançada a licença, iniciou-se o processo de estruturação do futuro quarto operador de telemóveis em Portugal: construíram-se equipamentos, ergueram-se infra-estruturas, contrataram-se trabalhadores.

Para além dos cerca de 400 trabalhadores efectivos, trabalham na empresa outros tantos por intermédio de empresas de aluguer de mão-de-obra e ainda muitos com tarefas ligadas à vigilância, limpeza e apoios variados. Estando iminente a abertura de sessenta lojas em todo o País – com o objectivo ter, em 2003, mais de 130 –, estavam já contratados e treinados mais 160 trabalhadores para estas lojas. Fazendo as contas, o encerramento da OniWay deixará

no desemprego mais de mil pessoas.

Em contacto com trabalhadores da empresa, o Avante! apurou que o caso destes despedidos poderá ser dramático, pois as outras empresas deste ramo existentes em Portugal levaram a cabo despe-

dimentos muito recentemente, não se prevendo pois grandes possibilidades de virem a contratar um número significativo dos que saíram da OniWay. Para além disso, muitos dos que trabalham nesta empresa saíram das suas concorrentes, nomeadamente da Optimus. «É muito não saírem a bem», ressaltou um dos trabalhadores contactados. Além disso, lembrou, a «precariedade é prática corrente».

Os futuros despedidos são, na sua maioria, jovens altamente qualificados em início de vida. «Esta empresa oferecia garantias», afirmou. «Nunca esperaram isto.»

Ascensão e queda

A OniWay foi a quarta empresa do ramo das telecomunicações móveis a conseguir licença para operar no sistema UMTS, mais conhecido por terceira geração de

Concorrentes e Governo matam OniWay e deixam centenas no desemprego

Jogos perigosos

telemóveis. Detida maioritariamente pela Oni SGPS – por sua vez propriedade da EDP, do BCP, da Brisa e da GalpEnergia –, a OniWay preparava-se para entrar no mercado. E à frente. Segundo os contactos que o Avante! estabeleceu, era esta a empresa que estava mais avançada na tecnologia UMTS. O que se compreende pela dispersão de esforços que os outros três operadores têm que fazer nos actuais serviços de telemóvel.

Como compreender então que uma empresa com tantas condições de se afirmar no mercado das telecomunicações móveis de terceira geração acabe vendida aos seus principais concorrentes? Segundo o que o Avante! apurou, terá havido uma estratégia concertada dos outros operadores para «matar» a OniWay. O primeiro passo foi dado pela Vodafone e pela Optimus, ao não permitir que o seu novo concorrente estabelecesse interligação com essas duas redes. Ou seja, não era possível ao portador de um telemóvel com o prefixo 95 (da OniWay) ligar para um 91 ou para um 93. «Isto diminuiu a capacidade da OniWay se lançar no mercado, pois uma empresa desta dimensão não iria arrancar com um handicap destes, de só poder ligar para a TMN», afirmou um trabalhador da empresa.

Apesar dos insistentes recursos da administração do quarto operador para os tribunais europeus, já que esta recusa da Vodafone e da Opti-



Primeiro, a EDP enveredou pelas telecomunicações móveis, depois recuou. Os trabalhadores pagaram esta aventura

mus não é permitida pelas normas comunitárias, estes dois concorrentes foram deixando o processo arrastar, até que resolveram, aliados com a TMN, apresentar uma proposta de compra dos activos da OniWay, o que acabou por ser aceite pela EDP, principal accionista. A ANACOM – autoridade reguladora do ramo das telecomunicações – estipulava para estas transacções uma multa de 54 mil euros (9 mil contos), muito menos do que essas empresas perderiam com mais um concorrente.

Não deixa de ser estranho que duas empresas que se deparam actualmente com dificuldades financeiras, como a Optimus e a Vodafone, tenham adquirido parte da OniWay. Além disto, estas duas empresas pouco investiram este ano na tecnologia UMTS, em cujo negócio entrariam – segundo se acreditava – no princípio de 2003. Segundo afirmações proferidas pelas noções fontes, «até parece que já sabiam que a OniWay não iria avançar».

O lobby errado

Não é de somenos perguntar como é que uma empresa suportada por alguns dos maiores grupos nacionais se esfuma assim, quase sem resistência, perante um ataque dos seus concorrentes. Segundo um dos trabalhadores com que o Avante! contactou, a questão da crise no sector não explica a situação. «A crise é para todos. Se empresas como a EDP, o BCP, a Brisa ou a GalpEnergia (os principais accionistas da Oni) não têm estofos para isto, quem terá?», questionam.

Se dúvidas são muitas, certeza há só uma: «existiu uma decisão política, tomada a nível governamental» com o objectivo de dificultar a actividade da OniWay, beneficiando desta forma as restantes empresas que operam nesta área, considera o trabalhador contactado. Ou seja, contrariando as teses liberais, das quais se afirma seguidor, o Governo terá favorecido alguns grupos económicos. A OniWay não era um deles. A provável estarão diversas intervenções do executivo, que se tornaram decisivas neste processo.

A substituição da administração da Autoridade Nacional de Telecomunicações – ANACOM – foi uma delas. Assistindo a todo o processo com uma misteriosa passividade, a autoridade reguladora inclina-se agora para a reparação da OniWay pelos três concorrentes. Luís Nazaré, ex-presidente da ANACOM, afirmou publicamente que, havendo lugar a um quarto operador de telemóveis, deveria ser aberto novo concurso. Mas esta não será a solução.

Entretanto, o processo deu-se também por dentro. Na própria EDP, empresa de capitais

maioritariamente públicos, a substituição da administração trouxe uma nova estratégia. Horta e Costa, novo membro da administração, declarou já por diversas vezes que a empresa devia dedicar-se exclusivamente à sua actividade principal, a produção e distribuição de electricidade. Curioso é o facto de o administrador da EDP, Horta e Costa, ser irmão de um outro Horta e Costa, membro do conselho de administração da Portugal Telecom, possuidora de uma das principais concorrentes da OniWay, a TMN. As razões desta alteração de estratégia por parte da EDP estão ainda por desvendar. Mas as coincidências são mais que muitas.

Com este folhetim, que se arrastou por dois anos, e que terá o seu fim no próximo dia 27 na assembleia geral de accionistas, houve vencedores e perdedores. Os três actuais operadores de telemóveis são os grandes vencedores. Afastaram a concorrência – não sem ajuda do Governo – e ainda ficaram com os equipamentos de que esta dispunha. A EDP e o BCP conseguiram ainda recuperar quase metade do total do investimento realizado, com os cerca de 150 milhões de euros que amealharam da venda da OniWay.

Mas houve quem tivesse perdido por muitos com esta aventura. Os cerca de mil trabalhadores – na maioria jovens – que, laborando numa empresa que lhes parecia segura e durável, começaram, muitos deles, a constituir família. Envolvidos num autêntico jogo de interesses, o qual não pediram para jogar, estão agora à beira do desemprego.



Podendo apenas ligar para a TMN, a OniWay não era viável

6.º Congresso Regional do PCP/Madeira

Ligação aos trabalhadores distingue PCP

Sob o lema «A mudança é possível», decorreu no passado fim-de-semana o 6.º Congresso Regional do PCP/Madeira. Cerca de uma centena de delegados procederam durante dois dias à análise da situação política da Região Autónoma, ao balanço da actividade e da evolução da organização partidária desde o anterior Congresso, à definição das principais orientações políticas e organizativas do Partido para os próximos anos e à eleição da nova Direcção Regional.

Presentes também no Congresso estavam vários convidados, nomeadamente Segundo Martinez, representante da Esquerda Unida das Canárias. O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, presente nos dois dias do Congresso, fez a intervenção de encerramento (ver em separado).

O Congresso foi antecedido de um amplo debate em toda a organização partidária, no decorrer do qual foi discutida colectivamente a Proposta de Resolução Política e, em 14 assembleias electivas, eleitos os delegados ao Congresso – dos quais 50% tinham menos de quarenta anos, cerca de 40% eram operários e 21% eram mulheres.

Adesões ao Partido na Madeira são, na maioria, jovens

A evolução da organização partidária desde o 5.º Congresso apresenta sinais muito positivos. De acordo com o balanço apresentado, a Organização Regional da Madeira do PCP conta, hoje, com cerca de 950 membros, dos quais cerca de 500 constituem o «núcleo activo do Partido». «Ao nível da estrutura, deram-se alguns passos consideráveis: de 13 organismos em 1998, passámos 22 e aumentou-se em cerca de 100 os militantes em organismos. As novas adesões ao partido são, na sua grande maioria, jovens, boa parte dos quais até aos 30 anos».

Uma das lacunas salientadas, tem a ver com a fraca

difusão e leitura da imprensa do Partido, nomeadamente do *Avante!*, pois, como foi salientado, «um militante que não lê o *Avante!* é um militante mal informado e mal preparado para defender as posições do Partido e avançar com propostas e informações para os trabalhadores e para as populações».

Reforçar intervenção

O agravamento da situação política regional, resultante do reforço das posições da direita na região e no continente e os problemas daí decorrentes para os trabalhadores, para os jovens, para os reformados, para as mulheres, enfim para as populações em geral – exemplificados em muitas das mais de quarenta intervenções produzidas – exige uma intensificação da intervenção dos comunistas em todas as áreas e em todos os sectores.

Presente em todo o debate esteve sempre a preocupação do reforço do Partido, considerada indispensável para levar por diante, com êxito, as orientações definidas e a



acentuação do esforço da sua ligação aos trabalhadores e às populações. No que respeita ao trabalho do Partido nas empresas e locais de trabalho – considerado o traço «distintivo essencial do PCP em relação a todos os outros partidos –, o Congresso definiu-o como a primeira prioridade. Salientado igualmente foi «o papel da JCP num partido revolucionário como o

nosso», sublinhando-se a evolução altamente positiva da organização dos jovens comunistas na Madeira, bem visível, aliás, na sua intervenção decisiva para o êxito da participação dos mais de 3000 estudantes do secundário na luta do dia 28.

O balanço à acção do Grupo Parlamentar do PCP/Madeira deixou clara a superioridade – na qualidade

e na quantidade do trabalho produzido e na dignificação do Parlamento – da intervenção dos dois deputados eleitos nas listas da CDU.

A Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM), eleita com duas abstenções, é composta por 29 membros, 11 dos quais integram o organismo pela primeira vez. A sua média etária é de 41 anos.

Carlos Carvalhas na Madeira Virados para o futuro, continuar a luta

«Este Congresso é testemunho de que continuamos empenhados na defesa de uma Região Autónoma mais democrática, mais justa, de valorização cultural, de empregos com direitos e salários dignos, de participação popular, de desenvolvimento com a sua dimensão social, cultural e ambiental», afirmou o secretário-geral do PCP no encerramento dos trabalhos do PCP/Madeira.

A Região Autónoma da Madeira não é apenas «um belo bilhete postal turístico», prosseguiu. É, também, disse, citando algumas denúncias feitas pelos delegados, «uma região com uma taxa de mortalidade infantil de 8,2 por cento, uma taxa de analfabetismo de 12,7%, manchas de pobreza e acentuação das desigualdades» e, ainda, de «problemas do porto do Funchal e da Meia Serra, do Curral das Freiras; dos movimentos de luta pela casa e pelos acessos; das manifestações da população de Porto Santo pelos cuidados de saúde; das lutas dos banicultores da zona Oeste e dos pescadores do atum; ou da luta das mulheres e da juventude pelos seus direitos; da luta pela defesa do ambiente, da agricultura, das actividades produtivas ou das 50 milhas».

É, pois, pela transformação social que o PCP continua a lutar. Porque o PSD, no prosseguimento das políticas neoliberais do PS, «agravou a situação económica e social – caem os salários, as famílias estão mais endividadas, a economia está a afundar-se. O estrangeiro domina cada vez mais os grandes negócios».

Aliás, PS e PSD são «ambos responsáveis pelas privatizações, pela política de concentração da riqueza, pelo crescente domínio da economia portuguesa pelo capital estrangeiro».

Referindo, a seguir, a oferta de 75 milhões de euros que Alberto João Jardim recebeu do primeiro-ministro, «exactamente o limite de endividamento que o PSD da Madeira exigiu», e a sua eleição para vice-presidente do PP europeu, Carvalhas diz que o governo da República «calou o gongórico presidente da Região Autónoma da Madeira», de quem não se ouviu «nem mais uma crítica, nem mais uma «boca»».

Governo cúmplice

O Congresso do PCP Madeira decorre numa situação internacional «complexa e perigosa» em que «ouvem os tambores da guerra», afirmou Carlos Carvalhas, para quem é necessário «parar a guerra antes que ela comece».

Referindo, depois o povo iraquiano, vítima há mais de uma década de sanções que já mataram mais de um milhão e meio de pessoas, Carlos Carvalhas diz que a nova guerra que a Administração Bush quer levar por diante, sob a capa da luta antiterrorista, é «para deitar a mão às imensas fontes de petróleo da região e condicionar a União Europeia». A verdade é que as grandes companhias petrolíferas, designadamente as americanas e inglesas, «não escondem a sua gula de quererem dominar as imensas reservas petrolíferas do Iraque».

Ao alinhar com os planos belicistas de Washington ao disponibilizar as Bases das Lajes para um ataque unilateral dos EUA, o Governo português torna-se cúmplice dos seus «planos mafiosos» contrariando os interesses de Portugal e violando o artigo 7 da Constituição da República, afirmou, ainda, Carlos Carvalhas, saudando, a seguir, o povo palestiniano, o povo angolano, o povo de Timor Leste e todos os povos em luta.

O caso do desastre ecológico provocado pelo «petroleiro-sucata» Prestige foi, também, abordado pelo secretário-geral do PCP que, exigindo a tomada de medidas, lembrou a existência, neste momento, de vários petroleiros do tipo do «Prestige» que poderão atingir as costas portuguesas, como é o caso do «Byzantio».

Entretanto, visto o Congresso do PCP/Madeira decorrer no Dia Mundial contra o SIDA, Carvalhas associou-se à Campanha Mundial 2002-2003, sob o tema estigmatização e discriminação, considerando que o «inimigo é o vírus e não os seropositivos, suas vítimas».

Também os casos de pedofilia que nos últimos tempos têm chocado a opinião pública foram motivo de análise do dirigente comunistas. Este, exigindo uma investigação profunda e rigorosa para apurar os diversos responsáveis, a não aceitação do «voyeurismo» na luta pela conquistadas audiências, e a reposição da verdade, lembrou que na Região Autónoma da Madeira as denúncias e o combate aos actos de pedofilia e de turismo pedófilo foram feitos por Edgar Silva e pela CDU «e não pelo presidente do Governo, que agora engrossa a voz mas que na altura fez declarações que no mínimo se terão de considerar inaceitáveis...».

A encerrar os trabalhos do Congresso, Carlos Carvalhas deixou palavras de confiança: «Virados para o futuro, com determinação, com as nossas causas e convicções, continuaremos a nossa luta contra a exploração e a alienação e a erguer a bandeira da liberdade, da democracia, da justiça social, da autonomia regional e da soberania e independência nacional.»

Mudança é possível

«Conquistar mais força social» é o objectivo essencial do Partido traçado pelo Congresso, porque ela é indispensável à concretização da «necessária mudança», afirmou, na intervenção de abertura dos trabalhos, Edgar Silva, coordenador da DORAM, reeleito no Congresso. Conferir, pois, «conteúdo a este objectivo político de *mais força social* implica termos por tarefa primeira reforçar a nossa organização, criar Partido onde ele não existe, reforçar o Partido onde ele já está». E, ainda, «criar partido nos lugares sociais, lançar novas dinâmicas de comunicação com a sociedade, criar Partido nas empresas, naquelas que definimos como prioritárias, promover novos canais de encontro e de integração de tanta gente que não se quer acomodada, de muitos que esperam por sinais de mudança, de quantos querem a transformação da vida e da História».

Entretanto, prosseguiu Edgar Silva, «para que haja *mais força social* do PCP na Madeira, grande terá que ser o nosso trabalho. Serenamente, formar novos quadros dirigentes leva tempo. Trabalhar discretamente para que se criem condições para o reforço da Organização não se compadece com imediatismos apressados. Criar Partido nos lugares sociais, nos locais de trabalho, af organizar para intervir, não dá grande visibilidade mediática».

Com o lema «A mudança é possível», o Congresso dá corpo à ideia apontada pelo Partido de que «é preciso responder positivamente a tantas das expectativas já esmorecidas nesta Região quanto às possibilidades de mudança», disse, ainda, o coordenador do PCP/Madeira, defendendo a necessidade de «algo absolutamente novo para conter o absoluto poder, uma dinâmica suficientemente ampla da alternativa política à direita, desde sempre dominante nestas ilhas». São, pois, «sinais claros» da disponibilidade dos comunistas para essa mudança, que o Congresso «deverá transmitir à sociedade. Dizer que a «mudança é possível» mas exige passos precisos para a criação de condições favoráveis à sua concretização. Para que haja «mais e melhor autonomia», «mais e melhor democracia na Madeira».

A terminar, Edgar Silva manifestou a sua confiança em que a Resolução Política e «as linhas de rumo» resultantes dos trabalhos do Congresso constituam o contributo do PCP para tornar possível a mudança.

LOULÉ Organização prepara Assembleia

A organização concelhia de Loulé do PCP reuniu, no sábado passado, em Almansil, no âmbito da preparação e discussão da 5.ª Assembleia de Organização Regional do Algarve, para a qual elegeu os seus delegados. O plenário, que teve a participação de José Neto, da Comissão Política, debateu a situação política e social do País resultante da brutal ofensiva do Governo PSD/PP contra os trabalhadores, apoiando a greve geral convocada pela CGTP para o dia 10 de Dezembro. No debate sobre a vida e organização do PCP em Loulé, o plenário decidiu abrir um novo ciclo, tendo aprovado, entre outras medidas, a realização, em Março próximo, da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loulé, que elegerá a nova Comissão Concelhia.

A organização dos membros do Partido no concelho de Loulé e o aprofundamento do conhecimento dos problemas dos trabalhadores e da população, com vista a intervir activamente pela sua resolução, foram outras medidas aprovadas pelo plenário.

VISEU Universidade no horizonte

O projecto de lei que propõe a criação da Universidade Pública de Viseu já deu entrada na Assembleia da República. A iniciativa pertenceu ao Grupo Parlamentar do PCP que retoma, assim, o projecto de lei apresentado em Julho de 2000, assumindo as reivindicações dos estudantes, das estruturas representativas dos trabalhadores, das autarquias, dos empresários, e, ainda, da petição n.º 155/VII (4.ª) que reuniu 11.546 assinaturas.

Em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP diz esperar que desta vez «seja para valer» e apela aos outros partidos que «se envolvam mais na concretização das reivindicações dos cidadãos do distrito de Viseu e menos da querela política e na «propaganda» barata».

QUIMIPARQUE Falta Plano de Reconversão

Ao longo dos anos, coexistindo com algumas indústrias pesadas, tem crescido na Quimiparque o número de micro, pequenas e médias empresas que não obedecem, contudo, a qualquer plano de ordenamento estratégico sustentável. Em 2001, face à intenção manifestada pelo Governo de avançar com projectos de grande interesse imobiliário para os terrenos da Lisnave-Margueira e da Siderurgia Nacional/Seixal, a Câmara Municipal do Barreiro, de maioria CDU, chegou mesmo a apresentar publicamente um estudo-base tendente a iniciar o processo de renovação e reconversão da Quimiparque.

Agora, face a notícias divulgadas sobre a aprovação pelo Governo de uma «nova Expo nos terrenos da Lisnave e da Quimiparque, a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP recorda a reivindicação que há muito vem fazendo sobre a necessidade de se definir um Plano de Reconversão da Quimiparque ao serviço do Barreiro, da região e do País.

MOITA Urge debate público

Face a informações que apontam para a possibilidade de encerramento do Hospital de Alhos Vedros, a Comissão Concelhia da Moita do PCP, salvaguardando posição posterior mais desenvolvida, reclama desde já que toda e qualquer decisão a ser tomada passe por um debate público com a população da vila e do concelho. Entretanto, estranha que instituições e organizações populares do concelho directamente interessadas estejam à margem de qualquer informação sobre o assunto.

BEJA Sociedade anónima, não!

A célula do PCP no Hospital Distrital de Beja está contra a passagem do Hospital Distrital de Beja a sociedade anónima, porque, diz, esse é o caminho para a sua privatização e apela a utentes, população e autarquias que se manifestem contra esta medida.

Com a publicação do diploma que cria os Hospitais Sociedades Anónimas e a recente alteração da Lei de Bases da Saúde, o que verdadeiramente fica em causa é o Serviço Nacional de Saúde, desta forma colocado à mercê «da gula negociada de grandes grupos económicos», denunciam os comunistas, que se manifestam, ainda, contra outros aspectos da lei.

De facto, a nova lei prevê que as admissões de trabalhadores passem a ser feitas em contratos individuais de trabalho, atribui-lhes uma carga horária semanal superior à dos seus colegas com vínculo à Função Pública e um número de dias de férias inferior, consagrando, ainda, a não aplicação das carreiras profissionais. Ou seja, a destruição de direitos adquiridos ao longo de muitos anos de luta.

7.ª Assembleia de Montemor-o-Novo
analisa deficiências e aponta linhas de trabalho

Ultrapassar dificuldades para melhor intervir

Realizou-se, no sábado passado, com a presença de 87 delegados e 32 convidados, a 7.ª Assembleia da Organização Concelhia de Montemor-o-Novo.

A Assembleia, que teve a participação de Francisco Lopes, membro da Comissão Política, discutiu o balanço da actividade desenvolvida pela organização do Partido desde a última assembleia, realizada em 1998, apreciou o Projecto de Resolução Política e elegeu, com duas abstenções, a nova Comissão Concelhia.

No decurso dos trabalhos e ao longo de mais de duas dezenas de intervenções, foram analisadas algumas deficiências de trabalho e falta de militância que, contudo, não impediram a organização de intervir nas questões essenciais da vida do concelho. As maiores debilidades residem, porém, na falta de ligação às empresas privadas do sector operário e de serviços e na área sindical, impondo medidas - que a Assembleia apontou - para ultrapassar as dificuldades.

Durante anos a força do Partido no concelho assentou na Reforma Agrária. Destruída esta, a situação da agricultura mudou completamente e, apesar da actividade agropecuária manter um peso económico importante, com a produção de cortiça, azeite, vinho e carne, a verdade é que a mão-de-obra foi drasticamen-

te reduzida, diminuindo o número de trabalhadores do sector primário e aumentado o do sector de comércio e serviços e construção. Ou seja, verificou-se uma alteração significativa das características sociais da classe trabalhadora no concelho, onde o desemprego, sobretudo entre os jovens e mulheres, continua a ser dos principais problemas.

A destruição da Reforma Agrária alterou as características sociais do concelho

Traçar orientações

A Assembleia definiu linhas orientadoras para o reforço do trabalho a nível do Poder Local, designadamente com a dinamização da CDU e a maior aproximação dos seus eleitos às populações, decidindo, ainda, reforçar a luta junto do poder central para a resolução das principais reivindicações dos montemorenenses.

No que respeita à organização do Partido, os delegados consideraram a necessidade de reforçar a sua intervenção, apontando, entre outras medidas, o recrutamento, até Maio, de 30 novos militantes e a venda, até à próxima Festa do Avante, de mais 25 *Avante!*.

A Assembleia decidiu, ainda, continuar a dinamizar e consolidar o trabalho junto dos agricultores e do movimento associativo, e a dar todo o apoio e acompanhamento ao trabalho junto da juventude.

Depois de aprovadas três moções - de apoio à greve geral; em defesa da paz e contra a guerra; contra o alargamento dos 11 concelhos do Ribatejo à CCR do Alentejo -, Francisco Lopes encerrou os trabalhos, abordando a situação política e social resultante de ofensiva desencadeada pelo Governo contra os trabalhadores e o povo português que os trabalhadores e o povo português.



A Assembleia apontou as orientações para o trabalho futuro

7.ª Assembleia de Olhão PCP – uma força necessária

Sob o lema «PCP em Olhão - Uma força viva, actante e necessária», realizou-se, também, no passado dia 24 de Novembro, a 7.ª Assembleia da Organização Concelhia de Olhão.

No decurso dos trabalhos da Assembleia, presidida por Joaquim Elias, membro da Assembleia Municipal de Olhão, Graciete Bernardo, responsável pelo trabalho do Partido no Concelho, foi apresentado o relatório de actividades que, depois de vivamente discutido, foi aprovado por unanimidade.

Igualmente aprovada por unanimidade foi a Resolução Política. Tendo beneficiado de diversas contribuições, a Resolução define como prioridades de trabalho a resolução da questão do Centro de Trabalho, a divulgação de um conjunto de propostas credíveis e necessárias para o concelho de Olhão e a definição atempada da equipa de candidatos às eleições autárquicas, com vista à recuperação do vereador da CDU na Câmara Municipal de Olhão.

A 7.ª Assembleia de Olhão apontou, ainda, como linhas de trabalho, o reforço e coesão da acção do Partido no Con-

celho, através da realização de assembleias nas freguesias e sectores intermédios, e a estruturação da nova Comissão Concelhia, de acordo com as novas prioridades do trabalho partidário no concelho, nomeadamente o trabalho junto de sectores laborais e empresas, jovens, professores, Pequenos e Médios Comerciantes, agricultura, pescas, recrutamento. Decidiu, ainda, a realização dum ciclo de debates «Debater Olhão».

A nova Comissão Concelhia, composta por 26 camaradas, com idades entre os 20 e os 61 anos, foi eleita por unanimidade e aclamação.

Foram igualmente aprovadas moções de apoio à Greve Geral de 10 de Dezembro, contra a guerra e de solidariedade anti-imperialista com os povos em luta, nomeadamente da Palestina, de Timor, de Angola e de Cuba.

Durante os trabalhos da Assembleia, intervieram, a convite da Mesa, membros de

Organizações Unitárias presentes, que abordaram diversos problemas, designadamente as questões das casas nas ilhas, a política de ambiente e o POOC.

A Assembleia encerrou com a intervenção de José Neto, membro da Comissão Política do CC, que abordou a situação política nacional, os problemas do Partido, a luta dos trabalhadores e a preparação da Assembleia da Organização Regional do Algarve.



A Assembleia decidiu pela realização de um ciclo de debates sobre o concelho

MONTIJO Assembleia no sábado

Realiza-se, no próximo sábado, a 9.ª Assembleia da Organização Concelhia do Montijo do PCP que, desde há três meses, está a ser preparada nas várias organizações.

As freguesias de Pegões e Santo Isidro, por exemplo, fizeram-no num plenário com a participação mais de duas dezenas de militantes, no qual elegeram, também, os seus delegados. A Comissão de Freguesia de Pegões do PCP, em nota à comunicação social, afirma estar convicta de que a Assembleia contribuirá para o ascenso da luta, para alargar a influência e reforçar a organização do Partido. Do debate até agora verificado, resultaram já perspectivas de trabalho e de reforço das organizações, que serão expressas na Resolução Política a apresentar à Assembleia.

OVAR Comissão Concelhia reúne

A Comissão Concelhia de Ovar, eleita na última Assembleia de Organização Concelhia, reuniu pela primeira vez, no dia 22 de Novembro, para definir formas de organização interna e analisar a situação política e social do País e da região.

Depois de apelar à participação dos trabalhadores de Ovar na greve geral do dia 10 de Dezembro contra o pacote laboral, a Concelhia do PCP alertou para a demagogia do Governo que, por um lado, diz querer prolongar o período de discussão pública do diploma mas, por outro, não está disposto a alterar uma vírgula do mesmo.

SEIXAL Faltam médicos de família

É urgente a criação de um hospital para o concelho do Seixal e de Extensões de Saúde em Paio Pires, Vale de Milhaços e Arrentela, afirma a Comissão Concelhia do Seixal do PCP, defendendo, ainda, a abertura das Extensões de Saúde de Miratejo e da Cruz de Pau. De facto, o concelho do Seixal é dos mais carenciados do país em médicos de família - cerca de um em cada três habitantes do concelho (50 000 pessoas) não o tem -, pelo que muitas pessoas são obrigadas a recorrer a consultas particulares.

Também o encerramento de dois dos três Serviços de Atendimento Permanente (SAP) e da Extensão de Saúde de São Nicolau são, para o PCP, medidas que a população não pode aceitar, como não pode aceitar a imposição de limites à acção domiciliária dos enfermeiros que apoiam os doentes acamados que vêem, assim, o seu sofrimento agravado. Por tudo isto, o PCP apoia o abaixo-assinado que as Comissões de Utentes de Saúde puseram a circular - já subscrito por 25 mil munícipes -, exigindo um Hospital para o concelho do Seixal.

AMADORA Gestão «exemplar»

Também a Comissão Concelhia da Amadora do PCP denuncia alguns casos que se estão a passar no Hospital Fernando da Fonseca onde o serviço de urgências encerra durante a madrugada por não ser economicamente rentável e existem listas «quilométricas» de pessoas à espera de serem operadas. Crítica merece, também, o facto de os profissionais serem recompensados pela velocidade com que atendem os doentes... naturalmente à custa da saúde destes. Assim, o PCP defende, entre outras medidas, a cessação do contrato de gestão privada com o Grupo Melo e o encerramento urgente da Incineradora do Hospital, enquanto esta não respeitar as normas ambientais que defendem a saúde pública.

Todos à Greve Geral

A cinco dias da Greve Geral convocada pela CGTP são cada vez mais os apoios e as perspectivas de participação nesta luta.



Bernardino Soares
Membro da Comissão Política

Prova disso foi o sucesso das acções e manifestações de dia 30, em que dezenas de milhares de trabalhadores expressaram a sua firme disposição para a luta contra o pacote laboral e a política do Governo. Prova disso são também as entregas de pré-avisos para a Greve Geral de vários sindicatos filiados na UGT, condicionados pela vontade dos trabalhadores neles sindicalizados. É já certo também que muitos outros trabalhadores não deixarão de estar em luta no dia 10, mesmo que o seu sindicato não adira ou que até não sejam sindicalizados. É assim porque a marcação desta Greve Geral veio ao encontro de generalizadas razões de descontentamento em vastas camadas da população.

Na verdade, há boas razões para que todos participem nesta luta. À cabeça está o pacote laboral, extenso rol de atentados aos direitos de quem trabalha e que seria, se fosse aplicado, uma machadada nos direitos e nas regalias duramente conquistados ao longo dos anos, na conciliação do trabalho com a

salários reais, ao mesmo tempo que o custo de vida aumenta cada vez mais; contra os insuficientes aumentos das pensões e reformas; contra uma injusta política fiscal, que penaliza os trabalhadores e as micro, pequenas e médias empresas, enquanto alivia a banca e as actividades especulativas; contra uma ofensiva geral de degradação e privatização de importantes sectores sociais e serviços públicos, casos da saúde, da educação e da segurança social; contra injustos aumentos de preços em serviços essenciais como transportes públicos, electricidade ou gás, e em produtos básicos de alimentação, no vestuário, no calçado ou nos medicamentos; contra a degradação da sociedade, da democracia e contra a impunidade dos poderosos.

Um papel decisivo

Tendo apoiado desde a primeira hora a convocação da Greve Geral, o PCP e os comunistas têm um importante papel a desempenhar na sua mobilização, onde quer que estejam integrados, seja no movimento sindical unitário e dos trabalhadores, seja no seu local de trabalho ou de residência, seja na intervenção associativa ou institucional. Os comunistas terão também um papel decisivo no esclarecimento da população e dos trabalhadores sobre as razões desta luta.

É preciso continuar a denunciar a gravidade do Código de Trabalho proposto pelo Governo e a falsidade das justificações que apresenta, seja a questão do aumento da produtividade - que

nunca se fará diminuindo direitos e rendimentos de quem produz - ou a do absentismo, em que o Governo contabiliza, por exemplo, as ausências motivadas por doenças profissionais e acidentes de trabalho, matéria em que somos campeões. E deixando claro que, ao contrário do que a propaganda do Governo tenta fazer crer, os recuos na legislação vão aplicar-se em geral a todos trabalhadores, incluindo em muitos casos aos do sector público.

É preciso informar todos de que não houve alterações importantes entre o anteprojecto inicialmente apresentado e a proposta agora entregue na Assembleia da República; para além de recuos tácticos circunstanciais, o Governo acabou até por reabrir a questão da contagem das pausas como tempo efectivo de trabalho, que não estava em causa no texto original. Para além do disso, não há nenhuma negociação em curso entre Governo e sindicatos, estando a proposta do Governo já entregue no parlamento.

E para quem ainda julgue que valeria a pena aguardar pela discussão da proposta na generalidade na Assembleia da República, diga-se que não é depois de casa roubada que se devem pôr as trancas na porta; uma aprovação na generalidade deste diploma solidificará as suas linhas fundamentais, mostrando a experiência que a maioria PSD/CDS funciona, nas discussões na especialidade, como rolo compressor das propostas das oposições.

Diga-se ainda que o respeito pelo funcionamento da democracia em nada obriga a resignarmos-nos a assistir ao funcionamento das maiorias parlamentares. A Greve Geral será uma acção profundamente democrática, e a participação nesta luta, em defesa de direitos fundamentais, é uma exigência para todos os que não aceitam esta degradação da democracia.

A Greve Geral não é o fim da luta, mas é um passo decisivo para travar a ofensiva do Governo e defender a dignidade dos trabalhadores e do povo. A 10 de Dezembro, todos à Greve Geral.

“Os comunistas têm um papel decisivo no esclarecimento da população”

vida familiar, na garantia de direitos democráticos na empresa, na capacidade de acção do movimento sindical e dos trabalhadores.

Mas há também razões para lutar contra uma política salarial que penaliza os trabalhadores, diminuindo os





Emigração Por um melhor futuro

Um Encontro de quadros do PCP na Emigração (Europa), juntou, há dias, no Luxemburgo, mais de trinta militantes de vários países.

O Encontro, que procedeu à análise da situação política nacional e internacional, da importância das organizações do Partido na emigração e das medidas para o seu reforço, teve a participação de Rui Fernandes, do Secretariado do Comité Central, e João Armando, da Direcção da Organização na Emigração.

Os emigrantes comunistas acompanham com preocupação o crescimento que se verifica no mundo dos conflitos armados e do fosso entre ricos e pobres, a par de uma ofensiva ideológica de padronização de pensamentos e atitudes. Como motivo de preocupação são, também, os ataques a direitos e liberdades e a instalação de climas de medo, tendentes a facilitar a aplicação de projectos limitadores de direitos, de que é exemplo a recente resolução aprovada pelo Conselho da Europa legitimando a dissolução de partidos políticos.

O Encontro criticou, aliás, a manifestação de subserviência dada pelo Primeiro-Ministro de Portugal na Cimeira da NATO,

ao oferecer a Base das Lajes para um eventual ataque dos EUA ao Iraque.

Os comunistas emigrados na Europa apoiam, por outro lado, a greve geral convocada pela CGTP para o dia 10 de Dezembro, contra o pacote laboral e por políticas salariais e sociais justas, e consideram que a política de emigração do Governo PSD/PP «confirma plenamente» a justeza e actualidade do abaixo-assinado dirigido pela comunidade portuguesa ao Governo, exigindo a resolução dos seus principais problemas, nomeadamente no que respeita à aplicação de um programa de expansão da língua e cultura portuguesas; concretização de um plano de reforço dos serviços consulares; e alterações à lei 9/2002 para a consagração do tempo de prestação do serviço militar para efeitos de reforma.

A importância do reforço orgânico do PCP na emigração foi matéria também muito discutida, tendo o Encontro definido um plano de actividades para o próximo ano e apontado um conjunto de medidas, com vistas a melhorar o funcionamento dos organismos e a ligação aos membros do Partido e a reforçar o recrutamento de novos militantes.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Alfredo Conceição Lopes

Faleceu, no dia 27 de Novembro, com 59 anos, o camarada Alfredo Conceição Lopes. Era um camarada muito prestigiado, tanto na Mague, onde trabalhou e desenvolveu a sua actividade partidária, como na Freguesia de Alverca do Ribatejo, onde vivia e estava actualmente organizado. Era membro da direcção da Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense, colectividade onde também desenvolveu a actividade de músico.

Ângelo Ferreira de Sousa

Faleceu, no passado mês de Novembro, com 81 anos de idade, o camarada Ângelo Ferreira de Sousa. Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, era muito prestigiado em Vila Franca de Xira, onde esteve organizado. Actualmente militava em Vale da Pita, Cartaxo.

António Augusto Anunciação

Faleceu, no dia 26 de Novembro, em S. João da Pesqueira, o camarada António Augusto Anunciação, de 79 anos de idade, alfaiate. Membro do MDP/CDE, aderiu ao Partido logo a seguir ao 25 de Abril. Pertenceu a várias Comissões Concelhias de S. João da Pesqueira do Partido.

António dos Santos Almeida

Faleceu, recentemente, com 83 anos de idade, o camarada António dos Santos Almeida, advogado, natural de Ferreirim/Sernancelhe. Vivia há muitos anos em Lamego, onde, desde 1974, estava organizado.

Felisberto Ventura Pereira

Faleceu, com 78 anos de idade, o camarada Felisberto Ventura Pereira. Foi membro do Comité Local de Alhos Vedros, tendo conhecido a prisão fascista nos anos sessenta. Depois do 25 de Abril, passou a estar organizado na freguesia de Alhos Vedros.

Maria Leonilde Norte Pinho

Faleceu, no passado dia 27 de Novembro, a camarada Maria Leonilde Norte Pinho. Membro do Partido desde 1975, estava organizada na freguesia de Vila Franca de Xira.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Organizações do PCP acusam PSD e PP de terem esquecido as promessas eleitorais

PIDDAC compromete obras essenciais

O PIDDAC para 2003 continua a merecer duras críticas por parte das organizações regionais e locais do PCP que condenam, ainda, o facto de a esmagadora maioria das propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar comunistas terem sido rejeitadas.

A Direcção da Organização Regional do Algarve, por exemplo, considera que o Algarve «continua a ser a região dos 4%», seja com governo «rosa» ou com governo «laranja». O corte de investimento, em relação ao PIDDAC anterior, é da ordem dos 21%, o que se traduzirá numa verba irrisória para atender às necessidades da população, caso a taxa de execução seja, como este ano, de 65%.

Mais grave, porém, é a distribuição dos recursos pelos concelhos, já que, para além dos concelhos que registam cortes acima dos 50% - Alcoutim, Monchique, Olhão ou Portimão, entre outros -, as verbas atribuídas a alguns deles «raiam o escândalo» - Monchique, 115 mil contos; Alcoutim, 100 mil contos; Vila do Bispo, 24 mil contos...

A Direcção da Organização Regional de Beja, por sua vez, denuncia o corte de 28% que o investimento sofreu no distrito, relativamente ao ano em curso. Tendo em conta, por outro lado, que a taxa de execução deste ano se ficou nos 34,7%, isto significa que muitas das obras já programadas ficarão comprometidas.

A distribuição dos recursos, por vezes, raia o escândalo

A DORBE acusa o PSD e o PP de terem votado contra um conjunto de propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP que pretendiam fazer avançar alguns projectos fundamentais para a região e, ainda, o PS que, com excepção da proposta para o Quartel da GNR de Aljustrel, se absteve nas restantes.

Também em Trás-os-Montes, o PIDDAC baixou em 10% - cerca de 20 milhões de euros

-, em relação a 2002, o que prova, de acordo com a Direcção Regional do PCP a injustiça que o PIDDAC comporta para a região. Assim, enquanto, *per capita*, este é no País de 603 euros, na região ele é de 570 euros.

Quanto à Direcção da Organização Regional de Aveiro reitera a opinião já dada, de que esta proposta «não corresponde aos interesses do distrito, deixa cair várias obras de reconhecido interesse colectivo, não se propõe resolver aqueles que são unanimemente considerados os seus principais problemas e esquece todas as promessas feitas pelo PSD em campanha eleitoral».

Acessibilidades ignoradas

A Comissão Concelhia de Peso da Régua, por sua vez, denuncia o facto de o PIDDAC para 2003 nem sequer contemplar o IC 26 (via de ligação Régua/Amarante), «infra-estrutura de extrema importância para o desenvolvimento do concelho», e a Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo

considera que ele penaliza duramente o concelho e o Alentejo, afectando com o corte de verbas áreas tão importantes como a saúde, a educação, a habitação social e obras públicas.

A Comissão Concelhia de Almada diz que o corte orçamental de 18,5 milhões de euros que se verificou no concelho vai comprometer investimentos essenciais em várias áreas, nomeadamente no domínio das acessibilidades e, concretamente, a construção do IC-32 e o prolongamento para Sul do IC-20 previsto no POLIS.

Por fim, a Comissão Concelhia de Trofa acusa o Governo e os deputados do PSD e do PP de terem um «discurso enganador», uma vez que, tendo prometido, pela voz de algumas personalidades, obras como a criação do Posto da PSP e uma escola EB 2+3 em Trofa, a adjudicação das variantes à EN14 e EN104, a requalificação das margens do Ave e criação do futuro parque natural, acabaram por chumbar as verbas para estas e outras necessidades do concelho.

Aumentos de miséria

A Direcção da Organização Regional de Castelo Branco protestou recentemente contra a queda do investimento do PIDDAC no distrito - 28% -, que contribui para que, em apenas quatro anos, este tenha recuado de 10.º para 14.º lugar na tabela nacional.

Assim, ao contrário do que é necessário, o Governo agrava as assimetrias regionais, tendo mesmo retirado as verbas a projectos e investimentos públicos da maior importância para Castelo Branco, acusa a DORCB, para quem é particularmente escandalosa a votação referente ao Regadio da Cova da Beira, que em campanha eleitoral foi das matérias mais esgrimidas pelos vários partidos.

O Orçamento de Estado para 2003 veio mostrar que os partidos do Governo mentiram em campanha eleitoral e tentam, agora, iludir os reformados e pensionistas, acusa a Direcção da Organização Regional de Portalegre, temendo pelas consequências que os aumentos das pensões anunciados pelo Governo vão ter num dos distritos mais envelhecidos do País.

O aumento anunciado - 5,3% - é, para mais, «fictício», diz a DORPOR, pois se se tiver em conta que só terá efeito em meados do próximo ano, então ele é apenas de 3,3%, já que corresponde a 19 meses e não aos 12 normais.

Entretanto, lembra, o Projecto de Lei apresentado pelo PCP

para a cobrança das dívidas à Segurança Social e consequente aumento extraordinário de 3000\$00 e 4880\$00 para as pensões mínimas de invalidez e velhice foi rejeitado pela maioria PSD/PP.

Por sua vez, a Comissão Concelhia da Marinha Grande protesta pelo facto de, relativamente ao PIDDAC 2003, tanto os partidos do Governo como o PS terem rejeitado as três propostas apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar para o concelho da Marinha Grande - construção de um Molhe Marítimo a Sul da Praia da Vieira, à restauração e reedificação dos principais traçados viários do Pinhal de Leiria e à construção do Edifício da Junta de Freguesia da Marinha

Grande -, desta forma ignorando os interesses do concelho.

A Comissão Concelhia de Coruche considera, por seu lado, que com o OE 2003 o concelho vê de novo adiados importantes projectos e esquecidas as necessidades da população. E lamentando a rejeição, pela maioria de direita, das propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP relativas ao concelho, acusa particularmente a deputada, do PS, Luísa Portugal que, simultaneamente presidente da Assembleia Municipal de Coruche, votou contra as propostas relativas à sede da SIC e à unidade hospitalar do sul do distrito e se absteve na construção da nova ponte entre Couço e Santa Justa.

Pensões e salário mínimo reduzem valor real

Os valores das actualizações de pensões, agora anunciadas pelo Governo PSD-CDS/PP, confirmam o «embuste das promessas que, ao longo de anos, Paulo Portas foi distribuindo aos pensionistas e reformados», acusou o PCP em nota emitida, na quinta-feira passada, pelo Gabinete de Imprensa.

De igual modo, diz, é «ilustrativo de uma política de ataque aos salários», que o Governo se atreve a propor um aumento do salário mínimo nacional de 2,4%, ou seja, valor bastante inferior à inflação que se verificará este ano e à que o próprio Governo prevê para o próximo ano. Esta proposta, «que não pode deixar de suscitar uma forte indignação», desvenda, ainda, que «a convergência das pensões com o salário mínimo que o Governo prometeu se baseia na fácil aposta numa continuada degradação do salário mínimo nacional».

De assinalar é, também, para o PCP, o carácter «ostensivamente gravoso» para os reformados «das insuficientes e mesquinhas» actualizações decididas pelo Governo, que não será atenuado pelo anunciado aumento de 1,3% em Junho de 2003 porque, nessa

matéria, o que o Governo fez «foi adiar para essa data um aumento que, segundo a anterior Lei de Bases - que correu a substituir -, devia verificar-se em Dezembro deste ano».

A «insensibilidade» do Governo e de um Ministério confiado ao CDS/PP perante a situação dos reformados, está, pois, à vista com estas actualizações que, «quanto às pensões mínimas, vão dos 36\$00 (18 cêntimos) ao 52\$00 (26 cêntimos) diários, numa situação em que os aumentos de preços reais, na experiência quotidiana da generalidade da população e dos reformados, superam em muito a taxa oficial de inflação».

Por seu lado, o PCP, que viu as suas propostas de aumentos dignos das pensões e reformas rejeitadas na AR pela maioria PSD-CDS/PP, reafirma o seu propósito de continuar a lutar nesse sentido e «apela a que estas recentes medidas do Governo quanto às pensões e ao salário mínimo nacional sejam vistas como mais uma forte e inadiável razão para as acções de protesto previstas para os próximos dias.»

Açores

Festa de cultura pela paz!

A cultura e a intervenção política marcaram presença em nome da paz nos dias 28, 29 e 30 de Novembro, nos Açores, numa iniciativa da Comissão de Eventos Culturais da CDU-Faial que decorreu nas instalações do Centro do Mar.

Com este evento, que designou de *Festa de Cultura pela Paz!*, a organização quis testemunhar o seu empenho em promover acontecimentos culturais de qualidade na ilha do Faial, associando-se simultaneamente aos movimentos que, um pouco por todo o mundo, vão erguendo a voz contra o flagelo da guerra, perante a constante ameaça de um novo conflito no Iraque.

Este encontro integrou duas sessões da peça de teatro

paganda do PCP alusivo às recentes lutas nacionais do Partido, nomeadamente contra a Guerra e o novo Pacote Laboral, a organização da *Festa de Cultura pela Paz!* montou uma banca de venda de algumas das mais actuais publicações das editoras Caminho, Editorial Avante, Campo das Letras e Edições 70.

Este evento assinalou também a 1.ª intervenção pública do Coordenador Regional do PCP-Açores depois do VII Congresso Regional do

denador do PCP-Açores reafirmou a firme oposição do Partido às orientações «centralistas e retrógradas» da maioria de direita que forma o governo da república. Decq Mota lembrou, a propósito, a «brutalidade» cometida pelo Governo PSD/CDS-PP em relação ao processo de reconstrução das habitações afectadas pelo sismo de 1998 nas ilhas do Faial e do Pico, ao negar a solidariedade nacional para com os sinistrados.

No âmbito interno, o Coordenador do PCP-Açores reiterou as orientações saídas do VII Congresso Regional do Partido, no sentido de ser desenvolvida, desde já, uma acção coerente e empenhada para evitar uma maioria absoluta de direita ou do PS

Decq Mota reiterou as orientações saídas do VII Congresso Regional PCP



Espectáculo musical com Filipa Pais, Manuel Freire, Ricardo Dias, Manuel Rocha e António Bulcão

«Pedro e o Capitão», da autoria do uruguaio Mário Benedetti, encenada pela Companhia de Teatro de Lisboa Águas de Março, e um espectáculo musical do conhecido autor e interprete português Manuel Freire, acompanhado por Filipa Pais, Ricardo Dias, Manuel Rocha e António Bulcão.

Durante os 3 dias da festa esteve patente ao público a exposição *Água Recurso Vital e Finito*, que este ano integrou o Pavilhão Central da Festa do Avante!.

Para além da exposição de material de informação e pro-

Partido. Na sua intervenção, José Decq Mota exortou os presentes a reflectirem sobre a importância da acção que cada um pode ter num movimento cada vez mais amplo e abrangente contra a nova guerra que os Estados Unidos da América querem impor ao mundo, no seguimento de uma política imperialista de consequências devastadoras para os povos de todas as latitudes.

Reforçar o PCP

No plano da luta política regional e nacional, o Coor-

nas eleições legislativas regionais de 2004.

Para José Decq Mota, existem condições objectivas e concretas nos Açores para o reforço da influência do PCP, nomeadamente através do alargamento da CDU, e para que o Partido possa contribuir decisivamente para uma melhor governação e um maior equilíbrio nas políticas regionais, rompendo o «circulo vicioso da alternância da mediocridade» que tem marcado os governos da Região Autónoma dos Açores.

Utentes da saúde exigem hospital público no Seixal

As comissões de utentes da saúde do Seixal e o presidente da Câmara da Câmara Municipal manifestaram-se, na passada semana, frente ao Ministério da Saúde, em Lisboa, para exigir um hospital público no concelho.

«Estamos aqui para entregar mais 4700 assinaturas para juntar às 22 mil que entregámos há 60 dias, para reivindicar uma unidade hospitalar pública para o concelho do Seixal», afirmou Manuel Soares, do secretariado das Comissões de Utentes da Saúde da Península de Setúbal.

Na base da reivindicação está a incapacidade do Hospital Garcia de Orta, em

Almada, para responder às necessidades dos munícipes. «Este hospital está a rebentar pelas costuras», afirmou Manuel Soares, denunciando que «esta unidade hospitalar, que serve os concelhos do Seixal, Almada e Sesimbra, foi concebida para cerca de 150 mil habitantes. Hoje, os três concelhos tem mais de 350 mil».

No protesto, que juntou mais de um centena de pessoas, o membro do secretariado alertou ainda para a «saturação das urgências do Garcia de Orta que vai agravar-se em Janeiro, dado que os serviços de atendimento permanente passam a estar centralizados, em cada con-

celho, numa única freguesia». As operações em atraso, a lotação de cama inferior ao recomendado, a construção de novos centros de saúde e de mais médicos e enfermeiras, foram alguns dos muitos problemas apresentados na concentração junto ao Ministério.

José Sales, da Comissão de Utentes da Saúde da Freguesia da Arrentela e do secretariado das Comissões de Utentes, em declarações ao *Avante!*, sublinhou que «um terço da população do concelho do Seixal não têm médico de família», dando ainda como exemplo a aldeia de Paio Pires «que nem centro de saúde tem».

Lisboa

Um túnel perigoso caro e inútil

O túnel das Amoreiras está estimado em quinze milhões de euros mas vai custar muito mais. E, de acordo com todas as previsões, servirá apenas para escoar por dia cerca de 10 mil veículos, ou seja, servirá talvez 15 mil pessoas por dia. É pouco, muito pouco, para tão elevado custo. Com a agravante de que dois a três anos depois de aberto tudo voltará ao mesmo, já que, como referem os estudos destas matérias, o transporte individual é autofágico: quanto mais facilidades tem, mais exige...

Na Assembleia Municipal de Lisboa, os comunistas exprimiram de forma bem rigorosa muitas dúvidas. Silva Dias, arquitecto, questionou: «É natural e legítimo que os cidadãos se interroguem sobre a proposta de construção de um túnel desde as Amoreiras até à Fontes Pereira de Melo e, eventualmente, até à António Augusto de Aguiar. Quanto custa? Quantos vai beneficiar?» O eleito comunista foi mais longe: «Este túnel é necessário? É útil ou é prejudicial ao funcionamento da cidade? É seguro? Qual é o impacto ambiental que irá provocar? Vai servir para serenar o trânsito em Lisboa ou para o tornar ainda mais frenético?»

Inversão de prioridades

O PCP apresentou na Assembleia Municipal um conjunto de recomendações assim sintetizadas: «Um túnel das Amoreiras até à Rua Rodrigo da Fonseca é uma medida que se afigura necessária e ajustada para a resolução do tráfego desta zona.» O deputado municipal Martinho Baptista afirma que «é uma questão de prioridades, que nesta opção do túnel aparecem invertidas»,



já que «esta obra não deve prejudicar as outras que são essenciais ao funcionamento da cidade, tais como a rede de circulares, o complemento do eixo Norte/Sul ou a via central de Chelas e a resolução do nó Duarte Pacheco-Norte/Sul-Avenida de Ceuta». Referem-se ainda outras matérias: melhoria do espaço público e sua gestão, melhoria do sistema de transportes (corredores, sinalização, percursos), com prioridade para o direito de uso por parte dos peões, juntamente com medidas de

dissuasão da entrada de veículos privados na cidade. Mas sem esquecer os estudos geotécnicos, de segurança, de compatibilidade das características do traçado do túnel com o estudo de tráfego já realizado e a ponderação do faseamento, «encarando a solução de se dar prioridade ao troço até à Rodrigo da Fonseca».

Em matéria de traçado e segurança, Silva Dias levanta sérios problemas para estudo e rectificação, já que, de acordo com os dados disponíveis, «a solução que nos é apresentada corresponde a uma obra contranatura. Utilizam-se pendentes proibitivas, superiores a 9% de inclinação, quando as boas regras preconizam que não se ultrapassem os 3 a 4%. Em certo ponto da obra há mesmo um troço ascendente com 10% de inclinação, a que se segue um outro, descendente, com 6% - é o chamado 'pescoço de cavalo' que faz os condutores saírem do túnel 'às cegas'».

Na guerra do trânsito

«Ora tudo isto está exactamente ao contrário do que devia ser feito: este túnel, por exemplo, o que vai fazer é com que os carros desemboquem em maior número e em maior velocidade no engarrafamento diário do Marquês», sublinha Martinho Baptista. «O que se devia promover era o primado do transporte público, como toda a gente percebe. Mesmo à tarde, para fora da cidade, a velocidade de escoamento do túnel não terá qualquer correspondência na capacidade de escoamento dos concelhos limítrofes. Por isso, o que vai acontecer é que as vias atulham e não funcionam, nem para os automóveis nem para os autocarros»,

completa aquele eleito municipal. Silva Dias, aliás, refere as questões ambientais como essenciais. A obra, sublinha, vai 'comer' uma parte significativa do Parque Eduardo VII, o que tem sido mais ou menos escondido, vai ditar a morte das árvores da Joaquim Augusto de Aguiar, que são hoje um orla vegetal de grande beleza. Numa parte do túnel vai verificar-se um 'pára-arranca'

obrigatório que provocará grande intensidade de produção de gases poluentes em ambiente fechado, a agravar os aspectos já de si perigosos e venenosos do funcionamento do túnel. Este deputado municipal coloca a tónica também «nesta espécie de guerra civil de 'carros-kamikases' uns contra os outros e todos contra os peões, numa luta cruel, em que a CML toma estranhamente partido, com esta obra, a favor dos mais fortes, do lado dos montes de lata».

Áreas Protegidas em risco

A bancada comunista expressou fundados receios quanto ao futuro das Áreas Protegidas no nosso país, considerando que os sucessivos governos têm evidenciado uma postura irresponsavelmente negligente. A testemunhá-lo está o facto de apenas três áreas protegidas (de um total de 25) terem planos de ordenamento aprovados. O que só pode ser explicável, segundo o deputado Honório Novo, pela falta de vontade política «para vencer interesses instalados, para fazer dotar as áreas protegidas dos meios humanos que pudessem, com rapidez e eficácia, elaborar diagnósticos, motivar a participação das populações, das associações de interesses económicos e das organizações ambientalistas na elaboração dos planos de ordenamento das áreas protegidas».

O tema esteve em debate, faz hoje oito dias, a pedido do PSD, que, pela voz do deputado Luís Rodrigues, fez um discurso mais virado para o passado do que para presente. O que até se compreende se atendermos a que o Governo – e esta foi outra das acusações de Honório Novo – reduziu o investimento global nas áreas protegidas em mais de 12 milhões de euros, opção que significa o seu estrangulamento financeiro.

Em defesa da RDP

O deputado António Filipe acusou o ministro da Presidência, Morais Sarmiento de «irresponsabilidade» e «ignorância» no tratamento das questões relacionadas com a RDP e de, em termos globais, não compreender o papel do serviço público. Em causa estão os ataques do governante àquela empresa de radiodifusão através de declarações contraditórias por si proferidas em matéria de audiências e serviço público.

Questionado pela bancada comunista foi, nomeadamente, o propósito anunciado pelo Governo de aumentar a taxa de radiodifusão e de transferir parte substancial das suas receitas para a RTP. «Ficou claro que quer pôr a RDP a pagar a crise da RTP, criando dois problemas onde só existia um», observou António Filipe, que fez uma reiterada defesa do serviço público prestado pela RDP, nos moldes actuais, repudiando, por outro lado, qualquer alienação do seu património.

Lembrado pela formação comunista foi ainda o facto de a RDP desempenhar um papel insubstituível na evolução tecnológica da actividade de radiodifusão no nosso país (venceu o concurso para a introdução da Rádio Digital, por exemplo) e de ter uma confortável situação do ponto de vista financeiro.

PCP alerta e pede explicações ao Governo para evitar tragédias como a do «Prestige»

Novos perigos na costa

O PCP pediu explicações ao Governo sobre as medidas que pensa adoptar para controlar petroleiros que se sabe não reunirem as necessárias condições de segurança e que em breve passarão junto à costa portuguesa.

Em causa está, concretamente, o navio «Byzantio», com pavilhão de Malta, que está a carregar na Estónia 50.000 toneladas de petróleo, com destino à Ásia. Trata-se

de um petroleiro de casco simples, com 26 anos, que deverá passar por águas francesas, espanholas e portuguesas durante o mês em curso. Sabido é também que

este navio pertence a um armador grego e que já foi retido no porto de Dublin, em Agosto passado, devido ao seu mau estado.

Referenciada pela bancada comunista é ainda a existência de um outro petroleiro – o «Express» – que está actualmente a carregar também na Estó-

O lucro e interesses privados sobrepõem-se à defesa do ambiente

nia 80.000 toneladas de fuel-oil. Em requerimento suscitado por Carlos Carvalhas e Honório Novo, dirigido a Durão Barroso, a formação comunista alerta para estes factos e exige do Executivo uma informação sobre o que pensa fazer para evitar eventuais desastres

como o ocorrido com o «Prestige».

«Não entende o Primeiro-Ministro que o Governo português, juntamente com os governos francês e espanhol, deveria pedir às autoridades estonianas para controlarem o petroleiro «Byzantio» e obter informações sobre a rota do petroleiro «Express?», questionam os deputados comunistas.

Em Castanheira do Ribatejo e Viana do Alentejo

Saúde bem pode esperar...

O PCP reclamou do Governo a libertação das verbas necessárias para a conclusão no próximo ano das obras do novo edifício para a extensão, em Castanheira do Ribatejo, do Centro de Saúde de Vila Franca de Xira.

A questão foi colocada pelo líder parlamentar comunista, Bernardino Soares, em requerimento ao Governo no qual chama a atenção para a indiscutível importância que tem para a população da freguesia a

construção daquele equipamento. Cujas obras, iniciadas em 2001, foram suspensas no final daquele ano, assim se mantendo sem que se vislumbre qualquer vontade de alterar a actual situação.

Por isso esta diligência junto do Ministério da Saúde com a qual a bancada comunista pretende sensibilizar o Executivo para que proceda à orçamentação das obras que permitam a conclusão do novo edifício.

Viana do Alentejo

De um novo Centro de Saúde está também a precisar o concelho de Viana do Alentejo. Neste capítulo, as carências são igualmente muitas e o arrastar da sua resolução ganha já contornos escandalosos. É que o propósito declarado para a sua construção é conhecido desde há cerca de oito anos, tendo, na ocasião, inclusivamente, sido inscrita a sua dotação no Orçamento do Estado, sem que, no entanto,

tenham avançado em tempo útil nem o projecto, nem o concurso, nem a obra. O que levou o deputado comunista Lino de Carvalho, muito recentemente, a inquirir o Governo sobre as razões de tanto atraso e sobre as medidas que pensa incrementar para o arranque do projecto, nomeadamente a data para o lançamento do concurso público e o início e conclusão das respectivas obras.

A situação é tanto mais grave quanto é certo que o

actual Centro de Saúde está a funcionar provisoriamente num local que não reúne as condições mínimas de dignidade e de trabalho para os profissionais de saúde e para os utentes. Esta situação transitória resultou das péssimas condições de segurança em que se encontrava o anterior edifício onde estava instalada aquela unidade de saúde, em risco de ruptura iminente, de tal modo que obrigou à sua evacuação por razões de segurança em finais de Outubro passado.

Em apoio do povo angolano

Prestar ajuda humanitária ao povo angolano é um imperativo de Portugal. Esta uma ideia central, unanimemente reconhecida por todos os partidos, saída do debate sobre esta matéria realizado na semana transacta no Parlamento. Aquém das expectativas ficaram porém as medidas concretas do Governo capazes de materializar este apoio. O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, António Lourenço dos Santos, não foi além do anúncio de uma terceira acção de ajuda a Angola, em preparação, sob a forma de cerca de 150 toneladas de alimentos, que se deverá concretizar em Dezembro. Quan-

to a outro ciclo de cooperação bilateral, que estará a ser pensado, nada especificou.

Falando em nome da bancada comunista, o deputado Rodeia Machado, depois de enumerar as carências de toda a ordem que atingem o povo angolano, sublinhou a necessidade de proceder a uma melhor articulação entre as organizações não governamentais que actuam no terreno – cujo trabalho elogiou – com as autoridades de Angola no sentido de uma maior complementaridade das acções desenvolvidas por forma a garantir um «melhor e mais rápido apoio às populações».

Com esse intuito, exemplificou, importa «acelerar a

cooperação» na área da saúde, assinalando a propósito o interesse em revitalizar o Instituto de Medicina Tropical, dando-lhe «mais condições económicas» para que possa agir com mais eficácia no combate de doenças como a malária e a do sono.

Por si salientada foi igualmente a necessidade de reavaliar na área da cooperação – e concretamente na ajuda bilateral Portugal/Angola – os projectos previstos a médio prazo, dando prioridade aos pequenos projectos que permitam apoiar «uma população que nada tem», desde a comida à roupa passando pela falta de condições sanitárias.

Alienação de imóveis do Estado

A maioria PSD/CDS-PP recusou, faz hoje uma semana, na generalidade, um projecto de lei do PCP sobre a alienação de imóveis do Estado. Nessa iniciativa o Grupo Parlamentar do PCP propunha que fosse atribuído às autarquias o direito de adquirir por ajuste directo os bens imóveis do Estado situados no seu território e que o Governo pretendesse alienar. Por outro lado, propunha-se também que as pessoas colectivas de utilidade pública pudessem ter direito de opção na aquisição de imóveis do Estado em hasta pública.

O projecto de lei do PCP foi

suscitado pelos problemas surgidos em torno do processo de alienação de bens imóveis do Estado recentemente lançado. No passado mês de Outubro o Governo publicitou um vasto conjunto de imóveis a alienar em hasta pública, de entre os quais constavam imóveis muito significativos, e relativamente aos quais haviam sido assumidos compromissos com as autarquias e as populações quanto à sua utilização para equipamentos colectivos.

Para o PCP, conforme explicou no debate o deputado António Filipe, a alienação de imóveis públicos «deve salva-

guardar expectativas existentes das autarquias e das populações quanto à utilização desses imóveis para fins de interesse público, justificando-se plenamente a sua venda por ajuste directo às autarquias interessadas». A maioria, como vem sendo hábito, permaneceu surda a argumentos de bom senso e de interesse público, recusando tal proposta. Ficou claro que, para a maioria, o encaixe financeiro do Estado à custa da venda ao desbarato de bens do património público se sobrepõe claramente aos justos interesses das populações.

Ataque a direitos na Silopor

Existente há cerca de 15 anos, o «Seguro de Saúde» de que beneficiam os trabalhadores da Silopor, Empresa de Silos Portuários, S.A., está em risco de se perder.

O alerta foi dado pela comissão de trabalhadores da empresa que, entre outras diligências, levou o assunto ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP, que, na posse dos dados, tratou já de solicitar esclarecimentos ao Governo. Foi através de requerimento, assinado pelo deputado Jerónimo de Sousa, no qual este convida o Executivo a pronunciar-se sobre o que se passa no seio da empresa e sobre a matéria legislativa que poderá estar na base de uma decisão que inequivocamente põe em causa direitos adquiridos pelos trabalhadores.

A questão surge com a possibilidade de o Governo vir a aprovar em Conselho de Ministros legislação respeitante à chamada «moralização de algumas situações de regalias e mordomias» detidas por administradores de empresas e institutos públicos.

Sem questionar a necessidade de adoptar medidas neste sentido, perante a escandalosa situação existente em muitas empresas e institutos públicos, o PCP entende que um tal processo não pode pôr em causa direitos e regalias conquistadas pelos trabalhadores, como é o caso do referido «Seguro de Saúde».

Alcançado há década e meia, na sequência de um processo negocial levado a cabo entre as organizações sindicais e a actual comissão liquidatária da Silopor, aquele é um seguro de saúde, com efeito, que assume uma enorme importância na vida dos cerca de dois trabalhadores da empresa.

Por isso, como sublinha Jerónimo de Sousa, a sua extinção não poderia deixar de causar graves prejuízos sociais junto dos trabalhadores e seus familiares (descendentes), tanto mais que, estes, na sua grande maioria, correspondem a uma faixa etária não jovem, enquanto os futuros trabalhadores veriam a sua situação laboral mais precarizada.

PCP responde com medidas legislativas a flagelo nacional

Prevenir e combater os fogos florestais

O flagelo dos incêndios é tema recorrente em cada início de Verão. Como repetida é a asserção de que a melhor forma de os combater é preveni-los, preferencialmente, no Inverno. Um contributo nesse sentido acaba de ser dado pelo PCP.

Trata-se de duas iniciativas legislativas, entregues na semana transacta no Parlamento: numa, sob a forma de projecto de lei, definido é um programa de re-arborização para áreas percorridas por incêndios florestais; a outra, em projecto de resolução, estabelece medidas visando melhorar as políticas de prevenção e combate aos fogos florestais.

Em qualquer dos casos, como pressuposto de base, está a ideia de que a grande prioridade deve ser dirigida para a prevenção e de que o momento adequado para intervir é o que antecede os próprios acontecimentos.

Uma prática que nesta matéria tem estado longe de ser seguida no nosso país, como atesta o facto de todos os anos por altura do estio,

A grande prioridade é a prevenção

perante a dimensão da tragédia que consome a nossa floresta, assistimos a retumbantes declarações de responsáveis governamentais que, passado o pico do problema, depressa voltam a dar lugar ao silêncio.

A inércia do Governo

Foi o que de novo sucedeu este ano. E desta feita, tal como em ocasiões anterior-

res, prometido foi pelo Executivo apresentar em Setembro um pacote de medidas para fazer face a um novo Verão quente. «Mas a verdade é que Setembro já lá vai e nenhuma medida foi anunciada pelo Governo», denunciou, a propósito, o deputado Lino de Carvalho, em conferência de imprensa, na passada semana, destinada a divulgar os diplomas do PCP.

Acompanhado pelo deputado Honório Novo e Rodeia Machado, Lino de Carvalho pôs em relevo alguns dos factores que estão na origem dos incêndios que devoram a nossa floresta.

À cabeça, desde logo, está a ausência de uma política de reestruturação das explorações que diminua a dispersão da estrutura fundiária e combata o absentismo. Recorde-se que dos 3,3 milhões de hectares ocupados com floresta, 87 por



Todos os anos o nosso valioso património florestal é fustigado pelo fogo, todos os anos se fala do mesmo, mas continuam a faltar as políticas de prevenção

cento é privada, três por cento pertence ao Estado e dez por cento às comunidades de baldios. E 85 por cento do total das explorações não excede os cinco hectares. Ora é precisamente nestas áreas, também por falta de apoios, que existe um maior absentismo, o qual se traduz, nomeadamente, na ausência de limpeza equilibrada do manto florestal.

«Se a isto somarmos as políticas agrícolas e a ausência de políticas de ordenamento do território que têm contribuído para a desertificação das zonas serranas estão criadas as condições para que anualmente a nossa floresta seja pasto de grandes incêndios», sustenta a formação comunista.

Uma situação tanto mais criticável quanto é certo que a Lei de Bases da Política Florestal (para a qual o PCP deu um decisivo contributo), aprovada em 1996, estabeleceu pela primeira vez um quadro global orientador para a nossa floresta. Nela se previa, designadamente, como foi recordado pelos deputados comunistas, para além de 13 medidas de urgência, a elaboração de Planos Regionais de Ordenamento da Floresta e de Planos de Gestão Florestal, em obediência a

Os números da tragédia

Para além dos dramas humanos, dos momentos de aflição e dor, da irremediável perda de vidas e dos danos materiais, são ainda os números sobre as áreas consumidas pelo fogo que dão a verdadeira dimensão dessa tragédia que assola todos os anos o nosso país.

De 1980 a 2000, isto é, em apenas duas décadas, ardearam mais de 2 milhões de hectares de floresta. Só no ano de 2001 o número de hectares ardido atingiu os 106 592 e, em 2002, ascendeu aos 117 294 hectares.

Também neste capítulo detemos mais um triste recorde: somos o país do Sul da Europa com maior área ardida em relação à respectiva superfície florestal.

critérios de compartimentação e diversificação dos povoamentos, considerados «instrumentos essenciais para o ordenamento florestal e para a redução dos riscos de incêndio».

Falta de coordenação

Ora a verdade é que, até ao momento, nada foi feito nesta matéria, acusa a bancada comunista, que vai mais longe nas críticas ao lembrar que o Governo, para lá da inércia, revelou também irresponsabilidade e incompetência. É a ilação que se retira de alguns factos relata-

dos aos jornalistas, como sejam o de apenas metade dos 210 postos de vigia para a detecção do fogo ter sido accionado este ano, ou o «enorme défice de coordenação» entre as diversas entidades, incluindo três ministérios, que intervêm na floresta portuguesa.

Referenciada foi ainda a circunstância de o corpo de Guardas Florestais estar reduzido a 700 efectivos (número que segundo as previsões diminuirá para 420 efectivos, em 2006, por motivos de aposentação), quando as necessidades verificadas apontam para um contingente de mais de mil efectivos.

Mais meios e melhor planeamento

A elaboração urgente dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e dos Planos de Gestão Florestal, a par do reforço do efectivo de Guardas Florestais, das Brigadas de Vigilantes da Natureza e das equipas de Sapadores Florestais, constituem duas das medidas preconizadas pelo Grupo Parlamentar do PCP no projecto de resolução por si entregue na Assembleia da República.

Visando em termos globais a melhoria das políticas de prevenção e combate aos fogos florestais, o documento advoga, por outro lado, a unificação do comando das actividades de prevenção, vigilância e combate aos fogos florestais (face à actual dispersão de entidades que intervêm nesta matéria), defendendo, simultaneamente, uma cooperação e coordenação permanente entre o MAI, o MADRP, o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e o Ministério da

Defesa Nacional. Visto como necessário, ainda neste capítulo, é o estabelecimento de parcerias com as empresas do sector florestal, as organizações de produtores florestais, as comunidades de Baldios e as Associações de Defesa do Ambiente, tal como necessária é também uma melhor definição de funções e articulação das Comissões Especializadas de Fogos Florestais, com vista a uma racionalização das estruturas de combate aos fogos.

Para o PCP importa igualmente que seja garantida a existência de meios de combate leves e flexíveis, designadamente aéreos e de um maior número de brigadas motorizadas e helitransportadas.

O estudo sobre a viabilidade de adquirir meios aéreos próprios do Estado para o combate aos fogos florestais, por forma a reduzir a dependência do aluguer de meios aéreos, é outra das medidas apontadas no projecto de resolução, que refere também

como importante o funcionamento pleno dos Postos de Vigia, 24 horas por dia, pelo menos entre 15 de Maio e 15 de Outubro, bem como a multiplicação dos pontos de tomada de água e de um programa de abertura e limpeza de caminhos e aceiros e da criação de faixas de protecção às áreas urbanas.

A criação de um programa de apoio técnico e financeiro à eliminação de matos e desperdícios lenhosos, e, bem assim, a criação de Parques de Recepção de Material Lenhoso Ardido, sob gestão da Direcção Geral de Florestas em parceria com as organizações de produtores florestais e comunidades baldias.

Relevo, por último, para as propostas no sentido do reforço dos meios de apoio aos Corpos de Bombeiros e da criação de programas de sensibilização ambiental e de defesa da floresta nas escolas e entre a população com a mobilização dos meios de comunicação social.

Proteger uma riqueza

Nos seus objectivos, o Projecto de Lei do PCP visa, em síntese, criar um Programa de Rearborização para Áreas Percorridas Por Incêndios Florestais, aplicável às áreas queimadas de forma contínua numa extensão igual ou superior a 100 hectares. Como é dito na nota preambular do diploma, reportando-se ao ano em curso, aquelas áreas representam 62,2% do total que ardeu, estimando-se que os prejuízos tenham atingido os 58 milhões de euros (segundo os dados da próprio Ministério da Agricultura), embora o número de incêndios correspondentes não ultrapasse 164, isto é, 2,4% do total.

Segundo o articulado do

diploma, o Ministério da Agricultura, através da Direcção Geral de Florestas, deverá, no prazo máximo de um ano após os incêndios, promover a elaboração dos respectivos Programas tendo em conta as orientações estratégicas do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa e em parceria com as organizações de produtores florestais, os órgãos de administração dos baldios e as empresas florestais. A execução destes Programas, por sua vez, será da responsabilidade dos proprietários e arrendatários florestais no prazo de dois anos após a elaboração dos projectos de re-arborização. Em caso de incumprimento, de acordo com o diploma, compete

à Direcção Geral de Florestas assumir a sua execução, promovendo o ressarcimento financeiro junto daqueles.

Estipulado é ainda que as explorações florestais que confinem ou sejam atravessadas por vias de comunicação onde seja elevado o risco de deflagração de incêndios tenham uma re-arborização com espécies mais adequadas a evitar a propagação de fogos numa distância até 25 metros das margens da via. «Os respectivos produtores florestais poderão ser compensados, nestes casos, pela eventual quebra de rendimento resultante da transformação cultural a que sejam obrigados», diz o projecto de lei do PCP.



Nas actividades de prevenção e vigilância e no ataque aos fogos faltam muitas vezes a coordenação e os meios

30 de Novembro
– 10 de Dezembro

Tempo de agir

«**O** que vos pedimos são dez dias de trabalho intenso» para mobilizar todos os

trabalhadores para a greve geral. Foi com estas palavras que um pouco por todo o País diversos dirigentes da CGTP se dirigiram aos milhares de trabalhadores que se manifestaram no passado sábado, dia 30 de Novembro.



E foram muitos, em diversas cidades do País. Noutros locais, optou-se pela sensibilização dos trabalhadores e das populações através de distribuições massivas de propaganda, buzínos automóveis contra o pacote laboral

e por melhores condições de vida e muitas outras iniciativas. O que interessava era deixar bem claro o repúdio dos trabalhadores pelas políticas do Governo e mobilizar para a greve geral: e esse objectivo foi cumprido.

Em todas as acções, era notória a forte presença de jovens, ou não fossem estes os principais visados pelos ataques do Governo e do patronato. «Agora e sempre, juventude está presente» e «É preciso que isto mude, emprego certo para a juventude» foram algumas das frases entoadas, sempre muito saudadas pelos restantes manifestantes e mesmo por muitos que apenas passavam. Também os reformados, a braços com a degradação das suas já precárias condições de vida, tomaram o seu lugar nesta luta. Com aumentos de 4 por cento das pensões mínimas, os pensionistas vêem o Governo faltar à sua promessa de fixar em 40 contos

(199,5 euros) esta pensão neste mês de Dezembro. Mais uma vez a direita lembrou-se dos reformados na campanha eleitoral para se esquecer deles logo que se apanha no poder. Esta convergência, que trouxe às ruas não apenas trabalhadores mas também jovens e reformados, tem uma razão: uma política de direita que aumenta os preços e os impostos sobre o trabalho e reduz salários, pensões e impostos sobre o grande capital. Desde 1994 que a actualização do salário mínimo não representava uma perda de poder de compra. Este ano aconteceu. Mas o prato forte do dia foi o pacote laboral, que, aliás, «só interessa ao capital», como muitas vezes foi afirmado. «Bagão, Portas e Durão são governo do patrão» sintetizava esta realidade. Por tudo isto se lutou no dia 30. Por tudo isto e muito mais os trabalhadores estarão em greve no próximo dia 10. Mas, para que esta





greve geral seja coroada de êxito, é preciso trabalhar desde já. Porque uma greve geral ganha-se nos dias que a antecedem. Com esclarecimento, trabalho. «O apelo é a todos», afirmou Carvalho da Silva num largo dos Restauradores apinhado de gente: «É tempo de agir, de ir para a luta com confiança. Temos que rechaçar esta ofensiva.»



Polícia impede colocação
de faixas na marcha pela paz

Liga Comunista dos EUA reforça combate contra Bush

A contestação à administração de George W. Bush, a luta pela paz e o aumento do número de militantes foram os temas centrais da 7.ª Convenção da Liga de Jovens Comunistas dos EUA.

A Liga de Jovens Comunistas dos Estados Unidos da América (YCL USA) realizou, no ano em que completa 80 anos de luta, a sua 7.ª Convenção Nacional, em Chicago, Illinois, entre os dias 22 e 24 de Novembro.

Depois de cerca de seis meses de intensa fase preparatória e com a participação de cerca de 200 delegados de 21 estados, os militantes da YCL USA chegaram à Convenção Nacional mais fortes e com perspectivas de reforço e trabalho mais audazes.

A média de idades dos delegados rondava os 23 anos, sendo a composição de género de cerca de 50 por cento de rapazes e igual número de raparigas, e em que apenas 15 por cento dos delegados presentes tinham já participado em convenções anteriores.

As questões centrais mais discutidas estavam relacionadas com a necessidade de reforçar a organização no

maior número possível de estados, o desenvolvimento do trabalho de maneira a denunciar e dar combate à política imperialista e militarista dos Estados Unidos e particularmente à administração Bush, a luta pela paz e contra a guerra e as formas de chegar a mais jovens e ganhá-los para os ideais de transformação da sociedade que a YCL corporiza e defende.

Também a participação e intervenção dos membros da YCL nos movimentos da Paz, das Mulheres e dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, entre outros, foi muito debatida e apontada como uma linha de trabalho prioritária.

Marcha pela paz

De entre os convidados, há que destacar os dirigentes do Partido Comunista dos Estados Unidos, membros da Direcção da União de Estu-

dantes dos EUA e também diversas delegações de organizações internacionais, onde para além da JCP marcaram presença a FMJD, a Juventude Comunista Grega, a Liga de Jovens Comunistas de Israel e Federação de Juventude de toda a Índia. Os representantes das delegações estrangeiras intervieram e debateram diversas questões, reafirmando a solidariedade internacionalista com os povos em luta.

No segundo dia da Convenção realizou-se uma marcha pela paz, onde participaram todos os delegados e convidados. Esta iniciativa foi rodeada de excessivas medidas de segurança por parte das autoridades locais, que, no final, não permitiram a colocação de faixas contra a guerra alegando que não podiam permitir cortes no trânsito.

Esta situação ilustra os obstáculos que são criados à intervenção dos comunistas nos EUA. A acção terminou com um comício de rua, improvisado com diversas intervenções, onde se exibiram as faixas e onde diversas pessoas demonstraram o seu apoio à iniciativa e às reivindicações ali expressas.



Lisboa



Setúbal



Caldas da Rainha



Coimbra

Congresso da JC Colombiana critica governo

A Juventude Comunista Colombiana realizou o seu XI Congresso entre 8 e 11 de Novembro, em Bogotá, sob o lema «Jovens por uma Pátria Nova», tendo debatido questões como o Plano Colômbia e o Acordo de Livre Comércio das Améri-

cas (ALCA) e as formas de lhes fazer frente.

As críticas ao governo de Uribe e a sua subserviência aos interesses imperialistas dos Estados Unidos foram uma constante, tendo também sido apontada a necessida-

de de reforçar uma frente política e social que consiga reunir diversas sensibilidades e dar uma resposta de firme combate a estas ofensivas.

No Congresso estiveram presentes cerca de 250 delegados provenientes de 21 províncias, que debateram a proposta de resolução política e o relatório de actividades. Cerca de 40 por cento dos delegados eram raparigas e a média etária rondava os 21 anos.

O Congresso funcionou em plenário e em painéis diversos relacionados com a actividade diária dos jovens comunistas colombianos (intervenção junto dos estudantes do ensino secundário e superior, participação no movimento associativo, situação política actual, formação ideológica e jovens trabalhadores, entre outros), tendo contado com a presença de diversos dirigentes do Partido Comunista Colombiano, entre os quais o secretário-geral e o director do órgão central do Partido, «A Voz».

Um dos momentos altos do Congresso teve lugar quando foi transmitida via áudio uma mensagem de saudação pelas FARC. Também a dinamização de diver-

sos momentos culturais no decorrer do Congresso, a cargo dos militantes da JUCO, proporcionaram momentos de convívio e confraternização entre os delegados e convidados presentes.

A participação de delegações de organizações de outros países foi muito valorizada pelos camaradas colombianos. Para além da JCP estiveram presentes, entre outras, a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Juventude Comunista da Venezuela, a Juventude Socialista do Equador, a Casa da Juventude do Paraguai, a FMLN de São Salvador e a União de Jovens Socialistas do Brasil.

Para Miguel Madeira, que representou a JCP na iniciativa, o Congresso da JUCO constituiu «um momento importante para a luta da juventude Colombiana e uma demonstração de firmeza e vontade na transformação revolucionária da sociedade e um recarregar de baterias no intenso e duro combate que aquela juventude partidária trava diariamente, numa afirmação contra a ofensiva capitalista que se reveste de uma brutalidade extrema e que coloca muitas dificuldades e obstáculos ao desenvolvimento e à intervenção dos comunistas».





Covilhã



JCP salienta unidade entre estudantes

A JCP apoia as reivindicações dos estudantes do secundário e saúda a iniciativa dos que «se sentem directamente agredidos pelas posturas do Governo», numa nota de imprensa, na semana passada.

«Num momento em que o Governo do PSD e do CDS/PP não mostra qualquer vontade política para resolver os problemas do ensino, a JCP considera de extrema importância a unidade entre os estudantes e a sua disposição para uma batalha que não pode ser perdida e que tem de ser travada em nome do desenvolvimento da educação em todo o País», sustentam os jovens comunistas.

A JCP saúda a organização dos estudantes e das suas associações «pelo esforço de consciencialização em prol de uma educação pública, gratuita e qualidade, onde a educação sexual seja uma realidade, onde o Estado assegure as suas funções em vez de privatizar o ensino, onde existam condições materiais e humanas e onde o ensino superior não seja só para alguns, assumindo uma forma elitista e injusta através dos exames nacionais e do *numerus clausus*».

Os jovens comunistas salientam ainda «a capacidade das camadas estudantis de reagir pronta e organizadamente às ofensivas que lhes sejam dirigidas por parte de um qualquer governante».

Diversas organizações da JCP enviaram as suas saudações aos estudantes, entre elas o Executivo Concelhio e a Coordenadora Concelhia da Organização do Secundário de Setúbal, a Comissão Regional de Beja, o Colectivo do Ensino Secundário de Aveiro e Comissão Concelhia de Guimarães.

Greves e manifestações dos estudantes do secundário em todo o País

50 mil saíram à rua

Cerca de 50 mil estudantes protestaram contra o Estatuto do Estudante do Ensino Não Superior, a falta de condições materiais e humanas nas escolas, o sistema de acesso ao ensino superior e o atraso na aplicação da educação sexual. Foi na quinta-feira.

Cerca de 50 mil estudantes do ensino secundário manifestaram-se em todo o País, na quinta-feira, segundo dados avançados

«Se somos o futuro, invistam em nós», pediram os estudantes

fardas, assistir ao hastear da bandeira nacional e cantar o hino, sem que se combatam as suas causas reais.

Mas há outros aspectos do diploma com que os jovens discordam, nomeadamente o aumento do poder do director da escola (que pode suspender um aluno até cinco dias sem consultar o conselho de turma), o desprezo pelo papel das associações de estudantes e o facto de considerar os imigrantes como responsáveis pela degradação da educação.



De Norte a Sul

De um total de cem acções de luta, o *Avante!* apurou alguns dados referentes à adesão à greve e à participação nas manifestações. Muitos outros números ficam por acrescentar.

Região de Aveiro: mais de 2500 estudantes estiveram em greve e a maioria participou nas manifestações que se realizaram em Aveiro, Arouca, São João da Madeira, Espinho e Santa Maria da Feira.

Região de Beja: 650 jovens manifestaram-se em Beja e registou-se greve às aulas igualmente em Moura e em Serpa.

Região de Braga: as manifestações em Braga, Guimarães e Famalicão juntaram cerca de 2500 jovens. Os estudantes de Barcelos estiveram também em greve.

Região de Bragança: 1500 estudantes manifestaram-se na cidade de Bragança.

Região de Castelo Branco: no Fundão 500 estudantes saíram à rua. Na Covilhã foram mil.

Região de Coimbra: perto de dois mil jovens participaram nas manifestações de Coimbra, Figueira da Foz, Miranda do Corvo, Mira, Penacova e Montemor-o-Velho. Registaram-se greves ainda em Cantanhede, Mealhada e Lousã.

Região de Évora: os alunos de Évora, Montemor-o-Novo, Vila Viçosa, Arraiolos, Reguengos, Estremoz, Viana do Alentejo e Moura fizeram greve. Em Évora algumas centenas participaram numa manifestação na Praça do Giraldo.

Região de Faro: um total de 1300 estudantes concentraram-se em manifestações em Faro, Lagos, Vila Real de Santo António e Silves. Os alunos de Portimão e de Albufeira também aderiram à greve.

Região de Leiria: nas Caldas da Rainha, em Leiria e em Alcoaça cerca de 900 jovens participaram nas manifestações locais. Registaram-se greves no Bombarral e na Benedita. Nesta localidade, os estudantes do Externato Cooperativo jun-

taram-se aos alunos do ensino público, mostrando que partilham muitos dos seus problemas e reivindicações.

Região de Lisboa: Na capital, a manifestação juntou 3500 jovens de Lisboa, Cascais, Sintra, Loures e Oeiras, que se concentraram na Praça do Marquês de Pombal e desfilaram até ao Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro.

Região do Litoral Alentejano: as manifestações em Grândola e em Santo André juntaram mais de 500 pessoas. Em Sines, os alunos também fizeram greve às aulas.

Região do Funchal, na Madeira: três mil alunos manifestaram-se nas ruas da capital.

Região de Portalegre: dois mil jovens aderiram às manifestações realizadas em Soure, Campo Maior e Portalegre. Em Ponte de Sor registou-se igualmente greve.

Região de Porto: quase quatro mil estudantes participaram em manifestações no Porto, Baltar, Trofa e Marco de Canaveses. Também em Penafiel e Amarante realizaram-se greves.

Região de Santarém: um total de quatro mil jovens manifestou-se em Tomar, Torres Novas, Rio Maior, Coruche, Cartaxo, Santarém, Salvaterra de Magos e Entroncamento. Em Benavente e em Alpiarça registaram-se também greves.

Região de Setúbal: mais de cinco mil estudantes participaram em manifestações em Setúbal, Almada, Seixal, Moita, Barreiro, Palmela e Montijo. Fizeram greve às aulas ainda em Alcochete e Sesimbra.

Região de Viana do Castelo: 600 jovens desfilaram nas ruas de Viana do Castelo e algumas centenas em Ponte de Lima.

Região de Vila Real: os alunos de Chaves, Valpaços e Vila Real fizeram greve.

Região de Viseu: cerca de 500 estudantes manifestaram-se em Viseu.



pela Delegação Nacional de Associações de Estudantes. Foi mais uma jornada de luta, nacional e descentralizada, em que cada associação de estudantes decidiu como aderir à contestação.

A greve às aulas foi o protesto mais adoptado pelos estudantes, mas muitos decidiram sair à rua e manifestar bem alto o seu descontentamento e as suas reivindicações. «Contra a privatização do ensino» e «Se somos o futuro, invistam em nós» foram algumas das palavras de ordem mais ouvidas.

Os estudantes contestam o novo Estatuto do Ensino Não Superior, considerando que este documento pretende converter «o modelo de escola em algo autoritário, impondo regras que dispensam a participação dos estudantes». E dão o exemplo da disciplina, que, segundo o estatuto, pode ser resolvida com medidas como a transferência de escola, a expulsão, o uso de



Covilhã



Porto

Segurança Marítima

• Natacha Amaro

O princípio do fim da carreira do petroleiro «Prestige» deu-se no dia 13 de Novembro quando navegava ao longo da costa ocidental da Galiza. Um rombo no casco colocou-o em risco de afundar, o que viria a acontecer no dia 19, a cerca de 100 milhas da costa portuguesa e espanhola. Os seis dias que separaram os acontecimentos foram desperdiçados em discussões e conversas de surdos entre os governantes de Portugal, Espanha e França. As cerca de 70 mil toneladas de combustível do petroleiro são um tipo de hidrocarbonetos altamente persistentes e difíceis de eliminar. Além das questões políticas – decisões tardias, decisões contrárias a qualquer lógica ambiental, indecisões – decorrentes deste acidente (considerado o 14.º mais grave de sempre) há que ressaltar a terrível catástrofe ambiental bem como as consequências económicas, citando apenas os sectores da pesca e do turismo, essenciais para a região.

A acção do PE

No Parlamento Europeu, esta discussão não constituiu novidade. Um outro acidente ocorrido com o Erika, um petroleiro semelhante ao Prestige mas com uma capacidade inferior, ao largo da costa francesa em 1999 tinha arrastado a questão da segurança marítima para o plenário. Foi então aprovado o chamado pacote Erika I que tinha como objectivos reforçar a directiva em vigor relativa à inspecção de navios, reforçar uma outra directiva que rege as actividades das sociedades de classificação e antecipar o calendário mundial de retirada de serviço dos petroleiros de casco simples. Estas medidas seriam adoptadas pelo PE e pelo Conselho apenas em Dezembro de 2001 e só após essa data, e até meados de 2003, os Estados-Membros procederiam à sua transposição para o direito nacional. Mais tarde avançar-se-ia para o pacote Erika II, que instituiria as medidas práticas de suporte ao Erika I: a criação da Agência de Segurança Marítima, um sistema de notificação para melhor acompanhamento do tráfego nas águas europeias e a focalização na indemnização das vítimas de derrames de hidrocarbonetos. Mais uma vez, o processo pecou pela falta de celeridade sendo as medidas aprovadas em Junho deste ano e estando a transposição para o direito nacional a decorrer até Fevereiro de 2004.

Na sessão plenária de Novembro, foi aprovada uma resolução sobre o naufrágio do Prestige, apoiada pelos diferentes grupos em plenário, incluindo o grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde

Nórdica em que o PCP se integra, em que se solicita à Comissão um inquérito sobre as responsabilidades e circunstâncias do acidente e ao Conselho e aos Estados-Membros a aceleração da implementação dos pacotes Erika I e II. Esta resolução reforça também a obrigatoriedade de ajudas para reparar os prejuízos desta catástrofe, não só em apoios aos estragos provocados pela poluição como também aos trabalhadores da pesca e outros operadores locais e regionais atingidos. Do ponto de vista ambiental, o texto aprovado solicita ainda a elaboração de uma lista de zonas marítimas sensíveis e objecto de protecção especial e a adopção de medidas específicas para garantia de um equilíbrio ecológico correcto de zonas da rede Natura 2000 afectada por esta maré negra.

Hoje, no Conselho dos ministros dos Transportes, Telecomunicações e Energia, em Bruxelas, deverá ser apresentado aos Estados-Membros um primeiro relatório da Comissão sobre «o reforço da segurança marítima depois do naufrágio do petroleiro Prestige».

Exigência de acção

Relativamente a este desastre existem algumas questões que teremos que colocar. Por um lado, os comportamentos das autoridades portuguesas e estrangeiras em todo este processo: a lentidão dos Estados-Membros em adoptar e aplicar as medidas do Erika I e II, a inércia do Governo português ao não conseguir evitar o arrastamento do navio até à sua destruição e os desentendimentos entre os diferentes governos em matéria de escolha de um porto para recolher o navio, noticiar os desenvolvimentos do incidente ou mesmo contabilizar o alcance dos estragos. Também a desonestidade e falta de solidariedade destes mesmos governos são chocantes, ao tentarem “empurrar” o acidente para as costas vizinhas e o não evitar uma congratulação, como fez o ministro Paulo Portas, quando o azar bateu à porta do vizinho. Estará o vizinho assim tão longe? Por outro lado, importa exigir ao governo português o desenvolvimento de capacidade de resposta a este tipo de problemas, disponibilizar recursos para apoiar os que enfrentam este drama, apurar responsabilidades – nomeadamente esclarecer as questões dos pavilhões de conveniência e o dúbio papel dos armadores – e defender uma maior atenção às substâncias perigosas que circulam diariamente neste corredor de tráfego marítimo.

O Prestige dá-nos uma lição, mais uma, sobre a (in)segurança marítima e o equilíbrio ambiental do planeta, restando-nos para o futuro algumas das regras mais básicas: fiscalizar, prevenir, cuidar.

Proposta da Comissão Europeia recomenda presidência semestral rotativa

Consenso difícil

A Comissão Europeia aprova hoje, quinta-feira, uma proposta sobre a reforma das instituições que recomenda a manutenção do actual sistema de presidências rotativas semestrais do Conselho de Ministros da União Europeia.

O projecto do colégio de 20 comissários europeus destina-se a ser apresentado à Convenção que está a preparar um projecto de Constituição Europeia, e se encontra reunida, hoje e amanhã. Segundo fonte comunitária, citada pela Agência Lusa, o actual sistema de presidências rotativas manter-se-ia para o Conselho

Europeu (chefes de Estado e de Governo) e para a condução das reuniões dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE (Conselho Assuntos Gerais), a instância política mais importante de coordenação do processo comunitário que, nomeadamente, prepara as decisões dos líderes europeus. No entanto, os Conselhos de Ministros sectoriais, como os das Finanças ou Agricultura, teriam um presidente eleito anualmente entre os seus membros.

Estas ideias da Comissão Europeia contrariam à partida as pretensões de alguns Estados-membros de maior dimensão que contestam o sistema actual alegadamente por enfraquecer a imagem da UE e comprometer a necessidade de uma estratégia de médio e longo prazo.

França, Reino Unido e Espanha apoiam mesmo a criação do cargo de presidente da UE de cinco anos, notando que uma UE alargada de 15 para 25 Estados-membros em 2004 vai implicar que um Estado apenas assumira a presidência da UE uma vez em cada 12 anos ou mais.

Países como Portugal sustentam que uma alteração do actual sistema conduzirá ao reforço do poder dos «grandes» em detrimento dos «pequenos» e «médios».

Unanimidade restringida

A Comissão Europeia põe ainda que o actual cargo desempenhado por Javier Solana, de representante da Política Externa da UE, seja integrado no executivo comunitário e fundido com o lugar de comissário responsável pelas relações externas, ocupado por Chris Patten.

O projecto de Bruxelas prevê ainda a extensão a mais matérias da votação por maioria qualificada, alegando que com o alargamento, a unanimidade ainda necessária em várias áreas implicará a paralisação do processo decisório. A política externa da UE seria uma das matérias em que, para a Comissão Europeia, as decisões deveriam passar a ser tomadas por maioria qualificada.

Por outro lado, segundo o referido projecto, o presidente da Comissão Europeia passaria a ser eleito pelo Parlamento Europeu e receberia a aprovação do Conselho Europeu. A ideia tem para já a oposição da França e do Reino Unido, que apontam o perigo de politização do executivo comunitário e a perda de independência.

De Palacio defende abandono das companhias de bandeira

A Comissão Europeia aprova amanhã, sexta-feira, um acordo que prevê a criação do «céu único» em 2004. Segundo anunciou a comissária dos Transportes, Loyola de Palacio, o objectivo é otimizar os espaços aéreos, suprimir barreiras e fronteiras e melhorar a eficiência da gestão da frota aérea.

O aumento da segurança é igualmente um argumento da comissária, para quem a integração dos serviços de controlo aéreo tornaria mais difícil a

ocorrência de acidentes, como o que se verificou no Verão passado em Zurique.

Porém, adivinha-se nas palavras de De Palacio, que a medida se destina sobretudo a favorecer o interesse das grandes companhias em detrimento das pequenas transportadoras de bandeira, cujo conceito, afirmou, deve ser abandonado. A comissária defende uma concentração no sector que poderia culminar com a criação de cinco ou seis companhias europeias e

algumas mais de carácter regional.

Para isso, considerou necessário eliminar os acordos bilaterais de céu aberto entre países europeus e os Estados Unidos, os quais, disse, «impedem a criação de um mercado interior».

Também no transporte ferroviário, a Comissão deverá aprovar no próximo mês de Março um segundo pacote liberalizador que irá introduzir normas comuns para abrir a operadores privados o sector das mercadorias.

Hungria referenda adesão...

Parlamento Húngaro marcou para o 12 de Abril de 2003 a realização do referendo sobre a adesão do país à União Europeia (UE). «Concorda que a República da Hungria seja membro da União Europeia?» é pergunta à qual os eleitores irão responder, quatro dias antes da assinatura

oficial do Tratado de Adesão, a 16 de Abril, em Atenas. As sondagens indicam que entre 70 e 80 por cento dos húngaros apoiam a entrada do seu país na UE, a percentagem de apoio mais elevada dos 10 países candidatos à entrada na UE a 1 de Maio de 2004.

... Suécia, o euro

Também na Suécia, os grupos parlamentares chegaram a acordo quanto à realização de um referendo sobre a adesão do país ao euro. A consulta realiza-se a 14 de Setembro do próximo ano, esperando-se até lá que uma agitada campanha entre os que são a favor e os que estão contra a moeda única.

A Suécia, Reino Unido e Dinamarca são os três países que não aderiram ao euro. A mais recente sondagem indica um empate entre os que apoiam e os que são contra, (ambas as partes com 43 por cento), enquanto 14 por cento se declaram indecisos.

Desemprego agrava-se

A taxa de desemprego na zona euro atingiu, no mês de Outubro, os 8,4 por cento da população activa, mais 0,4 por cento do que no mesmo mês do ano anterior. Segundo dados do Eurostat, 16,2 por cento dos jovens até aos 25 estão no desemprego, situação que afecta 8,6 por cento das mulheres e 6,8 dos homens. No conjunto dos 15 Estados-membros, o desemprego é ligeiramente inferior, 7,7 por cento, contra 7,4 em 2001. A taxa mais baixa verifica-se no Luxemburgo (2,6%), e a mais alta, em Espanha (11,7%). Em Portugal, o desemprego também aumentou para 4,9 por cento.

Quinze proíbem publicidade ao tabaco

Os Quinze chegaram a um acordo político por maioria qualificada, em Bruxelas, sobre a proposta de directiva que proíbe a publicidade ao tabaco e o patrocínio de eventos pela indústria do sector. A proposta da Comissão, que aproxima as disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros nesta matéria foi aprovada com a oposição do Reino Unido e da Alemanha e deverá entrar em vigor em 2005. Portugal foi um dos Estados-membros que, apesar de votar favoravelmente a proposta, consideraram o documento da Comissão pouco ambicioso para garantir um elevado nível de protecção da saúde pública dos cidadãos. O ministro da Saúde português explicou o seu voto favorável com o facto de a proposta de directiva permitir que os Estados-membros adoptem legislação mais rigorosa sobre aspectos não contemplados no documento e, ainda, para evitar os riscos de permitir uma segunda leitura do Parlamento Europeu.

UE isenta Moçambique de quotas

O comissário para o Comércio da União Europeia, Pascal Lamy, anunciou durante uma visita a Moçambique que este país poderá exportar açúcar para a comunidade europeia livre de quotas dentro dos próximos cinco anos. Segundo este responsável declarou na passada sexta-feira, o levantamento daquela restrição enquadra-se na iniciativa «Tudo Menos Armas», decidida pela UE para permitir o incremento das exportações dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Moçambique exporta actualmente nove mil toneladas de açúcar para a UE, exactamente o limite da quota que lhe está atribuída. O açúcar, segundo afirmou Pascal Lamy, é o único produto moçambicano cuja exportação para a UE ainda está sujeita a restrições. A UE e o governo moçambicano têm mantido contactos regulares, com o objectivo de discutirem formas de incrementar as exportações de Moçambique para a União Europeia.

Trabalhadores resistem à ofensiva da direita

A Europa está em luta

A ofensiva de vários governos europeus contra os direitos sociais e laborais está a provocar um forte ascenso da luta dos trabalhadores. Greves e manifestações têm marcado a actualidade de países como Itália, França, Espanha, Reino Unido e Alemanha.

A pretexto da crise económica, vários governos europeus estão a avançar com profundas reformas na legislação laboral e segurança social, ao mesmo tempo que prosseguem programas de privatizações que colocam na mão de

interesses privados serviços públicos essenciais. A resposta dos trabalhadores e das suas organizações de classe tem vindo a subir de tom e a tendência é para a intensificação dos protestos.

Foi contra o pacote laboral do governo de Berlusconi que os trabalhadores italianos se levantaram em peso decretando, em Abril, a maior greve geral de que há memória nos últimos 20 anos, na qual participaram mais de 10 milhões de pessoas. A contestação às políticas de direita tem continuado ao longo do ano. Greves e manifestações sucedem-se por todo o país, adquirindo particular relevo a luta dos trabalhadores da Fiat contra a redução de 20 por cento dos postos de trabalho. Depois de os sindicatos terem suspendido, na sexta-feira, as negociações com o governo, três sindicatos da metalomecânica convocaram para hoje, quinta-feira, uma greve de seis horas exigindo a reformulação do plano de reestruturação.

No passado sábado, uma imensa multidão inundou as ruas de Nápoles em protesto

contra orçamento de Estado para 2003, profundamente injusto para as regiões mais

pobres do sul, solidarizando-se igualmente com os trabalhadores da Fiat. A acção, convocada pela central sindical CGIL, juntou 250 mil pessoas, se-

gundo os promotores, e teve a adesão de vários movimentos «antiglobalização».

Guglielmo Epifani, líder da CGIL, considerou na ocasião que o orçamento de Estado não contribui para a recuperação económica e denunciou a intenção do governo de retirar 150 euros às pensões mínimas, «uma medida do centro-direita que afecta os que são mais pobres».

Espanha mobilizada

As reformas laborais estiveram igualmente na origem da greve geral realizada no passado dia 20 de Junho, em Espanha. Apesar das cedências e alterações no projecto legislativo, na passada semana, as Comisiones Obreras declararam a sua oposição ao texto final advertindo o governo de Aznar que continuará a lutar pela restituição do subsídio aos agricultores da Andaluzia e da Estremadura, assim como pela eliminação das discriminações criadas pelo novo sistema contributivo.

A organização sindical,



Em Itália, a luta na Fiat tem a solidariedade de trabalhadores de vários sectores

liderada por José Maria Fidalgo, considera que a reforma é negativa porque continua a atingir os direitos dos trabalhadores e não atende aos problemas reais do mercado laboral com o trabalho temporário, a insegurança ou a insuficiente protecção social em caso de desemprego.

No passado domingo, em Sevilha, teve lugar a terceira manifestação pela restituição do subsídio agrícola e a manutenção do plano de emprego rural que abrangia as regiões da Andaluzia e da Estremadura.

Desta vez, foram mais de 200 mil pessoas, segundo os sindicatos, e 150 mil, segundo a polícia, que responderam ao apelo conjunto das Comisiones Obreras e da UGT, cujos dirigentes prometeram um conflito «duro e longo», ameaçando convocar uma greve geral nos campos, caso o governo não ceda.

No desfile que mais uma vez terminou na Praça de

Espanha de Sevilha, integraram-se dirigentes de todos os partidos políticos à excepção do Partido Popular que suporta o governo.

Franceses alerta

Camionistas, funcionários públicos, agricultores e controladores aéreos protagonizaram nas últimas semanas diversas acções de luta que abalaram a França. Particular impacto teve a greve e manifestações dos trabalhadores do sector público, realizada em 26 de Novembro, e à qual aderiram os caminhos-de-ferro, Air France, as companhias de electricidade e de gás e também os correios. Em causa estão reivindicações salariais, a defesa da semana das 35 horas, o projecto de lei em preparação que facilita os despedimentos, mas também a defesa do serviço público face às intenções de privatização anunciadas pelo executivo de Jean-Pierre Raffarin. A con-

testação social poderá intensificar-se já em Janeiro próximo quando forem divulgadas as propostas de reforma do sistema de pensões.

Também no Reino Unido se registaram nos dias 22 e 28 de Novembro fortes protestos em que participaram 50 mil bombeiros exigindo aumentos salariais de 40 por cento. Em 26 de Novembro, foi a vez de os professores cumprirem um greve de um dia, reivindicando a reposição dos subsídios de custo de vida. Cerca de mil escolas encerraram.

A tensão social aumenta igualmente na Alemanha, onde os sindicatos ameaçam com uma greve no sector público se o governo não assegurar um aumento de três por cento. Os últimos meses foram ainda marcados por outras movimentações sectoriais, em que se destaca a poderosa greve na construção civil, em 17 de Junho, a primeira ocorrida no sector no pós-guerra.

Protesto histórico na Galiza contra ineficácia do governo

Perto de 200 mil pessoas manifestaram-se em Santiago de Compostela, na Galiza, contra o governo espanhol, que responsabilizam pela gravidade do derrame de crude do petroleiro grego «Prestige».

Sob o lema «Nunca mais», a manifestação de domingo, a maior de sempre realizada na Galiza, visou denunciar a falta de medidas e a ineficácia das autoridades para impedirem ou limitarem este tipo de catástrofes e pedir a demissão dos políticos responsáveis.

Os socialistas já anunciaram que vão apresentar no Congresso de Deputados moções de reprovação contra o vice-presidente do governo, Mariano Rajoy, coordenador da comissão encarregada do «Prestige», contra Alvarez Cascos e os ministros de Meio Ambiente, Jaume Matas, e da Agricultura e Pescas, Miguel Arias Cañete.

Várias manchas de fuel continuam a chegar às costas da Galiza, invadindo de novo uma dezena de praias que já tinham sido poluídas há duas semanas com as primeiras toneladas do combustível derramado.

Autoridades locais, pescadores e voluntários reforçam as medidas preventivas para evitar que a nova maré negra entre nas rias mais ricas em mariscos ou nos viveiros.



Em Santiago de Compostela 200 mil pessoas condenaram o governo espanhol pela tragédia ecológica do «Prestige»

Drnovsek eleito presidente

O primeiro-ministro Janez Drnovsek venceu, segunda-feira, a segunda volta das eleições presidenciais da Eslovénia. Após a contagem de 88 por cento dos votos, Drnovsek contabilizava 56,33 por cento dos escrutínios, contra 43,67 por cento para a sua adversária, a procuradora da República, Barbara Brezigar, anunciou a comissão eleitoral.

Mais um militar ilibado

O antigo comandante militar de Díli, Endar Priyanto, acusado de abusos de direitos humanos em Timor-Leste, foi ilibado, na passada semana, pelo tribunal indonésio dos direitos humanos.

O militar foi acusado de não ter evitado o assassinio de, pelo menos, 12 pessoas, no ataque à casa de Manuel Carrascalão, em Abril de 1999, mas o tribunal alegou que o processo não foi aprovado pela procuradoria.

Economia nipónica em baixa

A economia nipónica voltou a dar sinais de fraqueza em Outubro, com a taxa de desemprego a retomar o nível recorde do pós-guerra, em 5,5 por cento, e a produção industrial e o consumo a recuarem.

Em Outubro, a produção industrial nipónica recuou 0,3 por cento, a segunda queda consecutiva. Com o desemprego a subir, empresas a falirem e grandes grupos a anunciarem reestruturações com fortes reduções de emprego, o consumo das famílias assalariadas retraiu-se em Outubro, caindo 0,7 por cento.

Entretanto, o grupo financeiro japonês Mizuho Holdings, o maior banco mundial em termos de volume de negócios, vai despedir 5 mil trabalhadores até ao final do ano fiscal de 2004, noticiou, na passada semana, o diário económico «Nihon Keizai».

Al-Qaeda reivindica atentados

Um comunicado atribuído à Al-Qaeda, a reivindicar o duplo atentado de Mombaça, Quênia, cometido a 28 de Novembro, foi divulgado, esta semana, por um site islâmico. «Com a graça de deus os combatentes assentaram golpes e levaram a cabo duas operações em Mombaça contra os interesses judeus, disparando dois mísseis contra um avião israelita e destruindo um hotel israelita», pode ler-se na mensagem.

«Os ataques vão prosseguir se Deus quiser, e que o mundo fique bem ciente que a guerra dos cruzados contra o islão e os muçulmanos está votada ao fracasso e jamais sairá vitoriosa como desejam os judeus e os cruzados», acrescenta o texto.

O governo venezuelano avaliou que mais de 80 por cento dos trabalhadores rejeitaram a greve convocada pela oposição

Um estrondoso fracasso

A paralisação convocada pelo patronato da Venezuela mereceu avaliações díspares por parte do governo do presidente Hugo Chávez e da oposição. O executivo qualificou o protesto como «um fracasso».

O balanço foi apresentado, terça-feira, pelo vice-presidente da República, José Vicente Rangel e a ministra do Trabalho, Maria Cristiana Iglesias. «Os sectores que produzem 81 por cento do Produto Interno Bruto do país trabalham normalmente. Em numerosas secções, a greve é para já um fracasso», afirmou, a meio da jornada de luta, a ministra venezuelana.

De acordo com Iglesias - para quem a greve geral constitui um movimento

«político e desestabilizador» -, a paralisação não afectou os sectores petrolífero e metalúrgico. A ministra do trabalho estabeleceu ainda um paralelo entre esta greve e o movimento levado a cabo em Abril último, que acabou por desembocar numa tentativa de golpe de Estado contra o presidente Hugo Chávez.

José Vicente Rangel destacou a brutalidade desta paralisação. «É uma violência obrigar, por exemplo,

nos centros comerciais, onde os proprietários não querem aderir à greve, obrigá-los a fecharem as portas», afirmou o vice-presidente da República.

Já o presidente da central sindical venezuelana, a CTV (Confederação de Trabalhadores da Venezuela), e o chefe da entidade patronal dos comerciantes, Julio Brázón - ao lado da oposição de direita - anunciaram uma

líderes empresariais e políticos. Chávez lembrou aos grevistas, em declarações feitas no domingo, o programa televisivo «Aló Presidente», que «se impedirem o acesso dos trabalhadores aos seus postos de trabalho, poderão vir a ser punidos por violar o direito ao trabalho e a liberdade económica». Durante a emissão, Chávez alertou ainda os proprietários dos mass

Nacional Eleitoral (CNE) aprovou e que realizar-se-á em Fevereiro do próximo ano para saber se os venezuelanos querem ou não a renúncia do presidente. «O importante é que funcionem as instituições e a democracia», disse o presidente da Venezuela.

Mercosul com Chávez

A situação que se vive na Venezuela levou os países do

Lula na Argentina

O presidente eleito do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, deslocou-se, domingo, a Buenos Aires, Argentina, primeira visita que realiza ao estrangeiro depois da sua eleição a 27 de Outubro, para apoiar a Argentina e relançar o Mercosul.

«A escolha da Argentina deve-se ao facto deste país ser o principal parceiro do Brasil na América Latina e a segunda maior economia na região», disse o porta-voz de Lula, André Singer.

Esta visita teve como objectivo ajudar a Argentina, país que atravessa uma grave crise económica, assumindo a defesa de Buenos Aires junto de organismos financeiros internacionais. Durante a sua visita, Lula da Silva propôs a criação de uma «moeda verde» para os produtos agrícolas, para relançar as trocas entre os dois países e os países da Mercosul.

O Mercosul, integrado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (além do Chile e a Bolívia, como membros associados) será uma das prioridades do novo governo brasileiro que pretende construir um bloco à semelhança da União Europeia.

Lula, que pretende levar a cabo uma política externa pragmática, procurará concretizar uma integração regional como contraponto a Washington e para reequilibrar as negociações sobre a Zona Económica de Comércio Livre das Américas (ALCA).



Mais de 80 por cento dos trabalhadores venezuelanos não aderiram à greve

adesão de 80 por cento e uma possível transformação da paralisação em greve geral por tempo indefinido.

A parcialidade dos mass media

Anteriormente, Hugo Chávez havia já prognosticado o «estrondoso» fracasso a greve convocada pelos

media, que apoiam a oposição de direita, que revejam a sua conduta e conduzam os noticiários com ética e imparcialidade, sob a pena de verem as licenças de funcionamento abolidas caso sejam constatados abusos no uso dos canais.

No sábado, o presidente da Venezuela, em conferência de imprensa, referiu-se a um referendo que o Conselho

Mercosul a emitir um comunicado. Os países da organização manifestaram, durante o fim-de-semana, estar confiantes que o diálogo será o caminho escolhido, «reiterando a sua confiança no povo venezuelano e dirigentes para superar os obstáculos e respeitar as instituições democráticas, como único caminho possível para que seja alcançado o entendimento».



PCP da Argentina em Portugal

No âmbito de uma visita a Portugal, de 27 de Novembro a 2 de Dezembro, de uma delegação do Partido Comunista da Argentina, realizou-se na Soeiro Pereira Gomes, sede nacional do PCP, um encontro entre Alberto Ibarra, membro do Comité Central do PCA e Dirigente Nacional do Movimento dos «Piqueteros», e Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, Manuela Bernardino e Manuel Gouveia, membros do CC. Além deste encontro com a Direcção do PCP, o representante do PCA manteve contactos com estruturas sindicais, com a JCP, o CPPC, com a comunicação social e ainda se realizaram iniciativas de solidariedade, convívio e debate na Moita e na Figueira da Foz.

PCP no Fórum de São Paulo

Realizou-se, esta semana, na Guatemala, o IX Encontro do Fórum de São Paulo, que reúne anualmente forças de esquerda e progressistas da América Latina e em que participaram, como convidados e observadores, partidos e organizações de outros continentes. O PCP esteve representado por Manuela Bernardino, membro do Comité Central e da Secção Internacional.

FARC - Colômbia

Conquistar o poder

A guerrilha das FARC vai «prosseguir a batalha para a conquista do poder» na Colômbia por «todos os meios de luta» e denuncia «o absoluto desinteresse» do poder por uma troca de prisioneiros, num comunicado divulgado terça-feira no seu endereço de Internet.

Trata-se da primeira reacção das Forças Armadas revolucionárias da Colômbia (FARC) depois de o governo colombiano ter confirmado, na passada semana, estar «disposto» a negociar com a guerrilha um acordo humanitário para uma troca entre os seus reféns e os guerrilheiros detidos.

As FARC retêm na selva colombiana 800 civis, 23 políticos (entre eles Ingrid Betancourt, antiga candidata dos Verdes à presidência), e 47 oficiais do exército.

Trezentos guerrilheiros cumprem penas de prisão na Colômbia.

Durante a sua viagem a Bogotá, na sexta-feira, Dominique de Villepin, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, tinha declarado, depois de um encontro com o presidente Alvaro Uribe, que as autoridades colombianas «deveriam proceder a uma troca de prisioneiros o mais rapidamente possível». «Estamos prontos a ajudar, a facilitar uma troca humanitária» de prisioneiros, anunciou Villepin.

A Colômbia reconheceu a 15 de Novembro a existência de um projecto sobre o envio de guerrilheiros para o estrangeiro, incluindo a França, no quadro de uma eventual troca de prisioneiros.

Iraque

Inspectores vão esbarrar contra o «nada»

A visita dos inspectores da ONU a uma fábrica a Leste de Bagdad, realizada no domingo, revelou-se infrutífera, mas os EUA voltam a ameaçar o Iraque.

«As equipas da ONU não encontraram nada nestes últimos dias, nem vão encontrar», quaisquer armas de destruição em massa no Iraque, escreveu o diário «As Saouira», do partido Baas, no poder em Bagdad, no dia em que os inspectores da ONU visitaram uma fábrica de pulverização aérea em agricultura.

«O Iraque anunciou por diversas vezes que se desembaraçou das armas de destruição maciça e que não produziu armamento deste tipo desde que os inspectores se retiraram em Dezembro de 1998 do território sob as ordens dos americanos», acrescentou

Para o jornal iraquiano, o objectivo das inspecções «não é assegurar que o Iraque não tem armas, mas

encontrar um pretexto para agredir o país.

«O objectivo é encontrar um pretexto para agredir o Iraque»

Por seu lado, o director geral da Agência Internacional de Energia Atómica, Muhammed El-Baradei, adiantou à BBC que as inspecções tiveram «um bom começo», mas ainda estão «longe de chegar a uma conclusão». «Precisamos de pelo menos um ano para concluir de maneira consequente que o Iraque não possui armas nucleares», disse.

Domingo, enquanto a ONU realizava inspecções no país, oito iraquianos foram mortos e 20 ficaram feridos num bombardeamento de aviões norte-americanos aos escritórios de uma companhia petrolífera estatal da região de Bassarah.

Numa carta endereçada ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o ministro ira-

quiano dos Negócios Estrangeiros, Naji Sabri, sustenta que os bombardeamentos levados a cabo pela coligação constituem actos de terrorismo de Estado.

Os EUA e a Grã-Bretanha bombardeiam regularmente as zonas de exclusão aérea impostas à revelia da ONU, em 1991, no Norte e Sul do Iraque.

A versão americana

O presidente norte-americano, George W. Bush, considera que «até agora, os sinais [que chegam do Iraque] não são estimulantes». Discursando no Pentágono durante a assinatura da lei de programação militar de 2003, Bush afirmou que «o regime que atirou sobre pilotos americanos e britânicos não toma a via do respeito» das resoluções das Nações Unidas no que toca ao seu próprio desarmamento.

Acusando Bagdad de enviar «cartas repletas de protestos e falsidades» à ONU,



Milhares de australianos manifestam-se contra uma ofensiva militar no Iraque

Bush deixou claro mais uma vez que os EUA não estão à espera dos resultados das inspecções para tomar uma decisão sobre o Iraque. «Opomo-nos a um regime único no seu género que possui armas de destruição maciça, que as utilizou e que poderá fornecê-las a redes terroristas», disse Bush. Na mesma linha se pronunciou o vice-presidente, Richard Cheney, acusando o Iraque de ligações à Al Qaeda. Segundo Cheney, o regime de Saddam Hussein «manteve contactos de alto nível durante esta última década com a Al Qaeda e ajudou ao treino de terroristas da Al Qaeda», pelo que

na opinião dos EUA «a guerra contra o terrorismo não será ganha enquanto o Iraque não seja, de forma total e verificável, privado das suas armas de destruição maciça».

Lembrando, no início da semana, que o Iraque deve apresentar até 8 de Dezembro um relatório detalhado sobre os seus programas de desenvolvimento de armas de destruição maciça e de mísseis balísticos, Bush fez questão de sublinhar que essa declaração «deve ser credível e completa ou o ditador iraquiano revelará uma vez mais ao mundo que não mudou de comportamento».

Uma missão quase impos-

sível, a que se exige ao Iraque, uma vez que os norte-americanos não deixam margem para alternativas, como revelam as palavras de Ari Fleischer, porta-voz da Casa Branca, esta semana em conferência de imprensa. «Se Saddam Hussein indica que possui armas de destruição maciça em violação das resoluções das Nações Unidas, saberemos uma vez mais que enganou o mundo. Se diz não as possui, então veremos se diz algo que estamos em posição de desmentir», afirmou Fleischer.

Bush continua entretanto a garantir que «a guerra seria a última opção» e que os EUA «procuram a paz».

Um mundo de desigualdades

Três mil milhões de pessoas vivem com menos de dois euros por dia, o que equivale à parcela da humanidade nascida desde 1960. E 1200 milhões vivem com menos de um euro por dia.

Os dados constam do mais recente relatório do Fundo das Nações Unidas para os Assuntos da População (FNUAP), apresentado anteontem, e revelam a profunda desigualdade do mundo em que vivemos: a diferença

onde o número de pessoas pobres passou de 1,1 para 17,6 milhões.

Mulheres são as mais pobres

Sublinhando que «a pobreza mata», o FNUAP aponta outro exemplo do fosso que separa os países ricos dos países pobres: a esperança de vida. Nos primeiros, não vai



além dos 50 anos, enquanto nos segundos chega aos 77 anos. As diferenças são igualmente significativas no respeitante à saúde reprodutiva, como revela o facto de as mulheres pobres correrem 600 vezes mais risco de morte na gravidez do que as mais ricas. Segundo o estudo, todos os anos morrem mais de 500 mil grávidas, «quase todas nos países em desenvolvimento».

entre os países mais ricos e os mais pobres passou de um diferencial de 30 para 78 vezes entre 1960 e 1994. Embora sem responsabilizar abertamente o aumento da população pelo aumento da pobreza, o estudo refere que «a componente populacional não pode ser ignorada no debate sobre a pobreza e sobre os meios de lhe pôr fim», fazendo notar que as previsões apontam para que os países mais pobres tripliquem a sua população nos próximos 50 anos, de 600 para 1800 milhões de pessoas, e mantenham a tendência para redução das taxas de crescimento económico.

O Fundo revela, por outro lado, que entre 1987 e 1998 diminuiu a população pobre no Médio Oriente, mas aumentou na Ásia e em África. A diferença mais notória regista-se no entanto na Europa Ocidental e Ásia Central,

As mulheres constituem, de resto, o segmento maior na pobreza, sendo que mais de metade do seu trabalho não é remunerado. A violência contra as mulheres, por seu lado, não é exclusiva dos países pobres. O relatório adianta que «uma mulher em cada três será alvo de violência num determinado momento da sua vida», calculando nos países industrializados essa violência reduza em 25 por cento os anos de vida saudável das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos.

No respeitante ao flagelo do Sida, o continente africano é o mais afectado, tendo na pobreza um dos seus «agentes de propagação». Dos 40 milhões de seropositivos que se estima haver em todo o mundo, «apenas» 1,5 milhões vivem nos países ricos.

Ocupação israelita liquida economia da Palestina

O Programa Alimentar Mundial (PAM) denunciou, na passada semana, a deterioração da situação da população palestina nos territórios ocupados, «cada vez mais difícil» devido ao encerramento das fronteiras, aos controlos contínuos e outras restrições impostas pelas autoridades israelitas.

A Cisjordânia está cheia de postos de controlo, que dividem esta região em múltiplas zonas, com muitas localidades isoladas e habitantes que não podem sair desde há semanas e, em alguns casos, meses, explicou em conferência de imprensa a porta-voz do PAM, Christiane Berthiaume.

Quanto à Faixa de Gaza, está dividida em três zonas e passar de uma área para outra é quase impossível. Berthiaume explicou que, para entrar ou sair de Ramallah, há um único posto de controlo permanente, em frente do qual há sempre uma interminável fila de pessoas e veículos que devem esperar durante horas para o poder atravessar.

As destruições de casas continuam diariamente, ale-

gando o governo israelita que se trata de presumíveis refugios de terroristas, mas o PAM assinala que também estão a ser destruídas zonas de cultivo e milhares de oliveiras, vinhas e árvores de fruto.

«É difícil imaginar uma economia normal nestas condições, quando a população está confinada às suas casas durante meses, as lojas estão fechadas e as mercadorias não chegam», assinalou a porta-voz.

Embora nem toda a população seja afectada da mesma forma, há uma clara degradação das condições de vida de uma grande parte dos palestinianos e a situação é especialmente desesperada em Nablus, Jenin e Hebron.

Tanques ocupam Beit Lahia

Unidades de infantaria e tanques israelitas invadiram, sábado, a localidade palestina de Beit Lahia, e Rafah, na Faixa de Gaza, sem encontrarem resistência. Em Rafah, três palesti-

nos ficaram feridos quando as forças israelitas alinharam mais de 25 tanques e entraram numa zona autónoma para desbravar o terreno, demolir os edifícios em ruínas e as árvores.

No sábado foi encontrado o corpo de um palestiniano na sua casa, dinamitada pelo Exército de Israel durante a incursão, aumentando para dois o número de mortos da operação. A vítima vivia numa de três habitações de alegados suspeitos palestinianos, todas destruídas por Israel.

Dois dias depois, as tropas israelitas abateram um palestiniano de 15 anos e feriram 16 pessoas num mercado cheio de gente, na Cisjordânia, afirmaram testemunhas e fontes hospitalares. O exército também matou um palestiniano de 21 anos perto de Tulkarem, segundo uma testemunha; na versão israelita, os soldados mataram um homem armado que atacou um posto militar num colono judeu na Faixa de Gaza.

Só na semana de 22 a 28 de Novembro, Israel matou nove palestinianos.

• Josué Caldeira

Afinal, o que é a produtividade?

A situação da economia nacional tem verificado nos últimos tempos um enfoque mediático assinalável com uma atenção particular na comparação da produtividade da economia portuguesa com a da economia europeia. Isto porque várias análises convergem na tese de que, «apesar de circunstâncias anormalmente favoráveis (...), a produtividade em Portugal não cresceu o suficiente para ultrapassar os dois terços da média da UE», permanecendo o País no último lugar da tabela europeia (1). Assim, após um longo período de animado ruído em torno da aparente evolução pró-Europa da economia portuguesa, repetem-se, há já alguns meses, os comentários que demonstram uma certa angústia e, diz-se, preocupação pela situação nacional, para o que muito tem contribuído os cerca de 64% da produtividade média europeia obtidos pela economia nacional.

Para alguns especialistas, as várias reflexões revelam «o grau de impreparação [do País] para se europeizar, concluindo que Portugal tem todas as probabilidades de se afastar da «Europa» (2); para outros, a avaliação da situação coloca-se sobre a forma de um ultimato: «ou nos próximos dois ou três anos Portugal faz uma recuperação drástica na sua competitividade, ou nunca Portugal chegará à média europeia (3)», concluindo, por fim, outros, que a actual situação económica nacional é uma consequência directa do facto de a produtividade portuguesa continuar a ser, de longe, a mais baixa da Europa e ter registado nos últimos anos um crescimento (...) claramente insuficiente (4).

O discurso em torno da produtividade, levanta algumas interrogações merecedoras de reflexão, sobretudo para avaliar as qualidades do conteúdo do próprio discurso.

1 – Estatísticas, estatísticas e estatísticas...

A primeira interrogação releva do facto de o discurso não ter descolado da análise das estatísticas da produtividade. Comparam-se os níveis de produtividade dos países da União Europeia, como se, através daqueles, se pudesse chegar a uma avaliação, economicamente séria, da situação



real e das características dos aparelhos produtivos nacionais. Como se, com base nos «64%», se pudesse concluir o que quer que seja sobre a natureza da economia portuguesa no seu actual estado de desenvolvimento.

Por definição, a produtividade é um indicador económico que relaciona valores de produção com quantidades de factores de produção utilizados (número de trabalhadores, por exemplo), sendo, por certo, um indicador importante na análise e comparação de empresas e de sectores produtivos. Porém, no caso da análise de uma economia nacional, dada a elevada complexidade do conteúdo da produção criada (nomeadamente em termos de número e género de mercadorias produzidas e do número e tipo de empresas e instituições envolvidos) o indicador «produtividade»,

revela um elevado grau de abstracção, pelo que, por si só, é bastante limitado para sustentar qualquer tese sobre as características dessa economia.

Acresce ainda que as estatísticas da produtividade não se explicam a si próprias. Diferentes níveis de produtividade nacional podem resultar de níveis diferentes de eficiência económica. Mas, fundamentalmente, resultam de diferentes composições da respectiva estrutura sectorial da respectiva economia: concentrando alguns países os sectores e fases de produção, por natureza mais produtivos, ficando outros com os sectores e fases de produção, por natureza de menor valor acrescentado. Assim, os baixos níveis de produtividade da economia portuguesa, não são, em si mesmo, o problema. Eles são, antes, a manifestação da persistência de problemas ao nível da estrutura interna da economia, bem como, da sua articulação com a economia europeia e mundial. Afirmar que a produtividade nacional, hoje, como há quinze anos, permanece com baixos níveis europeus, não esclarece nada sobre a natureza do sistema produtivo nacional hoje, nem das profundas transformações entretanto ocorridas: se a produtividade permanece baixa, em termos europeus, a economia portuguesa não permanece a mesma economia no quadro da Europa! E, certamente, uma avaliação da evolução dos aspectos estruturais da economia nacional, poderia contribuir para uma melhor compreensão dos níveis de produtividade actuais.

2 – E as transformações estruturais?

A segunda interrogação é uma resultante directa da primeira. Com efeito, no muito que se tem escrito sobre a evolução da produtividade em Portugal, pouco, ou

mesmo nenhum, esforço tem sido feito no sentido de questionar de que forma e em que medida a persistente baixa produtividade se relaciona com a reestruturação económica que o País sofreu, nomeadamente, após o período de adesão europeia. Por exemplo:

- Qual tem sido o papel do extraordinário fluxo de investimento estrangeiro, na evolução da estrutura produtiva nacional e das características tecnológicas dos processos produtivos aqui instalados?

- Em que medida a reorganização geográfica das multinacionais, em curso, alargando as suas cadeias de produção, distribuição, a toda a periferia da Europa, e inserindo as empresas locais, através de complexas redes de subcontratação, nas suas fileiras de produção, contribuiu para amarrar a indústria nacional a determinadas fases dos processos produtivos (fases com menor valor acrescentado), daqui decorrendo níveis globais de produtividade de menos elevados?

- Em que medida a liberalização da circulação de mercadorias na U.E., levando a profundos reajustamentos empresariais e sectoriais com impactes na especialização produtiva nacional, conduziu à permanência de assimetrias produtivas com a Europa?

- Em que medida o gigantesco pacote de privatizações, e dos consequentes processos de reestruturação sectorial, contribuiu para a melhoria do posicionamento das empresas nacionais nas fileiras produtivas onde se inserem?

- E, já agora, também, em que medida a lógica de aplicação e utilização dos volumosos pacotes financeiros provenientes de Bruxelas, resultou na manutenção do atraso da estrutura produtiva nacional?

Sobre todas estas questões, os analistas da produtividade pouco ou nada adiantam. O problema, repetem, é os «64%», o que revela, continuam a repetir, que a econo-





[explica] uma boa parte da evolução da produtividade aquém do desejável^(*) (sublinhado meu). Por outro lado, o ataque aos salários e ao quadro regulamentar das relações laborais, o qual, novamente na opinião dos empresários, constitui um outro bloqueio, agora, para a criação de uma organização do trabalho mais flexível e eficiente no seio das empresas^(*).

Um (falso) discurso com um claro carácter de classe!

Retomando as omissões que a abordagem da produtividade revela (acima discutidas), refira-se que só com uma enorme criatividade analítica se conseguirá identificar uma fundamentação séria das propostas avançadas, nas análises que têm sido desenvolvidas sobre a questão da produtividade. Estamos, de facto, perante um falso discurso!

Contudo, as propostas de ataque às leis laborais, aos serviços públicos e à administração do Estado abrem, indiscutivelmente, uma brecha que permite descobrir



nia não ganhou eficiência. E daqui, pouco se avança em termos de avaliação do processo de transformação da economia nacional, fundamentalmente, no modo de inserção e relacionamento das actividades produtivas localizadas em Portugal, com a restante economia europeia e mundial.

3 - Que «Europa», que «Portugal»?

Mas não é apenas do ponto de vista sectorial ou industrial que o discurso da produtividade revela sérias lacunas. Uma terceira interrogação decorre da forma de utilização das unidades espaciais em comparação: «Portugal» versus «União Europeia». Também neste aspecto, o modo como as análises se desenvolvem induzem a conclusões simplistas a que escapam *pormenores* fundamentais. Ao utilizar a *União Europeia* como termo de comparação, os analistas esquecem que estão a trabalhar como uma unidade geográfica que não tem, longe disso, uniformidade económica e social. De facto, a UE, quer a uma escala nacional quer, de forma mais evidente, a uma escala regional, integra realidades socioeconómicas bastante diversificadas, sendo globalmente caracterizada pela manutenção de profundas disparidades inter-regionais. Assim, comparar Portugal com a «União Europeia» não permite perceber de quais espaços da União é que Portugal se está a afastar, e com que outros espaços da União é que Portugal forma parceria nos níveis e evolução da produtividade.

Como uma forma, a «Portugal» desmesurada estatística, os analistas esquecem que não é verdade que neste, como noutros tantos domínios, faça, hoje, qualquer sentido tratar a realidade nacional como realidade homogénea. A afirmação de que «Portugal» se está a afastar da Europa dirá certamente respeito, por

exemplo, ao interior do País fustigado por fluxos (selvagens) de desinvestimento produtivo estrangeiro e consequente desestruturação dos respectivos tecidos produtivos, mas não retratará, por exemplo, a evolução recente da Área Metropolitana de Lisboa, onde se tem verificado a concentração de empresas e instituições que asseguram funções estratégicas da economia portuguesa a que correspondem, por natureza, mais elevadas taxas de criação de valor.

Com efeito, a dimensão regional da questão da produtividade não é uma dimensão menor, quer ao nível nacional quer ao nível europeu. Através dela se apreende a natureza intrinsecamente desequilibrada que o actual processo de desenvolvimento do capitalismo na Europa comporta do ponto de vista geográfico. Desta forma, os movimentos de convergência e de divergência têm um carácter regional bastante diversificado, contrariamente ao que as comparações, grosseiras, entre «Portugal» e a «União Europeia» pretendem fazer crer.

4 - «A culpa é dos serviços sociais e dos trabalhadores!»

Por fim, reconhecidas as lacunas referidas anteriormente, a quarta interrogação diz respeito à facilidade com que a «questão da produtividade», abordada de uma forma tão abstracta como tem sido feita, é tomada como fundamento de medidas muito concretas de política económica, as quais têm merecido um particular acolhimento por parte do actual Governo PSD/PP. Duas áreas de intervenção têm vindo a recolher uma atenção significativa das análises e das propostas.

Por um lado, um ataque cerrado aos serviços públicos e ao próprio Estado, o qual, na voz da Associação Empresarial Portuguesa, constitui *um dos bloqueios centrais com que a economia portuguesa se debate*^(*) (sublinhado meu), opinião que é partilhada por alguns especialistas, segundo os quais *o papel do Estado não tem vindo a ser configurado adequadamente...* [o] **que**

o sentido político e o carácter de classe que as abordagens da produtividade, em questão, contêm. O que está verdadeiramente em causa, e de forma mais ou menos consciente, é a confluência de opiniões provenientes do meio universitário, de instituições económicas e empresariais e de influentes meios de comunicação social, no sentido de darem um suporte ideológico à mais uma violenta campanha contra os direitos dos trabalhadores, contra direitos sociais e contra obrigações universais do Estado, no âmbito da qual os «64%» da produtividade média europeia é apenas um pretexto!

(*) - Manuel Pinho (2002), *Produtividade: o calcanhar de Aquiles da economia portuguesa*, Economia Pura, Jan-Fev, n.º 43.

(*) - Medina Carreira, em entrevista ao «Público», 12 de Novembro de 2001.

(*) - Vasconcellos e Sá, Miguel Frascuilho (2001), *Portugal Europeu?*, Porto, Vida Económica.

(*) - Miguel Frascuilho, «Diário de Notícias», 11 de Fevereiro de 2002.

(*) - Associação Empresarial de Portugal (2001) *Uma nova ambição para Portugal*, Porto, AEP.

(*) - Manuel Pinho (2002).

(*) - Associação Empresarial de Portugal (2001).

● Miguel Urbano Rodrigues

A ALCA condenada no Encontro Hemisférico de Havana

A Alca não se negocia, recusa-se! A afirmação, categórica, ficou a assinalar a abertura do II Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca, reunido em Havana de 25 a 28 de Novembro p.p., e traduz bem a atmosfera combativa que envolveu o acontecimento no qual participaram mais de 1100 delegados de 41 países. Os povos do Continente rejeitam o projecto dos EUA; os governos, com poucas excepções, aceitam-na, dispostos a submeter-se. O nome, concebido em Washington, é propositadamente enganador. A chamada Associação de Livre Comércio das Américas não será – se os EUA conseguirem impô-la – uma aliança entre iguais, mas tão-somente um projecto recolonizador imposto por um Estado imperial.

O cubano Osvaldo Martinez, um dos mais talentosos economistas da América, fez na conferência inaugural uma síntese expressiva da situação existente, pondo a nu as intenções do plano norte-americano e as consequências fatais que a sua aplicação teria para a América Latina.

A grave crise que a Região atravessa – este ano o seu PIB global deverá cair 1% – coincide com a escalada agressiva dos EUA, em busca da hegemonia planetária. Essa escalada desenvolve-se no âmbito de uma campanha maniqueísta na qual a exigência do combate ao terrorismo serve de pretexto e justificação para uma política belicista assinalada por agressões contra povos indefesos e a autênticos crimes contra a humanidade.

Um dos objectivos da Alca é a redução dos colossais défices comercial

Não conseguiu a aprovação da data inicialmente prevista para a sua implantação. Tenta agora impor o ano de 2005. Como tem encontrado obstáculos nas negociações colectivas, esforça-se por as contornar através de acordos bilaterais. Em vésperas da posse de Lula, tenta, nomeadamente, negociar um desses acordos com o Brasil, precisamente um dos países que mais duramente sofreriam as consequências da integração sob a hegemonia de Washington. O governo Bush está consciente de que a Alca sem o gigante brasileiro (30% do PIB da Região) seria inviável.

Herança da NAFTA

Dos três países da NAFTA – cujos trabalhadores são as principais vítimas dessa associação imperial – vieram as delegações mais numerosas.

Os representantes dos EUA puseram ênfase nas suas intervenções no aumento da pobreza e do desemprego, na luta de muitos sindicatos contra a NAFTA e na intensificação da ofensiva da administração Bush contra as liberdades e direitos constitucionais.

Os delegados do Canadá apresentaram o balanço das consequências negativas da implantação da NAFTA, hoje repudiada pela maioria dos trabalhadores. O domínio sobre a economia nacional das grandes transnacionais dos EUA levou já à falência milhares de pequenas e médias empresas canadianas.

Os mexicanos esboçaram o quadro de calamidades resultante da integração. Presentemente, quatro grandes empresas dos EUA são responsáveis por 25% das exportações do México. A propaganda governamental explora o facto de as exportações

que foram discutidos temas específicos: a luta sindical, problemas das mulheres e dos indígenas, questões relacionadas com o movimento estudantil, a acção das comunidades religiosas, informação, educação, agricultura, dívida externa, cultura, etc.

Foram especialmente interessantes os debates sobre as consequências da militarização da América Latina.

O repúdio à Alca, ao neoliberalismo e ao imperialismo foi o denominador comum a todas as intervenções. Mas, como era natural, o Encontro reflectiu a diversidade das formações políticas e ideológicas dos participantes.

O plenário acompanhou com atenção especial as intervenções dos delegados brasileiros e aclamou um vídeo sobre as jornadas anti-Alca de Quito, no Equador.

A conferência de Ricardo Alarcon Quesada, presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, sobre a ameaça representada pela Alca para a paz mundial suscitou muito interesse, e a exposição que fez sobre a condenação por um tribunal de Miami dos cinco patriotas cubanos após uma cruel farsa judicial provocou a calorosa solidariedade de todas as delegações estrangeiras presentes.

Fidel

Fidel Castro acompanhou o Encontro desde a sessão de abertura.

Na saudação que dirigiu ao plenário, sublinhou que Cuba sente orgulho por ter sido excluída das negociações para a implantação da Alca. Os EUA – inventor e grande patrão do projecto de integração imperial – eliminaram a ilha socialista da lista dos países convidados a participar. Mas Washington não pode impedir que Cuba mobilize os povos do Continente contra a sua iniciativa imperial.

O dirigente cubano recordou, aliás, que o autor intelectual da Alca foi Bush pai que, em 1991, lançou em Miami a ideia da então chamada «Iniciativa para as Américas», matriz da NAFTA e da Alca.

Fidel procedeu a uma crítica de fundo do projecto recolonizador, alertando as delegações reunidas em Havana para as consequências trágicas que resultariam da sua implementação. Exortando os povos do Continente a intensificarem a luta contra a Alca, aproveitou a presença dos representantes de um tão elevado número de organizações e movimentos progressistas para estabelecer o contraste entre o panorama hoje oferecido pelo mundo capitalista hegemónico pelos EUA e o humanismo cubano voltado para uma transformação revolucionária da vida.

O futuro, lembrou, apresenta-se carregado de incógnitas, e na América Latina grandes lutas esperam os seus povos. Mas a resistência da Venezuela Bolivariana e as vitórias alcançadas por Lula no Brasil e por Lucio Gutierrez no Equador confirmam que a relação de forças no hemisfério se está alterando em benefício das forças democráticas e progressistas.

Optimista, recordou a previsão de Martí: «Os sonhos de hoje serão as realidades de amanhã.»



Os dez pontos do apelo

O plenário do Encontro aprovou por aclamação uma estratégia de luta contra a Alca e um Apelo dirigido a todos os povos da América.

Este último documento inclui os dez pontos que resumimos a seguir:

– Redobrar em cada país, no âmbito regional e em escala continental, a campanha contra a Alca.

– Intensificar a formação de comissões nacionais de luta contra a Alca.

– Dar novo impulso à organização da Consulta popular continental sobre a Alca, antes da Cimeira dos Ministros de Comércio em Miami.

– Desenvolver uma estratégia de pressão sobre os Congressos nacionais para que os parlamentares que se opõem à Alca lutem com os respectivos povos para recuperar e defender a soberania.

– Lutar contra os tratados, acordos e planos bilaterais de «livre comércio» e trabalhar pela construção de uma alternativa de integração dos povos justa, equitativa e sustentável.

– Ligar a luta contra «o livre comércio» com a luta contra a Organização Mundial de Comércio – OMC.

– Ligar cada vez mais essa luta às lutas concretas e quotidianas que os povos do Hemisfério travam em defesa do carácter público da saúde, da educação, da segurança social, dos recursos energéticos e naturais dos respectivos países.

– Lutar contra todas as formas de exclusão e em particular contra a violência que atinge as mulheres.

– Ligar a luta contra «o livre comércio» à luta contra a dívida externa e contra o belicismo norte-americano que põe em perigo todo o planeta e combater as políticas de contra-insurreição militar, paramilitar e civil promovida por governo latino-americano.

– Apelo à comparência maciça em Porto Alegre, em Janeiro de 2003, no Fórum Social Mundial e, em Cancun, no México, em Setembro de 2003, af contra a OMC.

e de transações correntes dos EUA (este ano a rondar respectivamente os 341 mil milhões de dólares e os 375 mil milhões). Outro, paralelo, é a apropriação das riquezas da América Latina, uma Região que produz 40% do oxigénio do planeta, dispõe de um terço da água doce renovável da Terra e dos maiores recursos em biodiversidade.

A herança da dependência latino-americana, muito agravada pelas políticas neoliberais impostas pelo Consenso de Washington, transparece numa dívida externa de 800 mil milhões de dólares, em permanente aumento.

A subida da maré do descontentamento dos povos aparece assim como um fenómeno social naturalíssimo. Mas o sistema de poder dos EUA acha insuficiente a sobre exploração dos povos a sul do rio Bravo. Pretende reforçá-la através dos mecanismos da Alca.

se elevarem a mais de 160 mil milhões de dólares por ano. Mas ocultam que apenas uma percentagem ínfima da riqueza produzida fica no país. A balança comercial continua a ser deficitária. É significativo que as remessas dos emigrantes sejam a principal fonte de divisas do país, ultrapassando o turismo e o petróleo. A NAFTA contribuiu para que o desemprego tenha aumentado 9,2%, não obstante o acréscimo da produtividade. Actualmente, dos 102 milhões de mexicanos 60 milhões vivem na pobreza, dos quais 40% são indigentes. A dívida externa atinge 150 mil milhões de dólares e a banca tornou-se quase totalmente estrangeira.

Essa é a herança da NAFTA.

Os debates

Além das sessões plenárias, o Encontro promoveu «oficinas» em

Comunicações

Francisco Silva

A Internet na China

Os afazeres profissionais levaram-me desta vez à China, neste Outono de 2002, passada uma meia dúzia de anos sobre uma viagem a Pequim (na China diz-se Beijing em vez da ocidental designação de Pequim). Desta vez a ida foi a Xangai, com os seus 16 milhões de habitantes, a mesma ordem de grandeza em número de habitantes que Beijing. E outra vez as escalas desadaptadas para o habitual cenário, já não direi o português, mas o europeu, a estontear o menos desprevenido. Sim, em comparação com o cenário estável, sem crescimento económico ou quase, desta península euroasiática – a Europa – à beira-mares plantada.



Pudong é a parte de Xangai, a zona especial do outro lado do rio, que geograficamente corresponderia a Almada ou a Gaia. Mas, ao contrário destas, relativamente à Xangai conhecida, Pudong não era praticamente nada há menos de dez anos. Era o sítio para onde ninguém queria ir. E agora, Pudong – onde fiquei sediado e onde também está o impressionante centro internacional de congressos – é uma enorme *manhattan* arquitetada à pós-moderna maneira chinesa. Paredes meias com o hotel, um enorme centro comercial. Mais adiante, uma torre de televisão a raiar os 500 m de altura, um imenso aquário, etc. Do outro lado do rio, lá está a clássica Xangai!

Bem, mas a minha intenção central não é o reportar sobre a enorme e bela Xangai, uma Xangai a crescer, literalmente, a olhos vistos. Para tal escasseia-me o engenho e arte, o espaço e o tempo... e, afinal de contas, o núcleo do tema para este texto também é outro. De facto, a razão da minha visita a Xangai prendeu-se com reuniões do ICANN⁽¹⁾, entidade referida por alguns, a quererem-se mais à moda, mas de forma desfocada, como órgão mundial de *governance* da Internet. Reuniões que são realizadas, ao ritmo de 3-4 por ano, em locais que vão rodando de continente para continente (em 2002, até agora: Accra, Bucarest e Xangai).

O ICANN, que foi estabelecido na base de um acordo celebrado com o Ministério do Comércio dos EUA e cuja sede é na Califórnia, é uma instituição independente, sem fins lucrativos, tem por missão central a coordenação, a nível geral, dos sistemas globais de

identificadores únicos nomeadamente os nomes de domínio (por exemplo, os terminados em «.com» ou «.pt») e os endereços numéricos IP (*Internet Protocol*) correspondentes e, em particular, assegurar o funcionamento estável e seguro das infra-estruturas que os materializam. Nesse sentido, o ICANN coordena o desenvolvimento das políticas apropriadas aos objectivos referidos.

Paralelamente às reuniões do ICANN, uma das organizações chinesas que as acolheram – o «Centro de Informação sobre a Internet na China» – distribuiu informação relativa à realidade da Internet neste país cuja população – os seus 1300 milhões de habitantes – corresponde a mais de 1/5 dos efectivos da Humanidade. Nunca é de mais referi-lo. E uma informação detalhada e actualizada (a meados de 2002), a constante do documento que foi facultado a todos os participantes, o décimo relatório de apuramento estatístico sobre o desenvolvimento da Internet na China (o primeiro foi publicado em Novembro de 1997).

No Outono de 1996, quando de uma minha primeira visita à China⁽²⁾, eram entre uns 100 000 e 200 000 os utilizadores. O que já parecia alguma coisa numa altura em que os números do conjunto mundial andariam por uns 20 milhões, para os mais optimistas uns 30 milhões. Em Portugal, seria qualquer coisa na mesma ordem de grandeza da China na altura, com a «pequena» diferença de para cada português haver uns 125 chineses (não contando as respectivas diásporas)! Agora, no Outono de 2002, já terão passado os 50 milhões. O número de mais de 45 milhões é referido no relatório e foi registado em Julho deste mesmo ano.

Pois é, como em tão pouco tempo as coisas mudaram! Em Portugal, o número de utilizadores da Internet já ultrapassou os 4 milhões e, tudo indica, já vai acima da média da UE em termos de penetração no país. Mas esses mais de 4 milhões – 4,5 milhões – são hoje 1/10 do total dos chineses. E estes são o dobro dos existentes no Mundo há pouco menos de 6 anos. Além disso, os chineses, neste Outono de 2002, já constituem mais de 7% de todos os mais de 600 milhões de cibernautas existentes no Mundo. Sei que ainda mal chegam a uns 4% da população da China, mas foram multiplicados 74 vezes em relação a 1997.

A Comunicação Social, zelosa a assinalar limitações de acesso a certos *sites* na China, também poderia falar sobre esta imensa realidade que é o contingente de cibernautas existentes neste país.

(1) ICANN – Internet Corporation for the Assigned Names and Numbers (www.icann.org).

(2) Para mais detalhes, consultar o livro do autor deste texto "Narrativa Nova", publicado através da Editorial Caminho.

Datas da História

As primeiras autárquicas

Foi há 26 anos, o aniversário passa a 12 deste mês, que se realizaram em Portugal as primeiras eleições autárquicas dignas desse nome. «As eleições consolidaram a democracia e a liberdade», podia ler-se no editorial do *Avante!* a seguir ao acto eleitoral. E recordava que chegava ao fim, com a realização deste acto eleitoral, «o ciclo prolongado e complexo de institucionalização do Estado democrático português», a que a Revolução de Abril tinha dado espaço de concretização. Tratava-se, com efeito, do terceiro acto eleitoral para órgãos do Estado – Assembleia da República, Presidente da República e, desta vez, órgãos autárquicos.

«Portugal votou na democracia a caminho do socialismo!», titulava o nosso jornal, salientando que a Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU), coligação em que o PCP maioritariamente participava, havia obtido 18 por cento dos sufrágios, conquistando a presidência em 37 municípios (33 com maioria absoluta), alcançando 267 mandatos para as câmaras e obtendo fortes posições nas assembleias municipais.

O *Avante!* assinalava alguns factos decorrentes do acto eleitoral – a deslocação do eleitorado para a esquerda; a significativa votação na FEPU; a derrota dos partidos da direita, PPD e CDS, cuja votação lhes cortava o passo às ambições de usarem os resultados «para nova ofensiva contra a democracia»; a vitória da FEPU na zona da Reforma Agrária e nas de grande concentração operária, significando que «os trabalhadores reafirmaram a sua determinação de defenderem as conquistas da Revolução contra a ofensiva da direita e contra a política de recuperação capitalista do governo do PS».

O nosso jornal assinalava ainda o completo isolamento dos grupelhos esquerdistas, apesar de haverem ainda beneficiado, com a sua acção, as forças da direita. E sublinhava os «importantíssimos progressos» registados pela FEPU nas regiões do Centro e Norte do País, «o que revela», escrevia-se, «a crescente recusa das massas populares contra a dominação dos caciques reaccionários», abrindo «importantes perspectivas de trabalho».

«E agora, que fazer nas autarquias em que ganhámos?», perguntava-se num artigo então publicado. «Que fazer com a vitória?»

«A nível local», pode ler-se, «esta vitória não se traduz apenas numa mudança de personalidades à frente dos órgãos de poder. As autarquias onde os democratas foram eleitos estão agora ao serviço das populações e os comunistas vão cumprir os compromissos que assumiram, vão continuar a lutar pela concretização das aspirações populares, vão assim utilizar a favor das populações a vitória do Povo Unido.»

«A luta, que é como quem diz o trabalho, vai continuar.»

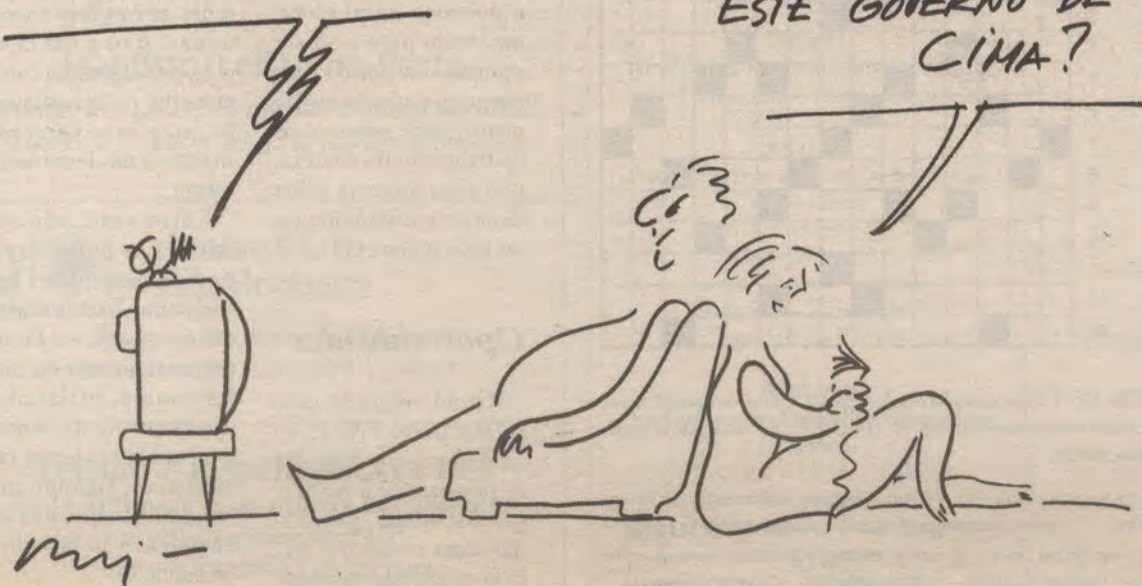
E continuou. Esta foi uma vitória de há 26 anos. Outras se lhe seguiram. E derrotas e recuos também. O que não mudou, porém, foi a determinação dos comunistas em agir de acordo com os seus princípios e ideais democráticos, de se manterem na vanguarda da luta dos trabalhadores e das populações pelos seus direitos, de construir uma vida mais livre e justa.

Cartoon

Monginho

A MARE' NEGRA
A FINAL PODE CHEGAR
ÀS NOSSAS COSTAS!...

OLHA LA'... SERA'
QUE COM PETRÓLEO
CONSEGUIMOS TIRAR
ESTE GOVERNO DE
CIMA?



Religiões

• Jorge Messias

Os trabalhadores portugueses de confissão católica constituem uma camada essencial do povo que tanto desejamos vir a ser – povo consciente dos seus direitos e dos seus deveres, sedento da sua própria valorização e solidário para com os explorados e oprimidos. Nenhuma dificuldade existe em se reconhecer esta verdade. Os trabalhadores católicos são parte integrante do mundo do trabalho e movem-se a partir da mesma consciência de classe que a experiência da vida produz e segundo as mesmas aspirações sociais que ligam entre si os outros trabalhadores. É por isso que se impõe combater os possíveis efeitos perversos do discurso contraditório e largamente desautorizado dos seus bispos, quando estes falam dos desacertos da próxima greve geral. Esta greve é **justa, oportuna e necessária**. Mais, ainda: trata-se de **uma acção pacífica de luta que se enqua-**

A greve geral e os trabalhadores católicos



dra inteiramente nos princípios da doutrina social da Igreja.

Ao darem os sacramentos à noção de *capitalismo selvagem* que o «Código do Trabalho» transporta ao longo de todas as suas principais cláusulas – economia ao serviço da empresa, competitividade apenas acessível aos grandes grupos económicos, sobreposição das leis de mercado às conquistas dos trabalhadores, redução ou destruição dos direitos das famílias, remuneração do voluntariado (católico), opção preferencial pelos ricos, noção da empresa como estrutura patriarcal dominada pelo patrão e admissão do princípio da irreversibilidade do processo de globalização capitalista – os bispos portugueses, na sua Nota Pastoral de 14.11.002, visam a desmobilização das grandes lutas de massas que se avizinham

e aceitam baixar o braço pastoral ao nível da heresia. Escolhem e isolam dos contextos da Doutrina Social as passagens que mais convêm ao branqueamento do grande capital e baptizam, em nome da fé, as imposições do patronato. Excedem, nesses delírios do poder, o próprio João Paulo II. São mais papistas que o papa.

Por quase todo o magistério deste papa têm desfilado as atitudes mais reaccionárias. Mas a sua caminhada à direita foi gradual. Nos inícios dos anos 80, ainda estava muito viva, na Igreja, a recordação do Concílio Vaticano II e o movimento progressista estruturado era uma realidade que o Vaticano não podia ignorar. Foi nestes quadros que João Paulo II escreveu a sua encíclica «*Laborem Exercens*» (1981), acerca do trabalho humano, a qual a hierarquia portuguesa de então classificou da seguinte maneira: a carta pastoral do papa «sublinha, acima de tudo, o primado da pessoa sobre as coisas e do trabalho dos homens sobre o capital» (apresentação da Encíclica, edição portuguesa).

Fazem parte dos dogmas da Igreja as posições do Bispo de Roma: «Deve recordar-se, antes de mais nada, um princípio desde sempre ensinado pela Igreja.

É o princípio da **prioridade do trabalho em confronto com o capital**. Este princípio diz respeito directamente ao próprio processo de produção, no qual o **trabalho é sempre causa eficiente primeira, enquanto que o capital, sendo simples conjunto dos meios de produção, permanece apenas como instrumento ou causa instrumental**. Este princípio é uma verdade evidente que resulta de toda a experiência histórica do Homem» («*Laborem Exercens*», n.º 12).

A hierarquia católica portuguesa, apesar do gigantismo dos meios de

comunicação que controla, nunca fez um esforço sério no sentido de divulgar, em sentido democrático, os documentos da sua teoria social. Cita-os e fala dos seus conteúdos apenas quando lhe convém. Joga com palavras e conceitos e omite o essencial: «*A questão do trabalho humano constitui uma componente fixa, tanto da vida social como do ensino da Igreja*» (LE, n.º 2). Ou, ainda (LE, n.º 8): «Para realizar a justiça social nas diversas partes do mundo é preciso que haja sempre *novos movimentos de solidariedade dos trabalhadores com os trabalhadores*» (idem).

Ao aderirem à greve geral do próximo dia 10 de Dezembro, os trabalhadores católicos vão responder a um duplo compromisso assumido com a sua classe e com a doutrina da igreja como célula viva.

Pontos Cardeais

Fome

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUPOP), neste momento metade da população mundial (qualquer coisa como três mil milhões de pessoas) sobrevive com dois euros (ou menos ainda...) por dia. É um balanço absolutamente aterrador, cujos pormenores são tão graves como as perspectivas que se abrem para o futuro da humanidade, tanto no imediato como a médio e longo prazo.

Assim, olhando para o passado recente, verifica-se (por exemplo) que há 10 anos os 20 países mais pobres do mundo eram 20 vezes mais pobres que os mais ricos e hoje são 50 vezes mais pobres... Em contrapartida, o mundo mais rico não pára de aumentar a sua prosperidade (embora seja uma minoria da humanidade), na proporção quase geométrica com que a maioria despojada da humanidade vê, ano após ano, agravar-se a sua miséria e atraso.

Por outro lado, a população também está a aumentar, mas de forma ironicamente oposta: os mais ricos perderão 15 milhões de pessoas até ao ano 2050 (pela sua baixa natalidade, que não pára de... aumentar), enquanto os mais pobres (que hoje já são, efectivamente, metade da humanidade) serão três vezes mais daqui a cinco décadas...

É isto que está a alarmar o FNUPOP, que vê uma relação directa entre o aumento de pessoas e a diminuição do crescimento económico, considerando que a verificação do primeiro (aumento da população já deprimida) agrava e diminui a possibilidade de se aumentar o desenvolvimento económico.

Os dados estão aí, terríveis. Quando é que a minoria rica do planeta compreende que é a sua própria sobrevivência, a prazo (cada vez mais curto...) que está na mesa e erradica, de vez, a pobreza no planeta, bastando para isso ser apenas um pouco (por enquanto ainda muito pouco) mais generoso na distribuição da riqueza, que essa minoria pilha desavergonhadamente em todo o planeta?

Oportunidades

Ainda segundo este relatório do FNUPOP, «o analfabetismo dificulta às pessoas até a realização das tarefas quotidianas mais elementares», pelo que até as oportuni-

dades de emprego não são aproveitadas e as pessoas menos instruídas têm mais dificuldade em se exprimir, o que contribui para que não se consigam integrar na sociedade. Além disso, para os analfabetos ou os menos instruídos é mais difícil obter informações sobre cuidados de saúde e, por seu lado, a falta de saúde e as baixas taxas de sobrevivência dos filhos contribuem para desincentivar o investimento na educação das crianças.

É o que se chama um verdadeiro beco sem saída ou, talvez mais exactamente, uma pescadinha de rabo na boca: o atraso cultural marginaliza as pessoas, as pessoas marginalizadas não têm capacidade de investimento e o ciclo vicioso completa-se... com o agravamento constante das condições socioeconómicas dos mais pobres e fracos.

Quebras

As vendas de automóveis, em média, caíram 30% em Novembro face ao mesmo mês de 1991, segundo revelou a Associação Nacional do Ramo Automóvel (ARAN). Em concreto, as vendas de ligeiros de passageiros diminuíram 25,3%, as de todo-o-terreno 43%, as de furgões de passageiros recuaram 78%, enquanto as de comerciais ligeiros caíram 23%, as de pesados de mercadorias 14,9% e as de pesados de passageiros 20,5%. Em suma: a ARAN garante que o sector automóvel atravessa «uma das mais graves crises da sua história», reflectindo «o espectro do desemprego e o mau ambiente económico», apelando ao Governo para que despenalize a fiscalidade sobre o automóvel.

Como se vê neste sector aparentemente «neutro» na questão da produtividade nacional, a crise está aí e é mesmo muito séria. Sabe-se, de todas as cartilhas económicas, que a saída da crise se faz sempre com o aumento do investimento, mas este Governo insiste é no desinvestimento...

Entretanto, não são apenas os automóveis ligeiros particulares que registaram baixas drásticas na compra, em Portugal: as viaturas ditas profissionais, utilizadas directamente na economia, também vieram por aí abaixo, ficando nos stands, enquanto as empresas vão falindo e fechando...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Atmosfera; falar muito; basta! (interj.). 2 – Empregado da universidade que faz a chamada dos estudantes e que aponta a falta destes e dos lentos; sétima nota da escala musical; estiveras apaixonado. 3 – Sofres; venerara. 4 – Estrela; aumento; declamar. 5 – Irisar; curso de água natural; época. 6 – Aquelas; voz do gato; peso antigo equivalente à quarta parte do quintal, ou seja, 32 arráteis e hoje arredondado em 15 quilos. 7 – Contrário; claridade precursora do nascer do Sol. 8 – Conjunto de navios de guerra de uma nação; género de formigas a que pertence a saúva; que não está vestido. 9 – Red. de maior; cólera; espíritos. 10 – Desejar; tábuas entre as quais se calca o barro nas paredes de taipa; interj. que designa admiração, cansaço. 11 – Enraizar; tornar avesso. 12 – Que tem a cor de café com leite; caminhar; zumbido. 13 – Contr. da prep. a com o art. def. o; converteram em massa; ósmio (s.q.).

VERTICAIS: 1 – Incapacidade para a marcha por incoordenação dos movimentos próprios; gostaria muito de. 2 – Inquietação da consciência por culpa ou crime cometido; folhoso. 3 – Contr. da prep. de com o adv. ali; revista de tropas. 4 – Possuir; paixão; ribanceira. 5 – Sinal ou símbolo com que se representam os números; dez vezes dez. 6 – Alumínio (s.q.); base aérea portuguesa; peça com que se estreita a abertura dos chapéus. 7 – Tostar; abominar. 8 – Sorri; espécie de albufeira; nome próprio masculino; nona letra do alfabeto (pl.). 9 – Nesta hora; limalha. 10 – Flanco; caminho orlado de casas, muros, ou árvores, numa povoação; avenida (abrev.). 11 – Patrão; praça fortificada. 12 – Escasso; casta de uva branca e muito doce; emissão de voz. 13 – Desbastar; divindade que se supunha ser inspiradora da poesia. 14 – Pesar, para abater a tara; gordo. 15 – Muniram de asas; fizeras uso de.

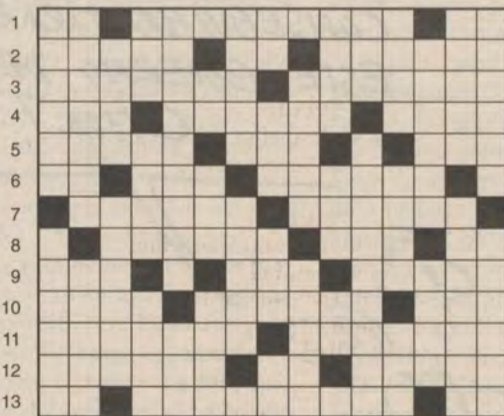
Art. 9 – Agora; para. 10 – Lado; rua, Av. 11 – Amor; fortaleza. 12 – Raro; boal; som. 13 – Raro; boal; som. 14 – Raro; boal; som. 15 – Assaram; usaram.

VERTICAIS: 1 – Absente; amaria. 2 – Remoções; omissos. 3 – Dali; parada. 4 – Ter amor; riba. 5 – Algas; riba. 6 – Al; Ota; lala. 7 – Assar; odiar. 8 – Ri; ria.

HORIZONTAIS: 1 – Art. lagarelar; lá. 2 – Bedel; si; amaras. 3 – Amargosa; adonora. 4 – Sol; largo; orar. 5 – Irar; fio; era. 6 – As; mto; arroba. 7 – Oposto; auto-

SOLUÇÃO:

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Plenários e outras reuniões

Almada

- Hoje, dia 5 - Reunião da **Coordenadora das Colectividades**, 21h30, CT Concelhio.

- Sábado, 7 - **Contacto com a população** nas freguesias, a partir das 9h30 e das 15h; reunião da **lista CDU da Costa da Caparica**, 15h, CT Costa da Caparica.

- Domingo, 8 - **Prossegue jornada de contactos com a população**, a partir das 9h30 e das 15h.

- Quinta-feira, 12 - Reunião de **micros e pequenos empresários** comunistas de Almada, 21h30, CT Concelhio.

Jantar de construtores e colaboradores do Espaço Internacional da **Festa do Avante! 2002** - domingo, 7, às 20h, no C.I.R. do Laranjeiro.

Faro

Reuniões preparatórias da 5.ª Assembleia da ORAL, a realizar a 15 de Dezembro, para discussão do projecto de Resolução Política e eleição dos delegados:

- Sexta-feira, 6 - em **Olhão** (Centro de Trabalho local, 21h), **Silves** (CT, 21h30), **Monchique** (CT, 21h), **Vila Real de Santo António** (CT, 21h) e **S. Brás de Alportel** (CT, 21h).

- Sábado, 7 - em **Portimão** (CT de Portimão, 15h) e **Lagos** (CT, 15h).

Guimarães

- Sábado, 7 - **Reunião plenária de militantes**, para discussão da situação política: às 15h, no auditório do Centro de Trabalho.

Lisboa

- Quinta-feira, 12 - Reunião de militantes do Sector **Comunicações, Água e Energia**: às 18h30, CT Vitória.

Litoral Alentejano

Álcacer do Sal

- Sexta-feira, 6 - Sessão de esclarecimento em **Casebres**, às 20h30 no CT, com **José Catalino**.

- Sábado, 7 - Sessões de esclarecimento em **Alcácer do Sal** (15h, CT de Alcácer), **Barrancão** (15h, salão da Cooperativa Agrícola) e **Torrão/Rio de Moinhos** (16h, Escola Primária).

Santiago do Cacém

Sábado, 7 - Sessões de esclarecimento em **Cercal** (15h, CT), **Ermidas** (15h, salão da Junta de Freguesia) e **Alvalade Sado** (18h, no Salão do Povo).

Sines

Jantar-convívio de Fim-de-Ano: domingo, 8, 19h, no Salão do Povo de Sines, com a participação do camarada **Francisco Lopes**.

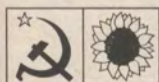
Moita

Sábado, 7 - Plenários dos comunistas de **Baixa da Banheira** e de **Sarilhos Pequenos** sobre a greve geral de dia 10 (ambos às 15h, nos Centros de Trabalho respectivos).

Encontro de quadros técnicos e intelectuais comunistas do concelho da Moita sobre a proposta de formação de uma frente de trabalho de Quadros Técnicos e Intelectuais no âmbito da organização concelhia: domingo, 8, das 10h30 às 13h, no Salão da Freira (entre a Moita e a localidade de Gaião). **Almoço-convívio** no mesmo local, com inscrições no CT de Alhos Vedros, tel. 212040208.

**Intelectuais
contra o Pacote Laboral
Intelectuais e Quadros Técnicos da ORL
lançam movimento de protesto**
Hoje, às 16h30, no Café Martinho da Arcada
(Terreiro do Paço)

Magusto/Leilão no Porto
promovido pelo Sector Intelectual da ORP
Sábado, 7, a partir das 17h, no CT da Boavista



**Jantar CDU
em Alcobaça**

Hoje, quinta-feira, às 20h30,
no restaurante «Corações Unidos»

**Leitura e debate do Avante!
de O Militante e/ou outros documentos
e publicações do PCP**
Quinta-feira, das 21 às 23 horas
no CT de Santa Iria de Azóia

Tempo de Antena do PCP

2.ª feira, dia 9

antes do Telejornal da RTP 1



**HÁ MUITAS E BOAS RAZÕES
PARA PROTESTAR!**



Covilhã

Integrada na Feira do Livro da JCP Castelo Branco, a decorrer de 6 a 30 de Dezembro no

Centro de Trabalho do PCP na Covilhã, tem lugar amanhã, sexta-feira, com início às 21h, uma sessão de apresentação do romance de José Casanova «O Caminho das Aves», conduzida José Paulo Gascão e com a presença do autor.

UMA OUTRA SOCIEDADE É POSSÍVEL!

**CANÇÕES
revolucionárias**



6 Dez. Sexta-feira 21.30
CENTRO de CONVÍVIO DO PCP de ALVERCA
Rua de São João, 100 - 1000-000
APARECE E TRÁS UM AMIGO
JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA
jcp...vot@tracoma.com.br

Bancas de Natal

Solidariedade activa

Lisboa

Centro de Trabalho Vitória

4 a 30 de Dezembro

Artesanato variado

Colchas e lençóis de renda

Barros do Redondo - Cristais da Boémia

Tapetes de Minde

Serigrafias

de diversos autores

e ainda

Queijos (Castelo Branco, Nisa, Serpa)

Porto da colheita de 1974

Enchidos

Presunto

Doces regionais do Alentejo e da Madeira

Frutos secos

Mel

Horário de funcionamento:

2.ª a 6.ª-feira - das 12h00 às 15h00 e 17h00 às 21h00

Sábados - das 15h00 às 19h00

Domingo, 22 de Dezembro - das 15h00 às 19h00

Porto Salvo

No Centro de Trabalho de Porto Salvo

(Rua Domingos Pinto, 19

junto ao Campo do Atlético)

6 a 23 de Dezembro

Horário de funcionamento:

Das 15h00 às 19h00

Seixal

No Centro de Trabalho do Seixal

Livros, rum e muito mais...

Setúbal

No Auditório da Com. Concelhia

de Setúbal

(Av. 5 de Outubro, 35, 1.ª)

Até 6 de Janeiro

Livros - Barros - Cristais

Bijuteria - Brinquedos

Materiais do Partido

Almada

No Centro de Trabalho Concelhio

(Pombal)

Quadros - Livros - CDs

Artesanato

No Centro de Trabalho

do Laranjeiro

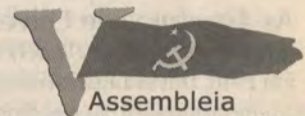
Artesanato - Bebidas - Mel

Livros

Assembleias de Organização

Lisboa

5.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa



Assembleia
da Organização
Regional de Lisboa
7 Dezembro 2002
Pav. Atlântico - Sala Tejo

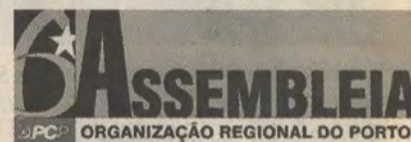
Sábado, 7, às 10h, na Sala Tejo do Pavilhão Atlântico com a participação de **Carlos Carvalhas**, Secretário-geral do PCP, que intervirá na sessão de encerramento, cerca das 17h30

Para as 10h15 está marcada uma sessão evocativa de Ary dos Santos.

As sessões de trabalho têm início às 10h30, 14h30 e 17h30

Porto

6.ª Assembleia da Organização Regional do Porto



Domingo, 8, às 9h30, no Centro Social Padre Ramos (em Lavra, Matosinhos) com a participação de **Carlos Carvalhas**, Secretário-geral do PCP, que intervirá na sessão de encerramento, cerca das 17h30



Aveiro

7.ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 7, às 15h, no salão da Biblioteca Municipal de Aveiro com a presença de **Francisco Lopes**, da Comissão Política

Caminha

3.ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 7, às 15h, no Centro de Trabalho de Caminha

Coimbra

Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 7, às 15h, no Hotel D. Luís

com a presença de **Armindo Miranda**, da Comissão Política

Jantar-convívio no mesmo local, com **António Lopes**, da Comissão Política

Lagoa

Assembleia da Organização Concelhia

Domingo, 8, às 15h, na Junta de Freguesia de Estômbar, com a presença de **José Neto**, da Comissão Política

Mértola

7.ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 7, às 10h, no Centro de Trabalho de Mértola com a presença de **Luísa Araújo**, da Comissão Política

Palmela

7.ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 7, às 15h, na sede do Grupo Coral «Os Ausentes do Alentejo»



Seixal

1.ª Assembleia da Organização Local de Cruz de Pau

Sábado, 7, às 14h, no Clube Recreativo da Cruz de Pau

ATVer

A Conspiração do Silêncio, que data de 1954, é um western moderno em atmosfera de thriller policial



As Aventuras de Oliver Twist

(Quinta-feira, 05.12.02, RTP-2)

Em 1948, David Lean assinou uma admirável versão cinematográfica do celeberrimo *Oliver Twist*, de Charles Dickens, provavelmente a obra que foi alvo do maior número de adaptações ao cinema ocidental. Recriando de forma fascinante a trajetória do pequeno e ingénuo órfão na sinistra e dura Londres do século XIX, entre canalhas e ladrões, benfeitores e grandes almas, **As Aventuras de Oliver**



Os Sete Magníficos, de John Sturges, data de 1960 e é um dos últimos grandes westerns da «era dourada» de Hollywood

Tristana, Amor Perverso é uma comédia negra na Espanha pré-fascista sobre as perversas relações entre um velho aristocrata e a sua jovem pupila

Em *Álamo*, John Wayne dá vazão ao seu pendor patrioteiro e «reconstitui», a seu jeito, o episódio de Forte Álamo



Álamo

(Terça-feira, 10.12.02, RTP-2)

Hoje, a única curiosidade digna de relevo para o visionamento deste pastelão cinematográfico está no facto de ele ter sido a primeira das (felizmente) poucas realizações levadas a cabo por John Wayne, o mítico cowboy dos filmes de John Ford. Neste filme John Wayne dá vazão ao seu pendor patrioteiro e «reconstitui», a seu jeito, o episódio de Forte Álamo onde, em 1836, um punhado do norte-americanos liderados pelo depois lendário David Crockett (pobremente interpretado por Wayne) resistiu até ao massacre final a um ataque do exército mexicano, tudo em prol da «independência» do estado do Texas, que é como quem diz a anexação deste gigantesco território pelos EUA.

Os Sete Magníficos

(Quarta-feira, 11.12.02, RTP-2)

Os Sete Magníficos, de John Sturges, data de 1960 e é um dos casos emblemáticos da obra deste realizador no campo do western espectacular, constituindo-se, sem dúvida, num dos últimos grandes westerns da «era dourada» de Hollywood. Partindo de uma inteligente adaptação do argumento de Os Sete Samurais, uma das obras-primas do mestre japonês Akira Kurosawa, Sturges constrói de forma soberba a história de sete aventureiros contratados pelos habitantes de uma pobre aldeia mexicana para os defenderem de uma implacável quadrilha de foras-da-lei. Uma odisséia de sacrifício e morte onde sete homens individualmente egoístas se transformam em inesperados heróis, quando a situação deixa de ser um contrato (de resto, nada vantajoso para os sete aventureiros) e passa a ser uma questão de honra, lealdade e amizade. Um grande western de acção, conduzido com a tradicional maestria de Sturges, servido por um grande elenco (Yul Brynner, Steve McQueen, James Coburn, Charles Bronson, Eli Wallach, etc.) e marcado por uma das mais inesquecíveis bandas sonoras do western.

A Conspiração do Silêncio

(Segunda-feira, 09.12.02, RTP-2)

A Conspiração do Silêncio é um dos mais sóbrios e intrigantes filmes de John Sturges, especialista em grandiosas produções nos domínios do western e do filme de acção. Curiosamente, **A Conspiração do Silêncio**, que data de 1954, é um western moderno em atmosfera de thriller policial, que acompanha a investigação pessoal de um homem que tenta localizar o pai de um camarada de armas de origem japonesa e morto em combate na II Guerra Mundial, e cujo paradeiro é um mistério. Sturges constrói um filme tão árido e seco como a região que serve de palco a este violento e emocionante drama humano sobre a má consciência de uma comunidade isolada que por medo, cobardia, ignorância, miséria e maldade fez um pacto de silêncio sobre um crime gratuito e desprezível. Uma bela história de suspense e tensão, servida pelas superiores interpretações de Spencer Tracy (ini-

gualável, no papel principal do investigador particular... e maneta), Robert Ryan, Lee Marvin e Walter Brennan.

Tristana, Amor Perverso

(Terça-feira, 10.12.02, RTP-1)

Tristana, Amor Perverso é uma das obras-primas de mestre Luís Buñuel que, aos 70 anos de idade e quase em fim de carreira, ainda foi capaz de incomodar muita gente há mais de 30 anos atrás com esta demencial história de amor, uma espécie de envolvente comédia negra na Espanha pré-fascista sobre as perversas relações de paixão, desejo, domínio e ódio entre um velho aristocrata libertino e liberal e a sua jovem, bela e inocente pupila. Pretexto para o velho mestre do surrealismo passar por temas que vão do incesto ao abuso de autoridade, num filme que mergulha fundo na atormentada alma da Espanha burguesa, hipócrita e temente a Deus e reculta numa obra que mais uma vez expõe o carácter irreductível e indomável do seu autor. Com interpretações principais a cargo de Fernando Rey e Catherine Deneuve.

Quinta, 5

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.30 Quebra-cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 Grande Entrevista Judite de Sousa convida Carlos Carvalhas
23.00 O Fugitivo
24.00 Segredo de Justiça
01.00 24 Horas
01.45 Bull
02.15 «Lola» (Filme)



Robbie Williams, outra «estrela» da Pop (sábado, RTP1)

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.15 Arquivos do Entendimento
14.15 Alves dos Reis
15.00 Assembleia da República Debate Mensal
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 Crónica do Século O Teatro em Portugal
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Jack e Jill
24.00 «As Aventuras de Oliver Twist» (Filme de David Lean. Ver Destaque)
01.45 Lupin III



Norah Jones, uma nova voz do Jazz que faz carreira no mundo da Pop

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome é Agata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 O Melhor do Herman SIC
02.00 Histórias da Cidade
03.00 Air America

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.45 Amanhecer
22.45 Anjo Selvagem
23.45 Vidas Reais
00.45 Ally McBeal
01.45 «Never Ever» (Filme)

Sexta, 6

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 Façam o Favor de Ser Felizes
23.00 «Regras da Casa» (Filme)
00.30 Musical - Norah Jones
01.30 24 Horas
01.45 Bull
02.45 Paraíso Filmes

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.15 Arquivos do Entendimento
13.45 Sozinhos em Casa
14.15 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «A Vida do Coronel Blimp» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «State & Main» (Filme)
01.45 Lupin III

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome é Agata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 «Diabólica» (Filme)
02.00 Linha da Sorte
03.00 Air America

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.45 Amanhecer

22.45 Anjo Selvagem
23.45 Vidas Reais
00.45 «Existenz» (Filme)

Sábado, 7

▼ RTP 1

07.00 RTP Crianças
11.00 Ora Viva!
11.30 Horizontes da Memória
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 João Baião
18.30 Raul Solnado, 50 Anos de Carreira
19.30 A Minha Sogra é Uma Bruxa
20.00 Telejornal
21.00 O Preço Certo em Euros
22.00 Façam o Favor de Ser Felizes
23.00 Futebol Sporting-Benfica (Resumo)
24.00 «Fúria no Bairro Chinês»
00.45 Musical Robbie Williams
01.45 24 Horas
02.00 Bull
03.00 Paraíso Filmes

▼ RTP 2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 The European Film Awards (T.D.)
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom
01.00 Saxazul
02.30 Noites Curtas do Onda Curta

▼ SIC

07.00 SIC a Abrir
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 Tal Mãe, Tal Filha
15.45 Indiana Jones «Jornada Radiosa»
17.45 «As Minas de Salomão» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.45 O Fim do Mundo
22.45 Os Recordes do Guinness
24.00 «A Cor da Noite» (Filme)
02.15 O Camião
03.15 Air America

▼ TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra Ataque
14.00 Filme
16.00 Filme
18.00 Filme
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo



A não perder esta semana, na série «Odisseia das Imagens», «Millhouse», o filme de Emile De António sobre Nixon, ainda a dois anos do caso Watergate (domingo, RTP2)

24.00 Filme
02.00 Survivor
03.15 Filme

Domingo, 8

▼ RTP 1

07.00 RTP Crianças
11.00 Ora Viva!
11.00 «Sonhos Mágicos» (Filme)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 «Almas do Outro Mundo» (Filme)
15.30 Estúdio 5
19.00 Futebol: Santa Clara-FC Porto

Segunda, 9

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Praça da Alegria Especial
18.30 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal

Terça, 10

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Família Global
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.45 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 Festival Internacional de Humor («Gala Solnado»)
23.00 Fora de Jogo
00.30 O Fugitivo
01.30 24 Horas

Quarta, 11

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Família Global
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
19.40 Futebol: Borussia Dortmund-AC Milan
21.30 Telejornal
22.35 O Elo Mais Fraco
23.30 «Zero, o Super Detective» (Filme)
01.30 24 Horas



Carlos Carvalho é entrevistado esta noite na RTP por Judite de Sousa (às 22 horas)

21.00 Telejornal
22.30 O Elo Mais Fraco
23.30 Domingo Desportivo
00.30 «Diana» (Filme)
02.15 24 Horas

▼ RTP 2

09.00 Programa Religioso
11.30 Pontos de Fuga
12.00 2010
13.00 Austrália Selvagem
14.00 Desporto 2
18.30 Technopolis
19.30 Onda Curta
20.00 A História de Nikita
21.10 Artes e Letras - Teatro Apollo em Harlem
22.00 Jornal 2
23.00 Artes de Palco («Raul Solnado, 50 Anos de Carreira»)
00.45 Odisseia nas Imagens «Millhouse»

▼ SIC

07.00 SIC a Abrir
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Minha Irmã É uma Extraterrestre» (Filme)
16.00 «Space Jam» (Filme)
18.00 «Prova de Bala» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.30 Mentes Brilhantes
22.30 Herman SIC
00.45 «A Vingança do Clã» (Filme)
02.45 Air America

▼ TVI

07.30 Super Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Filme
16.00 Filme
18.00 Filme
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Brother
22.15 A Jóia de África
23.15 O Último Beijo
00.15 Filme

21.15 Sorte Grande
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 Prós e Contras
00.15 O Fugitivo
01.00 24 Horas
01.15 Turnos de Risco

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Arquivos do Entendimento
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «A Conspiração do Silêncio» (Ver Destaque)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Da Matemática como Arte da Diplomacia
19.00 Dinheiro Electrónico
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Começar de Novo (1.ª Ep. - Repetição)
24.00 «No Quarto de Vanda» (Filme)
02.40 Lupin III

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome É Agata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 «Moscovo a Ferro e Fogo» (Filme)
02.00 Histórias da Cidade
03.00 Air America

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.45 Amanhecer
22.45 Anjo Selvagem
23.45 Vidas Reais
01.30 Ficheiros Secretos
02.30 1.ª Vaga

01.45 Turnos de Risco
02.45 «Tristana, Amor Perverso» (Filme)
Ver Destaque

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 A História da Indústria em Portugal
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos



Reis

15.00 Informação Gestual
16.30 «Alamo» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Onda Curta
19.00 Megaconstruções
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Ted e Alice
24.00 «Ganhar a Vida» (Filme)
02.15 Lupin III

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome É Agata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 «Escola da Vida»
02.15 Noites Longas «Bartoli in Italy»

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.45 Amanhecer
22.45 Anjo Selvagem
23.45 Vidas Reais
01.30 «O Caçador de Sonhos» (Filme)



A série «Começar de Novo» volta à RTP2, em repetição (ao fim da noite)

01.45 Futebol: Liga de Campeões (Resumo)
02.45 Turnos de Risco

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.55 Companhia dos Animais
13.15 Arquivos do Entendimento
13.30 Meu Querido Avô
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «Os Sete Magníficos» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Bombordo

19.00 Missão Natureza
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Educação de Max Bickford
24.00 «A Carta» (Filme de Robert Altman, com Tim Robbins)
01.50 Lupin III

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome É Agata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 «Corrida contra o Futuro» (Filme)
03.00 Air America

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.00 Há Festa no Hospital
20.00 Jornal Nacional
21.15 BB Famosos
22.00 Amanhecer
23.00 Anjo Selvagem
24.00 Vidas Reais
01.00 «Triângulo do Desejo» (Filme)

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

As tragédias esquecidas

Fosse esta coluna obediente às leis do mercado, isto é, viesse falar do que por aí se fala até à exaustão, e o tema de hoje seriam os casos de pedofilia havidos ao longo de décadas na Rua dos Jerónimos, em Lisboa, e seus amplos arredores, tanto mais que essa questão dominou durante dias e dias a informação televisiva derramada em nossas casas. A ter sido assim ter-se-ia dado inevitável e justo destaque à transmissão pela SIC de filmes mais que «eventualmente chocantes», iniciativa sem nenhum proveito para eventuais investigações em curso e para o desejável saneamento de situações mas, sem dúvida, preciosa para a conquista de audiências que, como se sabe, acaba por traduzir-se em receitas publicitárias, isto é, em euros. Compreende-se, não é verdade: se as práticas de pedofilia renderam dinheiros a várias gente, por que não há-de aproveitar-se também delas, embora tardiamente, a SIC que, coitada, até anda malzinha no plano financeiro?



Acontece, porém, que esta coluna gosta pouco de se meter em ajuntamentos (porventura vestígio dos tempos que a autoridade não gostava de tais coisas), e agora, quando toda a gente anda a escrever sobre a pedofilia e seus derivados, quando o assunto já sufoca qualquer telespectador, não apetece nada abordar o tema. Este não é, porém, o motivo único para abstinência na matéria. É que, como não custa a entender, quando um caso domina a comunicação social e, por consequência, as cabecinhas e as conversas dos cidadãos, seja ele escandaloso ou apenas consternante (como as marés negras que o nosso belicoso ministro de Defesa se propõe repelir à custa de bombardeamentos com fogo real na próxima oportunidade), alguma coisa vai ficar esquecida. Ou, mais provavelmente, continuar tão esquecida como sempre esteve, porventura oculta por sucessivos casos lançados à manipulada opinião pública, quer dizer, por sucessivas descargas de nevoeiros. Ora, num destes dias em que o caso de pedofilia era, nos *media*, quase tudo e o resto quase nada, deparei em canais de menoríssima audiência com dois assuntos cronicamente esquecidos que, justamente por isso, muito me apeteceu fazer lembrar embora à modesta escala que é a minha e no limitadíssimo âmbito e que estou confinado. Um deles é o da cada vez mais descuidada atenção que o Estado dispensa aos deficientes portugueses, que são muitos

milhares, provenientes já não apenas das guerras de África mas também das terríveis «guerras» silenciosas dos locais de trabalho, onde o número de vítimas continua em níveis verdadeiramente escandalosos e das estradas, onde o baixo nível cívico (ou civilizacional?) dos condutores provoca uma carnificina que parece sem remédio. O outro dos assuntos esquecidos ou muito escassamente lembrados, é o dos velhos, por quem pouco mais foi feito nas últimas décadas que passar a chamar-lhes «seniores», que é mais fino.

Dores, solidão e lixo

Tanto quanto me apercebo pelo que a TV me informa e pelo que vou sabendo fora dela, os deficientes não se resignam ao tratamento desmazelado e de todo insuficiente que é dado à sua condição, sempre como se o Estado lhes fizesse uma caridadezinha, quando muito um favor, e não afinal o pagamento de uma dívida de que são credores. Não se resignam e protestam, e reivindicam. Quanto aos velhos, parece que nem tanto. Talvez porque o tempo os cansou; talvez porque consideram que o Estado, este Estado gerido assim, é surdo às vozes dos que são velhos e pobres.

Há, é certo, os movimentos dos reformados e idosos, organizações corajosas e obstinadas que, aliás, as TVs parecem ignorar, porventura porque a sua eventual presença nos ecrãs não motiva afluxos de publicidade. Mas foi exactamente dos velhos que se falou no TV Saúde, canal distribuído por cabo, que eu sintonizei quase por acaso e a que voltei para assistir integralmente à repetição de um programa onde estiveram presentes dois representantes da Deco e um ex-secretário de Estado. E o que ali se ouviu foi terrível: por exemplo «lares» (e bem se sabe que só alguns velhos, os que podem pagar, têm acesso aos «lares») onde o quotidiano dos «seniores» se resume ao trânsito entre a cama e a cadeira de uma sala onde estão o dia inteiro, até diante de televisores desligados. E há o desrespeito permanente, a impaciência, as frequentes agressões verbais e também por vezes as agressões físicas. É, além dos escassos milhares de internados em «lares», há os muitos mais milhares condenados a esperarem a morte na solidão, no lixo e nas dores. É uma tragédia enorme de que a TV muito se esquece e, por isso, pouco se fala. Uma tragédia que, não haja ilusões, nos espera a quase todos, mas não aos que, tendo poderes, podiam minorá-la mas, coitados, não têm tempo. E há a pedofilia, é certo. Mas esse tema não precisa de que aqui se escreva sobre ele, por muito que continue a dar audiências às TVs.

A talhe de foice

• Anabela Fino

Todos e ninguém

A sucessão de escândalos que vem abalando o País, seja o caso Moderna ou o da Casa Pia, dos hemofílicos ou das facturas falsas, só para citar alguns exemplos, está a revelar que em Portugal, aos mais altos e responsáveis níveis, muita gente, demasiada mesmo, sofre de amnésia crónica e de laxismo agudo. Ninguém sabe, ninguém viu, ninguém se lembra, pelo que, muito natural e convenientemente, ninguém fez o que era suposto ter sido feito.

É curioso que quanto maior é o escândalo maior é o esquecimento, quanto mais sério e grave é o que está em jogo maior é a certeza de impunidade. Dir-se-ia que o que dá nas vistas são os pecadilhos menores, os crimes de pé descalço, as pequenas manchas de podridão, que condenáveis embora não abalam o sistema e até servem para demonstrar que afinal as instituições funcionam.

Não é por acaso que os cidadãos desconfiam da justiça. As grandes manchas, como os grandes crimes, tendem a subverter de tal modo a visão estabelecida das coisas que fácil se torna aos infractores abrir o caminho da dúvida, que é meio caminho andado para o esquecimento, ou seja, para que as iniquidades não sejam punidas. «Ninguém acredita» que um ministro da Saúde tenha permitido a venda de sangue contaminado, como «ninguém acredita» que um juiz tenha mandado destruir provas de pedofilia. E no entanto morreram hemofílicos e crianças foram violadas.

«Ninguém acredita» que certos responsáveis políticos tenham posto em causa a sua honorabilidade a troco de benesses materiais, como «ninguém acredita» que respeitáveis empresários deliberadamente espoliem o Estado que lhes defende os interesses. E no entanto o estendal de roupa suja da Moderna parece um poço sem fundo e os crimes de colarinho branco continuam a fazer correr o sangue de quem tem a veleidade de os investigar.

Os extremos tocam-se. Todos e ninguém é muitas vezes a mesma coisa. «Ninguém» sabe porque «todos» conhecem, «ninguém» se lembra porque «todos» se calam. «Ninguém» fala porque «todos» se aproveitam.

Nestas histórias de crimes e conivências, perigosos mesmo são os grãos de areia que ameaçam emperrar a engrenagem, sejam eles as vítimas que ganharam coragem para vir denunciar as ignomínias sofridas, sejam as testemunhas incómodas e solidárias que têm por imperativo ético e social a luta pela justiça. É necessária coragem para combater os grandes e poderosos, por mais mesquinhos e abjectos que sejam.

É necessária ainda mais coragem para não ser engolido pela engrenagem, que não hesitará em triturar quem lhe faz frente.

Transformar a sede de justiça num espectáculo degradante, de inconfessáveis fins, só pode beneficiar os infractores. Questionar o acessório e esquecer o essencial, apontando a árvore sem ver a floresta, é entrar num jogo viciado onde os vencedores estão à partida definidos.

O que está em causa em toda esta aviltante história, como em tantas outras de que não se fala, não são meras aberrações ou desvios pontuais. O que está em causa é a essência de um sistema injusto e corrupto, ética e socialmente abjecto, em que uns quantos pregam os mais altos valores enquanto exploram por todas as formas os seus semelhantes.

É preciso punir os responsáveis dos actos criminosos, sem dúvida, mas é preciso muito mais para que algo mude sem que tudo fique na mesma.

Comunistas reclamam medidas urgentes PMEs no vermelho

O Governo «será o coveiro de milhares de empresas e respectivos postos de trabalho, se não atender rapidamente a esta situação», alertou anteontem Agostinho Lopes.

Depois de realizadas reuniões por todo o País, no âmbito da preparação do Encontro Nacional de micro, pequenos e médios empresários, marcado para 19 de Janeiro, e tendo em conta alguns encontros com associações empresariais, a Comissão Política do Comité Central do PCP tornou público «um balanço preocupante que, a não serem tomadas medidas urgentes, pode agravar-se muito no curto prazo».

Em conferência de imprensa, Agostinho Lopes apontou esta grave situação como «resultado de uma política orçamental restritiva e absurdamente subserviente face aos ditames do Pacto de Estabilidade». As preocupações são agravadas por três consequências do Orçamento do Estado para 2003:

– a redução brutal do poder de compra dos portugueses;

– os drásticos condicionais financeiros impostos às autarquias;

– e o agravamento da carga fiscal em sede de IRC.

A Comissão Política do PCP considera que, no contexto de um elevado nível de endividamento das famílias, as medidas do Governo implicam «uma significativa perda de rendimentos reais e uma brutal redução do poder de compra da maioria dos portugueses, afectando em cheio e em particular o pequeno e médio comércio retalhista, e muitos sectores da restauração, que estão a sentir no pre-

sente uma forte redução da sua facturação».

Por outro lado, referiu Agostinho Lopes, «os fortes constrangimentos aos investimentos em obras públicas e habitação, o fim da bonificação das taxas de juro, para o crédito à habitação de jovens e pessoas mais carenciadas, e as restrições financeiras colocadas à gestão municipal, estão e irão criar

excesso – «penalizará em particular as micro, pequenas e médias empresas», muitas das quais «enfrentarão graves problemas de tesouraria e situações financeiras que as poderão levar à falência».

A tributação, feita sem considerar as rentabilidades específicas de cada ramo de actividade, produz agora o efeito que, em 1997, o PSD e a actual ministra das Finanças contestavam na colecta mínima de IRS, notou Agostinho Lopes, acusando o Governo PSD/CDS-PP de agravar «a carga fiscal com o único objectivo de obter receitas a todo o custo e passa a tratar(-se) de forma igual aquilo que devia ser tratado de forma desigual»,

Aos grandes grupos são concedidas novas vantagens fiscais



As perdas de rendimentos dos portugueses afectam com especial gravidade as empresas de menor dimensão, denuncia o PCP

dificuldades a milhares de pequenas e médias empresas da construção civil.

Recordando posições defendidas pelo Grupo Parlamentar do PCP durante o debate do Orçamento do Estado, o dirigente comunista afirmou que o OE aprovado pela maioria – ao manter em um por cento o valor da taxa mínima do «pagamento especial por conta» do IRC e ao permitir que não sejam reembolsados os valores pagos em

como então dizia Manuel Ferreira Leite.

O PCP salienta que «o Governo justificou estas alterações fiscais com as dificuldades orçamentais do Estado, enquanto fazia exactamente o contrário na admissão de novas vantagens fiscais para os off-shores, as SPGS e os ganhos em Bolsa, optando mais uma vez pela solução mais fácil e penalizando os mesmos de sempre: trabalhadores por conta de outrem e pequenos empresários».

Prémio da APE para Manuel Gusmão

O Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores relativo a 2001 foi anteontem atribuído à obra «Teatros do Tempo», de Manuel Gusmão, publicada pela Editorial Caminho, revelou a Agência Lusa.

Membro do Comité Central do PCP e colaborador do Avante!, Manuel Gusmão é professor na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, onde se doutorou com uma tese sobre Fernando Pessoa. São da sua autoria outras obras de poesia e o

libreto da ópera «Os dias levantados», de António Pinho Vargas, que tem como tema o 25 de Abril.



Em defesa da Casa Pia

Cerca de um milhar de actuais e antigos alunos, professores e funcionários da Casa Pia participaram anteontem de manhã numa manifestação que partiu do Colégio Pina Manique e terminou frente à Presidência da República. Nos cartazes que transportavam, nas palavras de ordem que gritaram e nas declarações prestadas à comunicação social, foi exigido o total apuramento de responsabilidades, incluindo as responsabilidades políticas, nos casos de abuso de menores de forma sistemática e organizada. Os manifestantes afirmaram o orgulho de serem casapianos e reclamaram moderação por parte da comunicação social no tratamento de um caso que não deve prejudicar a dignidade dos alunos, as actividades lectivas e as investigações policiais.



Ofensiva na SIC e na RTP

O director-geral da SIC ameaçou que vai concretizar um despedimento colectivo, se não aumentar substancialmente o número de trabalhadores dispostos a aceitar rescisões de contrato. Bastos e Silva fez estas declarações à Lusa, depois de revelar que os cerca de 30 profissionais que em Novembro aceitaram sair da empresa representam um valor aquém do esperado pela administração.

Na RTP, segundo referiu o presidente da televisão pública, houve 675 funcionários que deixaram a empresa, através de rescisões negociadas, contratos a prazo não renovados, extinção de empresas do grupo e «reestruturação» de postos de trabalho. À Lusa, Almerindo Marques não soube quanti-

Actos urgentes

O PCP exige que o Governo pondere e tome, «com urgência, medidas que possam minorar os custos de uma política económica e financeira desastrosa». Em particular, há que:

– realizar, até ao fim de Janeiro, um estudo das consequências das decisões relativas ao pagamento especial por conta, considerando o sector de actividade e a dimensão das empresas, «tomando com urgência medidas de correcção que se mostrarem necessárias»;

– até Março, definir os indicadores objectivos que permitam determinar as taxas específicas de IRC a aplicar em cada ramo de actividade;

– adoptar urgentemente «medidas que, ao nível da gestão orçamental e do rendimento dos trabalhadores e pensionistas, possam contribuir para animar o mercado interno»;

– criar condições de crédito e apoios financeiros às micro, pequenas e médias empresas e alterar radicalmente a distribuição de fundos estruturais entre as pequenas e as grandes empresas».

